



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 38ª reunião, realizada em 21 de dezembro de 2018**

1 Em 21 de dezembro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael  
5 de Oliveira Trovão, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
6 Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
7 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Luis Gustavo  
8 D'Ávila Riani, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Verônica Ildelfonso  
9 Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações  
10 Institucionais (Seccri); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de  
11 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Julio Cesar Dutra  
12 Grillo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
13 Renováveis (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, do Departamento  
14 Nacional de Produção Mineral (DNPM). Representantes da sociedade civil:  
15 Paula Meireles Aguiar e João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de  
16 Mineração (Ibram); Júlio César Nery Ferreira, do Sindicato da Indústria Mineral  
17 do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Fabiana Aparecida Garcia, da  
18 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas  
19 Gerais (Federaminas); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e Rodrigo Silva  
20 Lemos, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias  
21 Hidrográficas (Fonasc); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de  
22 Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira  
23 Luz e Antônio Geraldo da Silva, do Conselho Regional de Engenharia e  
24 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
25 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
26 presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 38ª reunião  
27 da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS DOS**  
28 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
29 “Eu gostaria de fazer um comunicado aos conselheiros. Na terça-feira, à tarde,  
30 desta semana, nós recebemos uma recomendação do Ministério Público para  
31 que anulássemos a anuência expedida em favor da empresa Anglo American  
32 Minério de Ferro Brasil alegando que a anuência era um ato emanado de vício  
33 insanável de ilegalidade. O Ibama resolveu suspender essa anuência até que se  
34 apurasse, até que a sua área técnica pudesse se posicionar a respeito da  
35 recomendação do Ministério Público e que a AGU, Advocacia Geral da União,  
36 pudesse nos orientar a respeito de como proceder. Essa suspensão,  
37 naturalmente, é em relação às áreas aonde ainda não houve supressão, já que

38 já houve supressão. Mas chegando aqui hoje eu recebi um mandado de  
39 intimação cuja finalidade é, vamos dizer assim, suspender a suspensão. Não dá  
40 para ler o documento inteiro, é um documento imenso, mas sabendo que houve  
41 uma decisão liminar da Justiça suspendendo a suspensão solicitada pelo  
42 Ibama.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É de interesse do Conselho,  
43 conselheiro, pelo menos a parte dispositiva dessa decisão. E eu peço vênha aos  
44 senhores para ler pelo menos parte dela, já que foi dito aqui em Assuntos  
45 Gerais. Eu também fui intimado agora de manhã em relação à decisão. O  
46 processo em questão de que trata o mandato segurança em que o impetrante é  
47 a Anglo American e o impetrado é o superintendente do Instituto Brasileiro de  
48 Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Eu fui intimado hoje,  
49 Belo Horizonte, 20 de dezembro. E a parte dispositiva, como o conselheiro  
50 falou, é um tanto grande, mas em relação ao exposto, no ponto 3, o Sr. Cláudio  
51 Ferreira Maciel Gonçalves, juiz da 21ª Vara de Minas Gerais, em regime de  
52 plantão, ‘face ao exposto, defiro a liminar requerida para suspender os efeitos  
53 do Ofício 201/2018 do Ibama’. Ou seja, torna-se sem eficácia, na realidade,  
54 aquela suspensão feita pelo Ibama, tendo totalmente validade e legalidade a  
55 apreciação em relação aos pontos de que tratava a anuência dada pelo Ibama  
56 há 14 meses.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Antes de  
57 comentar e dar uma consideração sobre essa questão da notificação, eu quero  
58 ler uma denúncia que foi encaminhada pela CPT Norte de Minas ao secretário  
59 de Estado de Meio Ambiente e ao subsecretário de Fiscalização Ambiental de  
60 Minas Gerais, para conhecimento desta Câmara, porque se refere a mineração.  
61 ‘Solicitamos com urgência que façam fiscalização do empreendimento no Norte  
62 de Minas, município de Bocaiuva, divisa com Itacambira. Recentemente, a  
63 pedido da comunidade atingida pela mineradora Fhae, em Botumirim, fomos  
64 rapidamente atendidos e agradecemos o empenho para tal fiscalização. Essa  
65 nova denúncia já é conhecida pelo Ministério Público Estadual, Supram Norte  
66 de Minas e Polícia Militar Ambiental. Já foi formalizada a denúncia por outras  
67 entidades da região. O empreendimento, na Supram e DNPM, está em nome de  
68 Lady Mira Souza Silva. Tem aqui os dados do CNPJ. E se trata de exploração  
69 de quartzito, rocha ornamental. O pedido de licenciamento da empreendedora  
70 foi indeferido no dia 15 de agosto de 2018. No dia 26 de setembro, foi firmado  
71 um TAC com o superintendente da Supram Norte de Minas. Parte da população  
72 local já manifestou a ocorrência de irregularidades nessa área, que agora  
73 podem ser confirmadas no relatório realizado pelo Ibama. E foi enviado em  
74 anexo para o secretário. Segundo o relatório, a partir das características  
75 ambientais da localidade, o licenciamento deveria estar condicionado a um  
76 EIA/Rima. Portanto, o processo está irregular e ilegal. Por outro lado, o relatório  
77 mostra que o empreendedor não está cumprindo com as condicionantes  
78 apresentadas no TAC. Como a Supram Norte de Minas não reconhece as  
79 exigências legais para aprovar o empreendimento? Conforme mostra o relatório,  
80 ainda quem está minerando na área é a mesma empresa Fhae que estava

81 minerando ilegalmente em Botumirim, no qual vocês puderam constatar e  
82 embargar o empreendimento. A área minerada está localizada na cabeceira de  
83 uma conhecida cachoeira, Curiango, que atrai muitos turistas na região. Uma  
84 possível alternativa de desenvolvimento econômico que poderá estar sendo  
85 soterrada por uma empresa que já mostrou a forma como lida com as pessoas  
86 e a natureza. A exploração está bem avançada e muito intensa. Assim, pedimos  
87 urgência nessa fiscalização e embargo. Atenciosamente, Comissão Pastoral da  
88 Terra Norte de Minas'. Eu queria manifestar que é lamentável que mais uma vez  
89 o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, independente de qual desembargador ou  
90 juiz, decida reiteradamente cair liminar ou suspender documentos que sempre  
91 são voltados a princípios básicos da questão ambiental, como da precaução e  
92 prevenção. Eu espero que um dia isso seja realmente mudado e seja  
93 averiguado por que demandas do setor econômico por questões que são  
94 econômicas se sobrepõem nessas decisões do Judiciário de Minas Gerais a  
95 questões apresentadas ao Judiciário no âmbito do meio ambiente, no âmbito  
96 dos princípios de precaução e prevenção. E isso acontece. Nesse caso da  
97 Anglo American, é um histórico desde o primeiro momento e se repete agora  
98 mais uma vez. Na reunião anterior, caiu a decisão do secretário de retirada de  
99 pauta, através de uma liminar cassada pelo Judiciário de Minas Gerais, e hoje  
100 estamos aqui diante da informação de que uma decisão do Ibama também foi  
101 determinada pelo Judiciário de Minas Gerais cassar uma decisão que se  
102 baseava, precisamente, na necessidade de se verificar questões que exigiam  
103 isso nesse empreendimento. É para registrar esse fato. E por último eu gostaria  
104 de saber, porque houve várias informações. Como eu cheguei aqui e vi cadeiras  
105 diferentes e tem a divulgação ao vivo da reunião, só para entendermos. A  
106 informação foi de que isso é a Anglo American que está custeando. Qual o  
107 arcabouço legal que embasa? Porque nós sabemos que nas audiências  
108 públicas isso é determinado que compete ao empreendedor arcar com o custo  
109 da logística de uma audiência pública. Mas nós estamos aqui em uma reunião  
110 do COPAM, que é competência da SEMAD. Qual o arcabouço legal que  
111 embasou e que determinou que o custeio da filmagem, do aluguel das cadeiras  
112 diferentes – mencionaram cerimonial e deve ser a filmagem. Só para  
113 conhecermos esse novo formato em que reuniões do COPAM tem os custos  
114 arcados por empresas que têm processos na pauta.” Presidente Yuri Rafael de  
115 Oliveira Trovão: “Eu não tenho ciência desses custos arcados pela Anglo, mas  
116 em relação à filmagem, conselheira, a audiência é pública, nós estamos em  
117 uma reunião pública. Assim como a senhora pode gravar pelo seu celular e  
118 divulgar essa matéria, por ser pública, a empresa pode trazer mecanismos de  
119 colocar isso ao vivo também. Não tem problema algum. O arcabouço legal é o  
120 princípio da publicidade, pela Constituição Federal. Em relação a custo de  
121 cadeira, eu não sei informar à senhora se teve ou se tem. Mas em relação à  
122 publicidade, à gravação ou à disponibilidade em meio eletrônico, eu acho que,  
123 além de uma garantia da publicidade pela Constituição Federal, só dá maior

124 legalidade e visibilidade à reunião. Eu não vejo problema algum em ter essa  
125 situação aqui em nossa reunião. Talvez a Vânia possa falar em relação aos  
126 outros aspectos.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Há uma  
127 grande diferença. Qualquer um de nós realmente pode registrar essa reunião,  
128 salvar, divulgar nas suas redes sociais. O que eu estou falando aqui é uma  
129 empresa de filmagem contratada pela Anglo, cuja filmagem está sendo exposta,  
130 salvo engano, no telão. Ou o que está sendo exposto no telão é filmagem da  
131 SEMAD?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Talvez a Vânia pode  
132 esclarecer, mas eu volto a dizer, conselheira, não há problema algum,  
133 ilegalidade alguma de estar sendo disponibilizado. Isso só garante a higidez do  
134 nosso processo, a visibilidade de um processo, a facilidade de os outros  
135 participarem de uma reunião. Nós temos aqui dentro deste Conselho, dentro do  
136 nosso recinto, um número limitado de vagas. Isso sendo gravado ou sendo  
137 mostrado ao vivo só vem garantir a higidez do processo. Eu não vejo problema  
138 algum.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu gostaria de dar  
139 publicidade aqui a um ofício que nós, do Crea-Minas, recebemos do Conselho  
140 Federal, de um assunto que possa ser de interesse, principalmente, dos  
141 profissionais que estão aqui ligados às universidades. ‘Ofício 2746/218, do  
142 Confea, aos presidentes de Creas. Assunto: impedimento judicial para registro  
143 profissional de professores universitários que lecionam disciplina relacionadas  
144 com engenharia ou agronomia’. Eu não vou descer a detalhes aqui, porque já  
145 mencionei o número do ofício, mas, em síntese, os Creas estão impedidos por  
146 essa decisão do Supremo Tribunal de Justiça de exigir o registro profissional  
147 dos professores universitários que lecionam disciplinas relacionadas com  
148 engenharia e agronomia apenas para o exercício da docência. Qualquer  
149 profissional que esteja registrado no Crea e que exerça função de consultoria ou  
150 outra atividade que não caracterize a docência é obrigado a registrar e pagar  
151 anuidades normais.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só para  
152 informar sobre a gravação da reunião, ela não é disponibilizada ao vivo, é  
153 somente a gravação.” Ana Flávia Moreira Santos/UFMG: “Eu gostaria somente  
154 de deixar registrada a entrega aos conselheiros da Câmara do boletim  
155 informativo ‘Cartografia da cartografia social, atingidos pelo projeto Minas-Rio,  
156 comunidades a jusante da barragem de rejeitos’, que contém falas e mapas  
157 construídos por moradores das três comunidades imediatamente a jusante da  
158 barragem de rejeitos. Foi uma parceria que o Grupo de Estudos em Temáticas  
159 Ambientais desenvolveu com o programa ‘Nova cartografia social da Amazônia’,  
160 que é coordenado pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida e que tem  
161 já uma vasta experiência e uma metodologia desenvolvida já há anos,  
162 trabalhando com auto-cartografia de povos e comunidades tradicionais na  
163 Amazônia, em todo o Brasil e também, na verdade, em outras regiões do  
164 mundo. Então, eu gostaria de deixar registrado. Esse trabalho foi desenvolvido  
165 nos anos de 2017 e 2018.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Só para  
166 cientificar os conselheiros e todo o público de que saiu publicada no dia 15, no

167 'Diário Oficial', a prorrogação do mandato dos conselheiros das unidades  
168 colegiadas do COPAM, até a posse dos novos conselheiros." **4) EXAME DA**  
169 **ATA DA 37ª REUNIÃO DA CMI.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "A  
170 ata não foi disponibilizada a tempo, então, eu vou retirar esse item de pauta." **5)**  
171 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**  
172 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**  
173 **OPERAÇÃO / AMPLIAÇÃO. 5.1) Amal Empreendimentos e Mineradora**  
174 **Alvorada Ltda. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na**  
175 **construção civil; extração de argila usada na fabricação de cerâmica**  
176 **vermelha; estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de**  
177 **empreendimentos minerários; postos revendedores, postos ou pontos de**  
178 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**  
179 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.**  
180 **Careaçu/MG. PA 12489/2013/004/2018, DNPM 831.440/1990. Classe 4**  
181 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**  
182 **Supram Sul de Minas. Retorno de vista: Fonasc e Ibram.** Conselheira Maria  
183 Teresa Viana de Freitas Corujo: "O Fonasc não conseguiu fazer o parecer de  
184 vista nem consultar o processo, diante do fato de que nós estamos em uma  
185 sequência de reuniões extraordinárias que agora extrapolaram mais ainda.  
186 Antes eram sete dias só para se consultar o processo e se preparar parecer de  
187 vistas, e agora neste mês de dezembro nós fomos surpreendidos com um  
188 tempo menor ainda. Nós tivemos uma reunião extraordinária no dia 11 de  
189 dezembro, e, convocada esta reunião, que está na agenda como ordinária, o  
190 prazo ficou restrito a quatro dias úteis, incluindo o dia em que precisamos  
191 enviar. Uma pauta extensa, assuntos que são de grande impacto nos territórios,  
192 e, como sempre colocamos nos nossos pareceres de vista, o Fonasc foi  
193 inviabilizado de cumprir o seu papel ocupando a única cadeira de ONG nesta  
194 Câmara, porque não houve tempo hábil em quatro dias úteis, incluindo o dia do  
195 envio do parecer, para tratar do processo de licenciamento da Anglo American e  
196 mais todos esses outros dois processos de que pedimos vista. Nós lamentamos  
197 muito pelo território de Careaçú, pelo que significa, possivelmente, impactos  
198 dessa ampliação desse empreendimento. E nós queremos que se registre em  
199 ata que entendemos que é uma violação do direito e que isso também vai contra  
200 princípios básicos do direito ambiental, que têm a ver não com a celeridade para  
201 eficiência a favor de empreendimentos econômicos. Na questão ambiental e de  
202 princípio da precaução, essa celeridade não pode ser para atender  
203 empreendimentos econômicos, tem que ser para se fazer o que tem que ser  
204 feito com critério. E o Fonasc tem muito cuidado em olhar todos os processos  
205 de licenciamento e não pôde fazer isso no caso desse processo em jogo. E nós  
206 lamentamos profundamente que isso continua ocorrendo nesta Câmara."  
207 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu esclareço aos presentes e aos  
208 conselheiros que os nossos prazos regimentais estipulados pela DN foram

209 cumpridos. Então, não a ilegalidade alguma em relação à disponibilização e à  
210 convocação da reunião.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Nesse processo,  
211 nós fizemos pedido de vista, e foi disponibilizado em tempo hábil, desde a  
212 primeira reunião, a anterior. É um empreendimento de extração de areia e  
213 cascalho, é um pedido de vista específico que foi efetuado, e nós somos  
214 plenamente favoráveis ao licenciamento já definido pela própria Supram.  
215 Estamos de acordo, presidente, com essa solicitação da Amal  
216 Empreendimentos e Mineradora Alvorada Ltda.” Conselheira Maria Teresa  
217 Viana de Freitas Corujo: “Para ficar constando em ata, que sempre se traz como  
218 justificativa que está obedecendo prazos regimentais. Isso não é a prática em  
219 relação a outras questões também regimentais e legais. Um recurso contra a  
220 Licença de Operação da Anglo American, apesar de o prazo legal ser 60 dias  
221 para ser deliberado, demorou três anos para o Estado pautar. Um recurso  
222 contra uma linha de transmissão demorou um ano e oito meses, e, se não  
223 tivesse tido a interferência do Ministério Público, iam ser licenciadas as licenças  
224 subsequentes da linha de transmissão sem nem pautar o recurso. No caso de  
225 Maravilhas III, a mesma coisa. Havia três recursos, inclusive do Ministério  
226 Público, que não foram considerados, demoraram para ser pautados, e o  
227 Estado tentou pautar a licença subsequente. Então, é importante ficar registrado  
228 porque se informa aqui nesta Câmara que convocar reuniões extraordinárias,  
229 recorrentemente, com prazos mínimos para se fazer a devida análise dos  
230 pareceres de vista, é baseado em prazos regimentais, quando na realidade  
231 essa mesma SEMAD não usa prazos regimentais e legais em outras questões  
232 como, por exemplo, recursos. É importante porque nós temos que tratar as  
233 coisas do jeito que elas são. Então, embora esteja dentro do que o Regimento  
234 permite, é importante dizer que tem que ter justificativa, e justificativa a real, no  
235 sentido de uma demanda dessa reiterada convocação de reunião extraordinária,  
236 e tem que também verificar as questões de eficiência e razoabilidade. Qual a  
237 razoabilidade de se pautarem reuniões extraordinárias reduzindo o prazo para  
238 vista, consulta aos documentos do processo, geralmente com muitas pastas e  
239 muitos documentos, para quatro dias úteis? Essa razoabilidade, a nosso ver,  
240 não está atendendo as questões que têm a ver com o direito ambiental.”  
241 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Os prazos que a senhora tem em  
242 relação a seis meses, pela Deliberação Normativa COPAM – isso também está  
243 em decreto –, são prazos impróprios. O que são prazos impróprios? São  
244 aqueles que não levam à preclusão, então, não tem prejuízo algum de ser feito  
245 posteriormente. Realmente, não conseguimos a tempo fazer todo o nosso  
246 trabalho, e eu creio que também aqui ninguém consiga a tempo fazer todo o  
247 trabalho que tem. Eu até vou solicitar à Secretaria Executiva – nós temos  
248 excelentes números nesta gestão, e os senhores fazem parte disso – que passe  
249 para os conselheiros a apresentação feita pelo secretário adjunto Anderson de  
250 quanto os nossos números têm melhorado em relação à análise dos nossos  
251 processos. Não só processo administrativo em relação ao licenciamento

252 ambiental, quanto aos trâmites dos autos de infração. Para os senhores terem  
253 uma ideia, nós melhoramos em mais de 600% a nossa análise em relação aos  
254 autos de infração. Então, nós temos números excelentes a serem  
255 demonstrados, e eu solicito à Secretaria que passe isso aos conselheiros como  
256 forma de divulgar o trabalho que está sendo feito. E reafirmo, os nossos prazos  
257 estão sendo obedecidos naqueles que são próprios. Eu verifiquei aqui, não tem  
258 nenhum inscrito. Questiono se algum conselheiro tem mais algum destaque em  
259 relação ao ponto do processo. Não havendo, eu vou colocar em votação o item  
260 5.1 da nossa pauta, Amal Empreendimentos e Mineradora Alvorada Ltda. Os  
261 senhores conselheiros que estiverem de acordo levantem a placa verde. Os  
262 contrários se manifestem. Votos favoráveis: Cefet, Codemig, Ibama, DNPM,  
263 Crea, Segov, Sindiextra, Ibram, Federaminas, Seccri e Sedectes. Voto contrário:  
264 Fonasc. Por favor, conselheira, justifique.” Conselheira Maria Teresa Viana de  
265 Freitas Corujo: “O nosso voto contrário é embasado no fato de que, pela  
266 impossibilidade de fazer vista ao processo, não há como votar favorável, até  
267 pelos princípios da precaução. Porque nós estaríamos cometendo uma violação  
268 à nossa representatividade aqui. E caso esse processo realmente não esteja  
269 devidamente tratado e que esteja com questões graves o Fonasc não quer ser  
270 responsabilizado por ter votado favorável.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
271 **PARA EXAME DE ALTERAÇÃO/EXCLUSÃO DE CONDICIONANTES DE**  
272 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E**  
273 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Mineração Arco Íris Ltda. Extração de areia**  
274 **e cascalho para utilização imediata na construção civil. Piranguinho e São**  
275 **José do Alegre/MG. PA 10206/2009/003/2017, DNPM 830.230/2001. Classe 4**  
276 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**  
277 **Supram Sul de Minas. Retorno de vista: Fonasc e Ibram.** Conselheira Maria  
278 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Como foi falado em relação ao item anterior,  
279 esse foi o segundo processo em que não foi possível (parecer de vista do  
280 Fonasc). Falando em estatística também, ao longo de todo o tempo de atuação  
281 do Fonasc, foram raríssimas as vezes em que o Fonasc não apresentou vista, e  
282 realmente a razão está fundamentada no prazo somente de quatro dias úteis  
283 entre a reunião e o acesso à documentação. E mais uma vez registramos que  
284 lamentamos profundamente porque nós não pudemos contribuir. E é um  
285 empreendimento na região de Piranguinho e São José do Alegre, que já tinham  
286 passado por aqui outros empreendimentos. E nós ficamos inviabilizados mais  
287 uma vez por causa dessa convocação, que agora é de quatro dias úteis só para  
288 vista. Esse é o motivo e a razão. E eu já vi em um documento recente – não me  
289 lembro agora qual –, quando foi usada a palavra ‘protelatório’. Eu quero registrar  
290 que, quando o Fonasc pede vista, não tem qualquer coisa a ver com  
291 mecanismos protelatórios muitas vezes usados pelos nossos políticos em  
292 outras instâncias. Quando o Fonasc pede vista é para realmente, primeiro,  
293 permitir que quem estiver nos municípios onde é o empreendimento, se houver  
294 pessoas, grupos que têm questões a levantar, que queiram olhar o processo,

295 haja essa possibilidade. Não é protelatório porque o Fonasc realmente olha,  
296 tenta entender e verificar o que se trata e traz contribuições nos seus pareceres  
297 de vista. Infelizmente, a maioria – está no histórico – tem graves questões que  
298 não são tratadas devidamente. Não se pode trazer, como se está começando a  
299 perceber, que os pedidos de vista do Fonasc a todos os processos de  
300 licenciamento na CMI têm mero caráter protelatório, porque isso é uma falta,  
301 inclusive, com a verdade. É só pegar o histórico da CMI, olhar todos os  
302 pareceres de vista que o Fonasc fez e perceber que não tem nada de  
303 protelatório. Eu estou querendo registrar. Pena que eu não lembro agora qual  
304 documento recente que eu vi, não lembro se é do Estado, não lembro se é de  
305 algum empreendedor, mas isso ficou colocado. Então, eu quero que fique  
306 registrado em ata para que isso não se transforme em um discurso para  
307 desqualificar a atuação das ONGs em câmaras onde são constituídas  
308 precisamente para não haver a voz da sociedade e do meio ambiente.”  
309 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Independentemente de qualquer  
310 documento que tenha, o respeito que nós temos pelas decisões dos senhores  
311 ou sobre o pedido de vista ou em relação ao requerimento da baixa em  
312 diligência ou em relação ao posicionamento de deferimento ou indeferimento do  
313 processo, será respeitado por esta Câmara e pelo Estado.” Conselheiro João  
314 Carlos de Melo: “Esse processo da Mineração Arco Íris trata de uma pequena  
315 mineração, em termos de porte. É um processo administrativo de Licença Prévia  
316 concomitante com Licença de Instalação e Licença de Operação. O nosso  
317 parecer foi disponibilizado em tempo hábil desde a reunião anterior. Nós somos  
318 plenamente favoráveis à anuência desse pedido referente a esse parecer  
319 específico da Mineração Arco Íris, PA COPAM 10206/2009/003/2017, DNPM  
320 830.230/2001, classe 4. Nós estamos totalmente de acordo, senhor presidente.”  
321 Conselheira Verônica Ildfonso Cunha Coutinho: “Eu queria fazer um  
322 comentário porque, constantemente, eu me sinto, profissionalmente, atacada  
323 com alguns comentários da conselheira Maria Teresa. Os técnicos da Supram  
324 fazem os pareceres baseados no princípio da administração pública. Três deles:  
325 legalidade, moralidade e eficiência. Assim como o nosso Regimento Interno  
326 também tem que atender esses princípios. Dentro do princípio da legalidade,  
327 eles têm que atender os princípios que a senhora chama também que são os  
328 princípios do direito ambiental. Além disso, eu ocupo aqui a cadeira da Casa  
329 Civil, sou subsecretária de Relações Institucionais. A minha Subsecretaria, uns  
330 papéis dela é atender a sociedade civil. Inclusive, a senhora pode me procurar,  
331 um dos meus papéis é exatamente fazer essa interlocução entre a sociedade  
332 civil e os órgãos do governo. Então, eu acho que às vezes falta um pouco de  
333 conhecimento, inclusive, da sociedade civil para saber o papel do governo. Se a  
334 senhora buscar na legislação, vai ver que o meu papel é esse também. Então,  
335 quando a senhora fala que tem um pouco de dificuldade às vezes de executar o  
336 relato de vista nesse prazo, pode ficar à vontade, eu estou à sua disposição  
337 para auxiliar em qualquer uma dessas demandas que a senhora tiver. Então, eu



338 acho que nós temos que ter um pouco mais de conhecimento antes de atacar  
339 as pessoas no trabalho que elas executam.” Conselheira Maria Teresa Viana de  
340 Freitas Corujo: “Já que foi referido sobre a minha fala, primeiro, que eu não  
341 ataquei pessoas, eu informei a razão por que o Fonasc não apresentou os  
342 pareceres de vista, pelo prazo curto de quatro dias úteis. O que eu informei é  
343 que tem questões ao longo desse tempo nos processos de licenciamento que o  
344 Fonasc analisou que apontam situações de irregularidades ou omissões graves  
345 que ficaram registradas. Isso é um direito. Além do mais, a atuação de qualquer  
346 agente público – nós também aqui nesta Câmara somos – ou a atuação de  
347 servidores não significa que não possam existir situações que violam isso.  
348 Como eu já falei em outras reuniões, nós temos um histórico na SEMAD, onde,  
349 apesar de ter todos esses princípios que foram mencionados pela conselheira  
350 da Casa Civil, de que os servidores do Estado atuam baseados nos princípios  
351 da boa-fé e todos esses princípios, nós temos um histórico no Estado, na área  
352 da SEMAD, que aponta, sim, o que o Fonasc trouxe. Eu vou reiterar o que eu  
353 falei na reunião passada. Nós temos um histórico de um diretor geral do IEF  
354 preso há muito tempo, Humberto Candeias, por questões envolvendo processos  
355 de licenciamento. Nós temos um secretário de Estado de Meio Ambiente,  
356 Adriano Magalhães Chaves, que foi três anos secretário de Estado de Meio  
357 Ambiente, que está respondendo inquérito criminal por formação de quadrilha a  
358 favor da MMX. Nós temos uma superintendente de uma Supram também alvo  
359 de investigação e que foi afastada ou se afastou por questões de favorecimento  
360 de uma empresa mineradora. Então, quando eu trago aqui que existem, sim, ao  
361 longo do que nós fizemos vista nos processos, desde que começou a CMI,  
362 questões que não estão devidamente tratadas, sejam omissões, sejam  
363 informações inverídicas, sejam questões não bem tratadas, isso significa que é  
364 direito, sim, nós trazermos elementos como: com essa velocidade de reuniões  
365 extraordinárias, com prazo só de quatro dias para trazer retorno de vista, como  
366 se garante os princípios da razoabilidade, da precaução, da prevenção? Isso é  
367 muito diferente de eu ter chegado aqui atacando servidores. E é um direito da  
368 sociedade civil cuidar do meio ambiente, e nós sabemos todos desse direito  
369 fundamental que está na Constituição.” Conselheira Verônica Ildfonso Cunha  
370 Coutinho: “Tanto é um direito que eu me coloquei à disposição para ajudar.  
371 Mas, para bom entendedor, meia palavra basta. Quando a senhora vota ‘sem  
372 fundamento técnico’, contrário ao parecer da Supram, falando que não vai votar  
373 a favor porque pode ter alguma coisa ali, para mim, eu não preciso dizer que a  
374 senhora está questionando o trabalho que foi feito. ‘Sem fundamento técnico’,  
375 isso para mim quer dizer isso. A senhora está votando um parecer técnico.”  
376 Antônio Augusto Melo Malard/SEMAD: “Eu não poderia deixar de utilizar a  
377 palavra neste momento, primeiro, para dizer da competência das equipes da  
378 SEMAD. Não só da SEMAD, mas do Sisema, das Suprams e da Suppri,  
379 especialmente, que tem sido, de certa forma, sim, atacada nas reuniões. É uma  
380 equipe que trabalha bastante, é uma equipe extremamente competente, com

381 quadro de profissionais extremamente capacitado, que executa o seu trabalho  
382 com excelência e trabalha, inclusive, em finais de semana, além do horário  
383 previsto, realmente para que tenhamos a eficiência que temos conseguido,  
384 principalmente, nos anos de 2017 e 2018. Em nenhum momento a equipe se  
385 exime de responder quaisquer questões técnicas, jamais algum questionamento  
386 técnico deixou de ter uma resposta da Suppri ou da Supram. Então, não é  
387 jamais uma verdade dizer que não há resposta aos questionamentos  
388 apresentados, seja no relato de vista ou seja aqui durante a reunião. Eu quero  
389 dizer também, claro, é um direito de todos os conselheiros apresentar os  
390 questionamentos, só que o que a equipe técnica vai responder são aqueles  
391 realmente que têm a ver, claro, com o objeto, com o mérito da licença. E o que  
392 a conselheira coloca, de novo, fazendo algumas insinuações em relação à  
393 honestidade da equipe, trazendo casos antigos, a Justiça existe realmente para  
394 julgar, para analisar esses casos. Não é porque no passado possa ter havido  
395 alguma irregularidade, o que pode haver em todos os ramos da sociedade,  
396 inclusive em ONGs também existem investigações. Isso é normal em qualquer  
397 ramo, todos que estão representados aqui, nas suas instituições, vez ou outra,  
398 houve alguma investigação. E se realmente existe uma irregularidade tem que  
399 ser apurada. Agora o que não pode ser colocado são realmente palavras em  
400 vão atacando sem ter qualquer tipo de prova. Isso nós não vamos admitir,  
401 inclusive, hoje, nesta reunião. Que fique muito claro.” Presidente Yuri Rafael de  
402 Oliveira Trovão: “Só complementando o que o Antônio Malard disse, eu vou ler  
403 em relação à parte do Código de Ética do Servidor Público. Artigo 2º, dos  
404 direitos e garantias do servidor público, como a própria conselheira falou, os  
405 senhores, para todos os efeitos, são considerados servidores públicos para fins  
406 administrativos, cíveis e criminais aqui no Conselho. E, em relação aos  
407 servidores, já são servidores propriamente ditos. Artigo 2º - Como resultantes da  
408 conduta de ética que deve impetrar no ambiente de trabalho e suas relações  
409 interpessoais, são direitos do servidor: -liberdade de manifestação, observado o  
410 respeito à imagem da instituição e aos demais agentes públicos... E nesse  
411 ponto iremos pautar nossa reunião como todas no decorrer das nossas  
412 conduções.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu gostaria de fazer um  
413 comentário a respeito da situação que foi criada aqui. Eu acho que essa  
414 situação foi criada porque ao longo do tempo esses prazos para análise,  
415 efetivamente, têm sido reduzidos. E o trabalho que o Fonasc tem feito é um  
416 trabalho elogiável, só merece respeito e aplausos. A fundamentação, quer dizer,  
417 por que foram criados conselhos de política ambiental? Nós nos baseamos nos  
418 sistemas europeus, principalmente o alemão, em que um conselho é paritário:  
419 metade é governo, a outra metade é sociedade civil sem interesses  
420 econômicos. O interesse econômico tem voz, mas não tem voto. O que nós  
421 assistimos nos atuais conselhos de política ambiental é que a sociedade civil foi  
422 relegada a um único voto. E o trabalho que o Fonasc tem feito pega cada um  
423 desses processos e vai verificar com a comunidade o que está acontecendo lá,

424 de fato. Então, eles, efetivamente, precisam de tempo para analisar esses  
425 processos. O que muita gente pode considerar como se está falando que é um  
426 erro, não, gente, um processo, um EIA, um Rima, pode ou propositalmente ou  
427 sem a intenção omitir fatos que seriam importantes para análise daquele  
428 processo. Então, eu não acho, em hipótese alguma, e acho um erro, um  
429 equívoco muito grande dizer que as atitudes e as solicitações do Fonasc são  
430 protelatórias. Elas, a meu ver, não são protelatórias. É a única voz no Conselho  
431 que está representando e fazendo a defesa dos interesses da sociedade civil, o  
432 restante que está aqui são governo e interesse econômico. Então, eu não posso  
433 me omitir e dizer que acho que a fundamentação dela está correta.” Presidente  
434 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em nenhum momento nós falamos que as  
435 manifestações da Maria Teresa são protelatórias, do Fonasc, quem trouxe a  
436 palavra ‘protelatório’ foi a própria Maria Teresa, que falou que viu isso em um  
437 documento. Eu não vi, em nenhum momento, nenhum conselheiro nem por  
438 parte do Estado tratando dessa forma. E nós, como eu disse, iremos respeitar,  
439 sim, as manifestações contrárias e os pedidos de vista, é direito, é uma garantia  
440 dos senhores. Em relação aos conselhos, eu acho que este aqui é uma câmara  
441 não só por uma ONG, mas também nós temos outros momentos quando é dada  
442 publicidade a um processo, por meio de sua publicação em periódico regional,  
443 em periódico local, no ‘IOF’, de qualquer cidadão trazer informações para  
444 subsidiar a análise. Inclusive, os técnicos, quando vão a campo, procuram  
445 conversar com aquelas pessoas que são afetadas. Então, não é só neste  
446 momento, nós temos vários momentos que são tratados, inclusive pela  
447 responsabilidade que têm os técnicos, desses momentos de trazer essas  
448 informações da sociedade para dentro do processo. Disso o senhor pode ter  
449 certeza, independentemente da atuação de outro organismo, isso é visto dentro  
450 dos nossos processos.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Permita-me  
451 discordar do meu colega Julio. Quando nós falamos aqui em sociedade civil, o  
452 Crea se faz presente aqui também como sociedade civil. É uma entidade... Da  
453 mesma forma que nós respeitaremos as palavras das pessoas que vão falar  
454 aqui ao microfone, eu peço a gentileza que respeitem a minha palavra durante o  
455 momento em que eu estou falando. Então, é o seguinte, presidente. Eu discordo  
456 da posição do Julio dizendo o seguinte. Nós, do Crea, estamos aqui  
457 representando a sociedade civil, inclusive como contraponto. Eu não sou,  
458 necessariamente, favorável a tudo que se aprova aqui, e, quando eu discordo,  
459 eu discordo não necessariamente na minha posição como técnico e como  
460 engenheiro de Minas, mas é um voto institucional do Crea, que estamos aqui  
461 representando a sociedade civil exatamente. E eu tenho cobrado  
462 reiteradamente aqui a necessidade da validade das nossas Anotações de  
463 Responsabilidade Técnica nos processos, exatamente para assegurar à  
464 sociedade a garantia de que ela está sendo protegida por um profissional com  
465 atribuição específica.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu  
466 pedi a palavra porque a representante da Casa Civil voltou a colocar, inclusive,

467 questionando o meu voto contrário ao empreendimento anterior, colocando  
468 dúvida ou questionando o direito do Fonasc de votar contrário, apesar de não  
469 ter feito vista ao processo. Então, eu vou novamente justificar o voto contrário.  
470 Primeiro, que o voto de cada um é de responsabilidade de cada um, e eu  
471 entendo que não cabe, independente do nosso posicionamento pessoal, trazer  
472 a esta Câmara questionamento ao voto contrário de outro conselheiro a partir  
473 da sua análise. Nós entendemos que, quando não se tem possibilidade de ter  
474 certeza sobre determinado item de pauta, pelo princípio da precaução, o Fonasc  
475 vai votar contrário. Por quê? Porque se, por acaso, nesse processo de  
476 licenciamento, houver falhas e situações não devidamente tratadas, o Fonasc  
477 não quer ser responsabilizado porque se absteve ou não se posicionou. Então,  
478 é de direito, sim, votar contrário, mesmo não tendo tido oportunidade, pela  
479 coerência e o princípio da precaução. E para terminar, só para deixar dois  
480 exemplos aqui, que é verdade, sim, que, independente de os servidores  
481 estarem trabalhando, estarem bem-intencionados, existem questões graves nos  
482 processos de licenciamento. Por exemplo, a linha de transmissão que está aí na  
483 pauta para hoje à tarde não mencionou no EIA que passa por cima do  
484 tombamento federal da Serra da Piedade...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
485 Trovão: “Conselheira, por favor, é outro objeto. Eu vou ler o artigo 31, §1º: ‘Cabe  
486 ao presidente limitar a palavra todas as vezes que entender que as  
487 manifestações não são afetas à matéria em discussão’. Eu acho que essa parte  
488 já deu. Eu vou pedir licença aos senhores para colocar o item em votação  
489 porque, só pelos inscritos, nós vamos gastar quase 11 horas.” Conselheira  
490 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu só trouxe a palavra porque a  
491 conselheira da Casa Civil – e o senhor não fez uso desse mesmo item do  
492 Regimento – trouxe uma questão de questionar o voto do Fonasc, que não cabe  
493 neste item de pauta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora se  
494 manifestou, assim como também eu não limitei a palavra da senhora. Como a  
495 senhora está repetindo o que falou anteriormente... Inclusive, o que a senhora  
496 falou agora foi justificado no item quando a senhora votou contrário. Eu me  
497 lembro bem. Então, por isso que eu estou limitando, está sendo repetitivo. Eu  
498 vou colocar o item em votação. Mineração Arco Íris, extração de areia e  
499 cascalho para utilização imediata na construção civil. Piranguinho e São José  
500 do Alegre. PA 10206/2009/003/2017, DNPM 832.377/2003, 830.257/2001 e  
501 830.258/2001. Os senhores conselheiros que estiverem de acordo levantem a  
502 plaquinha favorável. Os contrários, vermelho. Votos favoráveis: Cefet, Codemig,  
503 Ibama, DNPM, Crea, Sedectes, Seccri, Federaminas, Ibram, Sindiextra e Segov.  
504 Voto contrário: Fonasc. Por favor, Maria Teresa, justifique brevemente seu  
505 voto.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O Fonasc vota  
506 contrário por não ter sido possível conhecer o processo, conhecer os  
507 documentos, fazer contato com as comunidades, e, pelo princípio da precaução  
508 e prevenção, nós votamos contrário para garantir que não sejamos depois  
509 responsabilizados.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**

510 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A.**  
511 **Lavra a céu aberto. Minério de ferro. Conceição do Mato Dentro e Alvorada**  
512 **de Minas/MG. PA 00472/2007/015/2018. Classe 4. Apresentação: Supram**  
513 **Jequitinhonha. Retorno de vista: Fonasc, Ibram, Sindiextra e Crea.**  
514 **Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:** “O nosso parecer de vista é  
515 pela retirada de pauta. Eu vou apresentar todas as questões que tratam disso.  
516 Quero fazer um pedido de esclarecimento para que, enquanto isso, a equipe  
517 possa responder. No processo físico da maioria dos licenciamentos, localizamos  
518 que o empreendedor tem que apresentar uma certidão de regularidade fiscal.  
519 Em consulta a esse processo físico, já que muitos dos documentos não abrem  
520 no Siam nem como conselheira e absolutamente nenhum documento abre como  
521 visitante, nós observamos no processo físico que não consta essa certidão de  
522 regularidade fiscal. Não tivemos tempo de verificar se houve alteração de que  
523 não é mais necessário, e, como estávamos consultando o Tribunal de Justiça  
524 para acompanhar as ações movidas pelos Ministérios Públicos em relação à  
525 Anglo American, nós nos deparamos que a Anglo American tem e existe um  
526 processo de execução fiscal movido pela FEAM contra a Anglo American e que  
527 estava sobrestado no dia 30/10, e não tivemos acesso aos documentos. A  
528 pergunta do Fonasc, só para constar depois, é se essa certidão de regularidade  
529 fiscal que costuma estar em todos os empreendimentos de que eu tenho feito  
530 vista ao longo desse tempo, se nesse caso específico não é necessário ou se  
531 houve mudança nas normas a respeito. Em relação ao parecer de vista, nós  
532 apontamos no documento, foram disponibilizadas, estão lá no site, várias  
533 questões que, a nosso ver, requerem que esse processo seja retirado de pauta  
534 porque são questões diretamente relacionadas às premissas para um processo  
535 de LO estar pautado nesta Câmara. Quais são elas? Fora a questão que é  
536 crassa na SEMAD e no Siam – e não é só desta gestão –, a falta de  
537 disponibilização digital dos documentos do processo, o relatório da auditoria do  
538 TCE, uma das recomendações, muito clara nisso. E continuamos como  
539 sociedade sem poder acessar os documentos de um processo salvo a gente  
540 peça consulta. Então, quando o presidente Yuri falou que está tudo disponível,  
541 imaginem só: a sociedade tomou conhecimento de que o processo estava na  
542 pauta e foi pedida vista, o processo fica com o conselheiro, e nós conseguimos  
543 entrar em contato com algumas pessoas da sociedade. Mas se alguma outra  
544 pessoa da sociedade ou grupo ou ONG ou o que seja quiser ver o processo  
545 para trazer as contribuições que foram mencionadas, em quatro dias, como é  
546 que é possível acompanhar ou acessar fisicamente um processo? E por isso  
547 que no Siam tinha que estar todos os documentos de cada processo. Voltando  
548 às questões que implicam na retirada de pauta, que são várias. Primeira, uma  
549 simples, mas é processual: a publicação, em agosto, da modalidade que  
550 envolve esse licenciamento, está como LAC 2, sendo LO. Então, não ficou claro  
551 na publicação como nós estamos tratando de uma Licença de Operação de um  
552 empreendimento que já recebeu LP e LI, e é publicado que é uma LAC 2. E

553 LAC 2, para quem não conhece, são duas licenças concomitantes. Ou seja, eles  
554 publicaram que essa licença seria uma Licença de Instalação concomitante com  
555 Operação, e na realidade nós estamos tratando aqui de Operação. Então, o  
556 princípio da publicidade nesse próprio ato, que é premissa desse licenciamento,  
557 que é a publicação desse requerimento por parte do empreendedor, está  
558 errado. Então, o princípio da publicidade foi violado. Fora isso, tem uma outra  
559 questão gravíssima, a nosso ver, que essa Licença de Operação da Anglo  
560 American, da Etapa 3, embora esteja na pauta como Licença de Operação do  
561 processo como um todo, embora esteja colocado isso nas documentações que  
562 estão no processo, na realidade, o próprio Parecer Único da Supram Leste  
563 Mineiro junto com a Suppri informa em vários trechos que é uma Licença de  
564 Operação de parte das estruturas licenciadas com LP e LI. Então, tem trechos  
565 que têm aqui, página 2, 'o pleito do processo em tela é a liberação de parte das  
566 estruturas que obtiveram Licença Prévia'. Página 3, 'o processo em tela requer  
567 a operação de parte das estruturas licenciadas'. Na página 3 também, 'no  
568 processo em julgamento está sendo solicitada a liberação parcial das  
569 estruturas'. Não está claro no parecer da Supram Leste Mineiro e Suppri qual a  
570 justificativa ou embasamento legal de estar pautada uma LO da Etapa 3 de  
571 parte das estruturas de um licenciamento que envolve um conjunto de outras  
572 atividades e estruturas. Então, no nosso parecer de vista, nós colocamos que  
573 não existe previsão legal que permita a fragmentação de licenças ambientais, e  
574 isso justificaria por si só a retirada de pauta. A pergunta que fizemos no nosso  
575 documento é: como serão posteriormente licenciadas as demais estruturas e  
576 atividades deste processo se hoje estamos tratando aqui, como está na pauta, e  
577 como está na proposta de deferimento, da Licença de Operação da Etapa 3 da  
578 Anglo American? Qual vai ser o formato de modalidade que não existe no  
579 arcabouço legal das próximas Licenças de Operação, do restante das estruturas  
580 que não estão no arcabouço desse processo de licenciamento? Então, isso não  
581 tem o menor sentido. Juridicamente, a nosso ver, tecnicamente, isso deveria ser  
582 retirado de pauta por si só, porque é gravíssimo. Nós temos na pauta como  
583 Licença de Operação da Etapa 3, que teve uma LP e uma LI e só é parte de  
584 algumas estruturas. Qual vai ser a figura que vai se gerar subsequente para a  
585 Licença de Operação dos demais empreendimentos? Uma outra questão.  
586 Abordamos no nosso parecer de vista a questão de uma Licença de Operação  
587 após 11 meses de uma LP+LI e colocamos no nosso parecer de vista o que  
588 está no Parecer Único, quando foi concedida a Licença Prévia e Licença de  
589 Instalação, que esse empreendimento Etapa 3 tem um cronograma. Nesse  
590 cronograma, que está em uma das páginas do nosso documento, tem  
591 estipulado o início da operação. E o início da operação desse conjunto, que é a  
592 Etapa 3, tem atividades de estruturas que seriam daqui a quatro anos e quatro  
593 meses, que seriam alteamento da barragem, estruturas de apoio. E as próprias  
594 estruturas que estão aqui sendo objeto, segundo os empreendedores e a  
595 equipe técnica, de uma Licença de Operação, a previsão do cronograma era de

596 dois anos e sete meses. Então, no nosso parecer de vista, colocamos: qual é a  
597 justificativa técnica de tamanho erro ou encaminhamento de uma empresa que  
598 apresentou um cronograma em que a fase de operação dessas estruturas só  
599 seria daqui a dois anos e sete meses, que poderia se pensar em licenciar a  
600 operação, e em seis meses a empresa entrou com a LO, fragmentada? Fora  
601 isso, nós trazemos contextos no mérito, perguntas muito claras a partir do  
602 Parecer Único. No Parecer Único tem várias afirmações justificando por que é  
603 que pode uma Licença de Operação dessas questões do decreto e cavas SA3 e  
604 NE1. Nas justificativas, nós nos perguntamos o que é uma cava não suprimida.  
605 Não dá tempo para a gente ler, mas quem quiser depois lê. No texto vem assim:  
606 'Há uma cava não suprimida em sua totalidade na etapa da instalação'. Nós  
607 conhecemos supressão de vegetação, supressão de cavidades, supressão  
608 vegetal, e eu nunca vi uma supressão de cavidade. Então, a nossa pergunta é:  
609 o que é uma cava não suprimida? Segunda pergunta: se a supressão dessa  
610 cava SA3 se dará juntamente com avanço de lavra, como ocorreu a supressão  
611 de 161 hectares sem Licença de Operação para a lavra? Outra pergunta: se a  
612 supressão da área ainda não suprimida da cava SA3 depende ainda da  
613 construção do dique 5 – isso está no parecer dos técnicos –, qual o sentido de a  
614 empresa requerer uma Licença de Operação se depende desse dique 5, que  
615 ainda não está pronto para ser operado? Como os diques 3 e 4 ficaram prontos  
616 em dez meses se o início da sua operação estava previsto para dois anos e um  
617 mês? Outras questões. Tem uma página 106, que diz: 'A necessidade da  
618 Licença de Operação para a ampliação das frentes de lavra se deve à busca do  
619 teor adequado de ferro para alimentação da usina de beneficiamento'. Há dois  
620 questionamentos técnicos. Se a cava SA3 só tem LP+LI, o que significa cava  
621 em utilização? Segunda: se os itabiritos friáveis ricos se apresentam nas  
622 camadas superiores da mina, os 161 hectares já suprimidos da cava foram  
623 utilizados para que o nível de produção retome os patamares, isso ocorreu sem  
624 Licença de Operação? Sobre a classe 4, eu vou falar bem rápido. Existe  
625 realmente uma mudança no arcabouço legal. Aquilo que era um  
626 empreendimento classe 6, pela mudança da DN 74, hoje é classe 4, sem  
627 qualquer justificativa técnica, porque o empreendimento não encolheu, os  
628 impactos não sumiram, e ele continua sendo um empreendimento de grande  
629 impacto. Sobre as condicionantes, apresentamos considerações baseadas na  
630 legislação. A Resolução Conama diz: 'A Licença de Operação autoriza a  
631 operação da atividade após a verificação do efetivo cumprimento', que consta  
632 das licenças anteriores. Então, nós apontamos aqui no nosso parecer de vista  
633 vários trechos do parecer dos técnicos e várias observações e algumas das  
634 condicionantes que está colocado que estão em cumprimento. Então, tem 13  
635 condicionantes em cumprimento, e nós listamos quais. E tem três  
636 condicionantes a vencer. Então, olhem a falta total de lógica jurídica e técnica.  
637 Existe um arcabouço legal que diz: Licença de Operação tem que ter as  
638 condicionantes devidamente cumpridas. Estamos hoje tratando da Licença de

639 Operação da Etapa 3, mesmo que se aleguem que são algumas estruturas. No  
640 parecer da Supram Leste Mineiro e da Suppri, está claro que tem  
641 condicionantes em cumprimento e a vencer. Então, a Resolução Conama está  
642 sendo violada, porque as condicionantes da LP+LI não foram devidamente  
643 cumpridas. Eu quero dizer a vocês que têm outros elementos, que são os  
644 impactos na comunidade de Gondó, que são gravíssimos, que apontam que as  
645 condicionantes que estão nessa licença aqui ditas como cumpridas ou em  
646 cumprimento. Não é verdade. É um documento muito bem encorpado. Eu  
647 lamento não poder lê-lo todo, mas, se der chance, eu ainda vou apontar. E nós,  
648 então, diante de todas essas questões graves, entendemos que esse processo  
649 tem que ser retirado de pauta sob o risco de estar se repetindo mais uma vez no  
650 empreendimento da Anglo American atropelos graves, que justificaram,  
651 inclusive, ações nos Ministérios Públicos Federal e Estadual e várias questões.  
652 E isso é realmente inaceitável. E o nosso posicionamento é pela retirada de  
653 pauta por questões, configuradamente, que demandam a retirada de pauta.”  
654 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conforme estabelecido no  
655 Regimento, cabe ao presidente verificar a viabilidade em relação à retirada de  
656 pauta e à baixa em diligência. Em relação ao que foi lido – e o parecer da Maria  
657 Teresa, pelo Fonasc, foi disponibilizado –, eu faço algumas observações. De  
658 certa forma, confundem-se às vezes questões preliminares e às vezes questões  
659 de mérito. Em relação às questões de mérito, eu não vou entrar, porque vão ser  
660 explicadas pela equipe da Suppri e pelo Wesley, do Jequitinhonha. Mas, em  
661 relação às preliminares, por exemplo, as questões da disponibilidade do  
662 processo. O processo – nesse caso e em qualquer outro – é um só processo  
663 físico e, às vezes, disponibilizado no Siam. Aqueles que queiram ou necessitam  
664 de cópia desse processo poderão requer a qualquer momento, tanto na  
665 Superintendência quanto na Secretaria Executiva. Então, eu não vejo prejuízo  
666 algum em relação a essas questões. As outras questões, em relação à  
667 fragmentação, foram observadas, inclusive, pelo Poder Judiciário. Foram três  
668 ações civis públicas. Aqui eu não vou entrar no mérito em relação à questão  
669 colocada pelo Ministério Público Federal ou pelo Ministério Público Estadual,  
670 dois órgãos que eu respeito e pelos quais tenho admiração, mas vou pedir vênias  
671 aos colegas e aos conselheiros para ler alguns trechos de tais observações,  
672 cuja apreciação foi feita pelo Poder Judiciário, às quais, de certa forma, eu me  
673 alinho. Eu vou ler para os senhores aqui em relação a uma das ações, pelo Dr.  
674 Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves. Ele coloca em sua parte em relação ao  
675 relatório o seguinte: ‘Constata-se também que o Ministério Público já ajuizou na  
676 Justiça Estadual uma ação civil pública na 3ª Vara de Fazenda Pública e  
677 Autarquias de Belo Horizonte pleiteando a cessação das operações do  
678 empreendimento, cuja liminar foi indeferida’. O pedido de antecipação de tutela  
679 indeferido pelo Sr. desembargador Judimar Biber, do egrégio Tribunal de Justiça  
680 de Minas Gerais, bem como ação civil pública perante a mesma vara, cuja  
681 liminar também foi indeferida. Na Justiça Federal, ajuizou o Ministério Público



682 ação civil pública que tramita na 16ª Vara Federal com intuito de suspender os  
683 atos do processo administrativo de licenciamento. São duas medidas de  
684 urgência igualmente indeferidas. Então, tais assuntos já foram, inclusive,  
685 tratados junto ao Poder Judiciário, que tem o direito de dizer que foram  
686 apreciadas pelo Poder Judiciário e manteve o processo hoje em pauta.  
687 Obviamente, na Presidência, eu poderia agir de forma diferente retirando pelos  
688 argumentos lançados pela conselheira. Todavia, pelos argumentos já  
689 observados tanto pelo Poder Judiciário quanto as observações que serão feitas  
690 pela equipe da Suppri, eu mantenho o processo em pauta. Lembrando que eu  
691 não vejo utilidade em retirar o processo de pauta, porque as dúvidas da  
692 conselheira em relação ao processo serão sanadas pela equipe neste  
693 momento. E em outro momento o parecer voltará a ser o mesmo. Então, eu não  
694 vejo motivos para retirar o processo de pauta. Mantenho o processo em pauta e  
695 vou passar para o próximo parecer de vista.” Conselheiro Júlio César Nery  
696 Ferreira: “O nosso parecer foi elaborado em conjunto com o Ibram, e de acordo  
697 com esse parecer nós somos favoráveis ao deferimento em função da análise  
698 que fizemos, em que entendemos que todas as solicitações foram cumpridas  
699 adequadamente.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “De fato, senhor  
700 presidente, no parecer que foi apresentado pelo conselheiro Júlio, nós  
701 participamos desse parecer. Habitualmente, eu costumo trazer o meu parecer  
702 individualizado, mas, devido à circunstância de ter participado de reunião com  
703 diversos empreendedores, inclusive com o empreendedor que está no momento  
704 em julgamento, nós tivemos oportunidade de dialogar, discutir e entender todos  
705 os aspectos que foram relevantes durante a discussão. Portanto, eu não julguei  
706 necessário fazer um parecer individualizado, uma vez que estávamos  
707 perfeitamente alinhados com todos que estavam presentes na reunião, não só  
708 com a Anglo, mas outros empreendedores que participaram da reunião  
709 conosco, expondo o processo. E reitero, essa nossa participação como  
710 conselheiros, pelo menos da minha parte, eu não vejo nenhum aspecto que  
711 possa ser interpretado como cooptação com esse ou aquele empreendedor na  
712 análise e julgamento do processo. Até porque nós, como eu disse aqui,  
713 representando a sociedade civil, temos inteira liberdade de discordar,  
714 acrescentar e às vezes, nesse caso aqui, recusar a aprovação do projeto. Mas  
715 neste caso específico o alinhamento nosso foi completo, e a nossa indicação é  
716 de aprovação do processo.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
717 “Como a justificativa dada pela Presidência da reunião é de que não vai atender  
718 o requerimento do Fonasc de retirada de pauta baseado em decisões do Poder  
719 Judiciário que houve no caso da retirada de pauta solicitada por ações já  
720 movidas pelo Ministério Público, eu quero que fique também constando em ata.  
721 Eu estou fazendo umas perguntas. Nessas ações que foram movidas e na  
722 decisão dos juízes ou desembargadores – eu não tive tempo de olhar –, foram  
723 apontadas pela empresa que entrou contra essas ações e ganhou a cassação  
724 da liminar ou não se conseguiu a liminar por causa disso? Foram apontados

725 pela empresa os quatro pontos que o Fonasc apontou para que nesta reunião  
726 seja retirado de pauta? Que são não disponibilização, no Siam, dos  
727 documentos; publicação errada, porque está LAC 2; a LO fragmentada sem  
728 previsão legal; e condicionantes não devidamente cumpridas. Por que se a  
729 decisão do Judiciário foi baseada em outras argumentações da empresa, que  
730 não esses quatro pontos, eu reitero, como Fonasc, ao presidente desta Câmara  
731 que faça, a partir da sua competência, a decisão de manter ou retirar de pauta.  
732 Porque o Fonasc informou que tem quatro questões – como o senhor usa a  
733 palavra – ‘preliminares’ que justificam a retirada de pauta e que, se elas não  
734 foram apresentadas para o Judiciário, a decisão do Judiciário que foi usada  
735 como argumentação pela Presidência desta Câmara para não acatar o pedido  
736 de retirada de pauta, não tem sentido, porque isso não foi apresentado lá.”  
737 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheira, se a senhora me ouviu  
738 bem, eu tratei de dois pontos. Eu usei o Poder Judiciário, as decisões judiciais,  
739 para ajudar a embasar a minha decisão. Não foi só unicamente. Tanto que  
740 quando a senhora falou da disponibilidade eu falei que o processo é único, que  
741 qualquer pessoa tem acesso a esse processo durante a sua tramitação, e que  
742 qualquer um pode pedir à Superintendência ou à Secretaria Executiva também  
743 cópia desse processo. Não creio, não sei, não tenho ideia, não conheço o  
744 processo a fundo, porque só tive acesso às decisões judiciais. Em relação à  
745 publicação, eu disse também que outros pontos levantados pela senhora serão  
746 tratados pela equipe. Por exemplo, em relação à publicação, eu já adianto para  
747 a senhora que eu já falei em uma reunião posterior que eu presidi em relação  
748 ao artigo 38 da Deliberação COPAM 217, que fala sobre a reorientação do  
749 processo. Então, esses e demais pontos serão tratados pela equipe. Então, eu  
750 não só usei a fundamentação do Poder Judiciário, eu usei a minha própria  
751 fundamentação, o que a equipe vai falar para justificar e continuo com o  
752 processo em pauta. Eu vou passar agora para os inscritos, cada um terá o  
753 tempo regimental de 5 minutos.” Ana Flávia Moreira Santos/UFMG: “Eu já me  
754 apresentei. Eu queria pedir aos conselheiros, eu vi que alguns já folhearam o  
755 boletim que eu entreguei, viram os mapas, que são muito bonitos, mérito dos  
756 atingidos, que fizeram todos os desenhos e tiraram todos os pontos. Mas eu  
757 não sei se os senhores leram os mapas. Ler o mapa não é a mesma coisa que  
758 ver. E esses mapas tão lindos mostram, na verdade, uma realidade terrível pela  
759 qual estão passando não só essas três comunidades a jusante da barragem,  
760 mas praticamente todas as comunidades do entorno do empreendimento, todas  
761 pelo menos as quais a equipe do Gesta conhece e tem frequentado desde  
762 2009. Eu gostaria, por exemplo, de dar um dado que talvez vocês tenham uma  
763 dificuldade inicial de ver, que é com relação ao número de pontos demonstrados  
764 pelos próprios atingidos acerca de nascentes, poços e córregos que ou secaram  
765 ou diminuíram enormemente a vazão. Então, nós temos, por exemplo, 12  
766 pontos levantados na comunidade do Jassém, de águas que secaram ou  
767 diminuíram a vazão. Em Passa Sete, quatro secaram, duas diminuíram a vazão.

768 Em Água Quente, o símbolo de nascente do mapa da legenda é nascente seca,  
769 porque não existe mais nascente em funcionamento. Isso tem um rebatimento  
770 enorme na vida dessas comunidades, porque não é só água para beber, água  
771 para higiene pessoal ou para lavar roupa, é a terra que está ressecada, quedas  
772 brutais na produção de alimentos, como mandioca, laranja, banana, feijão.  
773 Dados do IBGE que dissertações de mestrado têm mostrado pelo menos desde  
774 2017. São dados do IBGE e que relacionam essa situação com a implantação  
775 do empreendimento. Dito isso, eu gostaria que os senhores colocassem a mão  
776 na consciência para terem a consciência de que a situação dessas  
777 comunidades, a grave situação dessas comunidades, depende das decisões  
778 dos senhores. E eu vou falar o seguinte: os juízes podem estar enganados  
779 porque os juízes não acompanham os processos aqui. Entretanto, nós, que  
780 acompanhamos, inclusive de fora, esse licenciamento, já vimos esse jogo ser  
781 jogado antes, já vimos a LI da Etapa 1 ser dividida em LI Fase 1 e Fase 2.  
782 Sabemos já que todas as condicionantes, naquela época, fundamentais para a  
783 garantia dos atingidos jamais foram cumpridas. Elas foram ou descumpridas,  
784 foram reiteradas e depois foram desconstruídas ao longo do licenciamento,  
785 como os parâmetros para o reassentamento, como o reconhecimento das  
786 comunidades atingidas e o parâmetro para o reassentamento do plano de  
787 negociação fundiária. É isso que está acontecendo aqui de novo. Então, eu  
788 gostaria de pedir que os senhores virassem a contracapa e observassem essa  
789 imagem. Quando as condicionantes serão cumpridas? Se não é na LO, para  
790 exigir as condicionantes efetivamente cumpridas, quando é que vocês irão  
791 cobrar dessa empresa condicionantes cumpridas? Se não é agora, quando  
792 será? Porque as comunidades estão há dez anos na luta e até hoje não foram  
793 reconhecidas. A empresa finge que reconhece, porque no EIA dessa etapa  
794 colocou vários mecanismos de desresponsabilização e pretende simplesmente  
795 impor a eles negociações individuais em que a empresa é que manda, ao invés  
796 de reconhecer direitos.” Lúcio da Silva: “Lúcio da Silva, atingido pela Borba  
797 Gato, MMX e Anglo American. Em várias reuniões, eu já falei que eu não  
798 entendo de mineração, porque eu não sou estudado em mineração, mas sou  
799 nascido na roça, no mato e de violação e crime eu entendo. Vamos voltar no  
800 tempo, no século XV chegaram os portugueses ao Brasil. Para explorar a  
801 madeira e o ouro, precisaram matar os escravos e trazer os negros para  
802 trabalhar. Agora, no século XXI, os ingleses colocaram o Brasil de escravo.  
803 Escravo não é só o lavrador, são todos escravos de uma empresa estrangeira  
804 que só vem visar lucro aqui no país. Vocês, conselheiros, pensam que a família  
805 de vocês não vai ser afetada com isso? Crime. Se matar um leão, é crime.  
806 Quem mata um beija-flor é criminoso. É crime. Eu pergunto para vocês, no  
807 desmorte de rocha, hoje, os pássaros que botaram não puderam chocar. Se  
808 você for lá no mato, pegar uma orquídea ou um pássaro, é preso sem fiança. Se  
809 matar um animal, é preso sem fiança. Agora por quê? Preste atenção, põe a  
810 cabeça no travesseiro para pensar, gente. Nós deveríamos estar aqui todos

811 unidos, porque os ingleses não querem nem saber, vão deixar o buraco e vão  
812 embora. E nós estamos aqui. Um pouco está aqui brincando, eu, não. Vamos  
813 prestar atenção, gente. Tem que minerar? Tem. Vamos voltar a Mariana. Hoje  
814 nós temos em Conceição o espelho de Mariana. Uma barragem que rompeu em  
815 Mariana, em Fundão, olhe o desastre que aconteceu. Será que a barragem é  
816 que é culpada? Será que os funcionários que morreram suicidaram? Porque  
817 não tem culpado da morte. Não tem culpado, não tem ninguém na cadeia. Sabe  
818 por quê? Porque não tem cadeia para caber os culpados, não tem como. Então,  
819 gente, não vamos brincar com vidas, porque tem alguém olhando, e nós vamos  
820 prestar contas por esse motivo. Se vai minerar, se vai trabalhar, vamos fazer as  
821 coisas com responsabilidade. Levaram o ouro, levaram o pau-brasil e hoje estão  
822 comemorando a Estrada Real. Daqui uns anos vão estar comemorando o  
823 mineroduto. Alguns eu acho que vão até querer passar por dentro do tubo para  
824 sair lá no Rio. Vamos prestar atenção porque cada um que tomar a decisão vai  
825 ter que prestar conta. Hoje eu estou aqui alegre porque eu não deixo ninguém  
826 tomar decisão para mim, porque as consequências vão ser minhas. Eu tenho  
827 certeza de que vou prestar contas. Por esse motivo, vamos refletir, vamos  
828 minerar, mas com sabedoria, com respeito. Tem famílias abaixo da barragem.  
829 No passado, teve alguém com uma situação que era para ele ter decidido, e ele  
830 não decidiu e falou que lavou as mãos. Mas será que ele lavou o cérebro, a  
831 mente e a consciência?” Elias de Souza: “Meu nome é Elias, sou morador da  
832 cabeceira do Turco e vou dizer uma coisa para vocês aqui, conselheiros. Eu  
833 consegui provar do gosto amargo e do doce, de todos os dois. Com 7 anos de  
834 idade, eu me alimentava com barro branco para matar minha fome. Por isso que  
835 eu decidi vir para Conceição depois para juntar com os idosos e crianças e não  
836 ver o direito deles ser violado, porque eu tinha os meus direitos todos violados.  
837 E agora o que eu vejo aqui é crime o que vocês estão fazendo. Cadê o policial?  
838 Tem um policial aqui? Porque vai começar a prender gente aqui, porque tem  
839 uma série de crimes aqui. Vocês não conhecem a vida das pessoas daquela  
840 comunidade, vocês não conhecem o nosso sofrimento, vocês leem papel que a  
841 empresa mentirosa traz, uma empresa que falou que iam ter dois anos de  
842 garantia de emprego para as pessoas e agora está mandando mais de 400  
843 embora. No último que eu falei com vocês, eu fiz um desafio a vocês, para em  
844 todas as palavras minhas que fossem erradas vocês me processarem. Eu  
845 consultei, não tem nenhum, é porque eu falei verdade. Porque vocês já me  
846 processaram uma vez e não perdem chance de processar a pessoa. Até errado  
847 vocês processam. Isso é uma pouca vergonha, os nossos idosos estão  
848 morrendo, a violência está crescendo, pessoas, vidas, criança de 16 anos com  
849 distúrbio mental. Vocês sabem o que é isso? Senhores conselheiros, olhem  
850 para a mão de vocês. Parece limpa, não é? A minha também parece limpa.  
851 Muitas vezes as suas vistas estão a enxergando limpa, mas ela está suja de  
852 sangue, muito sangue. Se vocês aprovarem isso aqui hoje, saibam que vocês  
853 estão levando maldição para sua casa, porque vocês não estão fazendo com

854 gente grande, vocês estão fazendo com idoso, vocês estão ajudando uma  
855 empresa que não cumpre trato. Eu fui conselheiro do Codema e vi esse  
856 processo do Step 3, que foi todo violado. Foi votado sem quórum. Lá na nossa  
857 comunidade não chega política pública. Nós precisamos da polícia à noite e  
858 também não temos. Mas por que não temos? Crescimento desordenado. E é  
859 isso o que vocês vão fazer hoje. Cada um daqui a pouco vai mostrar sua  
860 identidade, vai escolher se quer levar isso nas costas ou se vai deixar aqui para  
861 quem quiser pegar. Porque que confesso a vocês que eu não aguento mais, eu  
862 já estou no meu limite, eu já não aguento mais. Desde criança sofrendo  
863 violações, mas a pior violação que eu estou sofrendo não foi ter me alimentado  
864 com barro. Eu achava que era, mas não é. A pior violação que eu vejo é uma  
865 escola do nosso São Sebastião do Bonsucesso que ficou sem água, e as  
866 crianças não podiam ter aula. As comunidades todas estão se abastecendo com  
867 caminhão-pipa. Isso não é qualidade de vida. As nossas casas estão caindo  
868 com desmonte de rocha. Quem de vocês tem uma foto do Step 3 do jeito que  
869 ele está? Levante a mão, por favor, quem já viu, algum conselheiro. Ninguém.  
870 Eu acordo todo dia e vejo esse pesadelo na minha frente, e a poeira, que a  
871 roupa não pode nem ficar no varal. Quando nós chegarmos a sair de lá, vamos  
872 sair pessoas doentes. O que esse dinheiro maldito vai resolver para nós?  
873 Maldito. É por isso que eu nunca tive ganância nesse dinheiro. Pensem o que  
874 vocês vão fazer.” Mariana Rosa/Anglo American: “É um vídeo que está aí com o  
875 meu nome no arquivo. Se puder transmitir, eu agradeço.” \*\*\* Houve execução  
876 de vídeo institucional sobre as obras do projeto da Anglo American). “Só  
877 finalizando, apesar do prejuízo do áudio, eu acho que as imagens falam por si  
878 só. São imagens recentes, captadas na última semana, que mostram o status  
879 das obras em relação à Etapa 3.” Fabiana Vita/Anglo American: “Eu vou passar  
880 minha palavra e fico à disposição dos conselheiros caso tenham alguma dúvida  
881 jurídica mais tarde.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu quero  
882 solicitar a empresa, justamente em relação aos pareceres, porque foram feitos  
883 alguns questionamentos, que aproveite este momento da manifestação para  
884 estar esclarecendo também aquilo que foi colocado.” Fabiana Vita/Anglo  
885 American: “Perfeitamente, foram questionados alguns temas, como a questão  
886 da classificação da classe 4, fracionamento, fragmentação de licença,  
887 condicionantes. As ações em andamento abrangem esses sistemas, e foi  
888 determinado que a decisão final cabe ao órgão ambiental competente para tal.”  
889 Darcilha Pires: “Eu queria dizer para a Anglo American. Para vocês é muito  
890 importante querer vencer essa luta, mas para nós que somos atingidos é muita  
891 tristeza. Sabem por quê? Vocês não cumpriram nem com o PNF, porque eu  
892 tenho terra lá dentro que está cheia de água, e vocês não cumpriram ainda. Já  
893 passou a Etapa 3, agora já está na LO. E aonde está a responsabilidade de  
894 vocês? Só destruindo a nossa serra e aumentando barragem por cima de nós.  
895 Será que vocês não têm coração? Será que vocês não pensam nos moradores  
896 que moram abaixo daquele empreendimento? Será que para nós que somos

897 moradores abaixo do empreendimento é um feliz Natal? Não. Para nós já tem  
898 dois anos de tristeza. Sabem por quê. Porque só vocês que querem ter o direito  
899 e não olham o direito dos outros. Eu acho que a Anglo American tinha muito. Eu  
900 não sou contra vocês e estou cansada de vir aqui para falar isso. Não sou  
901 contra o trabalho da mineração porque sabemos que o minério faz falta, mas  
902 queremos respeito, entendimento, respeitar o ser humano, respeitar até os  
903 bichos. Porque nós moramos abaixo do empreendimento e somos considerados  
904 como bichos. Então, eu acho que nós somos bichos e temos que ser  
905 respeitados.” Patrícia Generoso Thomaz: “O Sr. Yuri falou que não haveria  
906 apresentação da equipe em razão das perguntas que foram feitas. Então, eu  
907 vou fazer questão aqui de fazer algumas perguntas e gostaria que todas elas  
908 que foram descritas no parecer do Fonasc, da conselheira Maria Teresa,  
909 fossem respondidas. Esse é o meu primeiro requerimento aqui. Foi apresentado  
910 um quadro com vários questionamentos e perguntas, e eu gostaria que fossem  
911 todos respondidos. Mas eu queria dar ênfase a algumas, em especial. Algumas  
912 que consideram, por exemplo, a condicionante cumprida. Uma condicionante  
913 que foi determinada em janeiro na Licença de Instalação e na Licença Prévia  
914 concomitante a Instalação, em janeiro de 2018, que teve um relatório de maio  
915 de 2018, ou seja, quatro meses depois, e não teve nenhum outro relatório  
916 posterior do maior período e de onde se esperavam maiores impactos, e foi  
917 considerada cumprida. Eu queria entender também por que um relatório, por  
918 exemplo, que vai ser entregue em março de 2019, a Supram pode considerar a  
919 condicionante como em cumprimento. Há, sim, um equívoco em todas as  
920 análises de status dessas condicionantes, e nós queremos saber o que está  
921 justificando isso. Eu queria saber e entender, por exemplo, por que uma  
922 empresa que tem o seu modal de transporte suspenso através de uma licença  
923 do Ibama e através de uma decisão da Justiça também. Eu estou falando do  
924 licenciamento do mineroduto, que está com a licença suspensa. E o que justifica  
925 hoje essa Licença de Operação estar aqui se não temos um modal de  
926 transporte em atividade? Qual é a pressa, qual é a conta que se tem que pagar  
927 com esse empreendimento? Isso me instiga. Outra coisa que eu gostaria de  
928 trazer em consideração aqui é que na condicionante de 17 há uma  
929 consideração da equipe técnica dizendo que os estudos apontaram para não  
930 clareza, não foi demonstrado nexos causal com a mortandade de peixes que  
931 ocorreu abaixo da barragem de rejeito. Isso me estranha também, porque nós  
932 temos um laudo de uma equipe técnica dessa Secretaria que provou que a água  
933 abaixo da barragem de rejeito havia, sim, sido contaminada ou estava  
934 degradada, a ponto de um laudo de 2017 apontar para o nexos causal e para a  
935 mortandade de peixes. O que mudou? A barragem saiu lá de cima? E existe  
936 alguém? Então, esse laudo técnico agora que falou que não há nexos causal  
937 afastou a possibilidade do outro laudo, que apontou que havia nexos? Alguém  
938 assinou nesse laudo de agora falando que não há mais nexos, comprovado no  
939 laudo anterior? Porque nós temos dois laudos técnicos feitos por uma

940 funcionária desta Secretaria que fala que a mortandade de peixes é  
941 responsabilidade da empresa e coloca a água e a situação dos moradores  
942 abaixo da barragem de rejeito como uma situação de risco, inclusive em razão  
943 da água. E existem várias outras condicionantes aqui, que não dará tempo de  
944 eu ler, mas eu gostaria que todas elas fossem respondidas pela equipe técnica.  
945 E eu gostaria de terminar minha fala com uma conclusão. Ouvindo aqui a fala  
946 do Lúcio Pimenta e dos atingidos que me antecederam, nós estamos, sim, já há  
947 11 anos de luta, 11 anos lutando pela regularidade desse processo, dez anos  
948 da primeira licença ambiental, que foi concedida sem que houvesse  
949 compatibilidade ambiental e social desse empreendimento. E não significa que  
950 as decisões judiciais vão superar o que a nossa realidade está fazendo. O que  
951 nós vivemos é um desmonte: um desmonte de legislação, um desmonte de  
952 serra, um desmonte de família, uma fragmentação de comunidades e famílias,  
953 desmonte, inclusive, de conquistas. Eu queria trazer aqui à consideração de  
954 vocês que as pessoas aqui hoje que estão falando em programa de negociação  
955 opcional, todas as comunidades do Sapo, na Licença Prévia, em 2008,  
956 concedida em dezembro de 2008, essas pessoas tinham direito a serem  
957 consideradas como atingidas diretas. O Sapo foi considerado área diretamente  
958 afetada. Isso está no Parecer Único de 2008 e na decisão que concedeu a  
959 licença em 2008. E hoje nós estamos vendo aqui a tentativa da empresa de  
960 imputar a essas pessoas um voluntarismo, a questão de opcional, como se elas  
961 fossem merecedoras de benesses da empresa. De todas essas pessoas. Eu  
962 não estou negando direito de ninguém aqui. O que nós temos aqui são direitos  
963 e não são benesses, o que a empresa está fazendo é cumprindo a obrigação  
964 dela, e não é obrigação social, é obrigação decorrente do Código de Mineração,  
965 é obrigação econômica decorrente do licenciamento e da legislação como um  
966 todo. Então, não vamos confundir isso, não vamos confundir as amputações, as  
967 destruições que a empresa está fazendo com qualquer tipo de ação que ela é  
968 obrigada a fazer com benesses. E nem isso pode ser considerado como  
969 voluntariado, como opcional, é obrigação. Então, nós precisamos também de  
970 rever essas terminologias para não colocar na cabeça das pessoas e tirar da  
971 cabeça das pessoas também o juízo de valor que elas precisam ter. Senão nós  
972 teremos mentes e terras ocas em Conceição do Mato Dentro. Isso é, para mim,  
973 muito importante. Eu gostaria também de trazer aqui a condicionante 11. A  
974 equipe técnica considerou que as condicionantes estão com prazo ainda a  
975 vencer, mas ainda assim informa que o sistema de abastecimento  
976 implementado anterior à intervenção da área será feito na cabeceira do Turco e  
977 nas imediações. Nós sabemos que as pessoas hoje lá têm vivido com  
978 abastecimento que é feito ora por caminhão, ora de outra forma, e nós estamos  
979 falando de direitos que antes se executavam ou se concretizavam de forma  
980 independente, sem que houvesse necessidade de qualquer ação da empresa.  
981 Nós estamos trocando nascentes de água por água encanada, seja por  
982 caminhão, seja por processos que estão todos na mão da empresa. Isso para

983 mim também é um absurdo e também é um fato que não permite que esse  
984 processo caminhe sem que antes se resolva. A condicionante 42 está sendo  
985 considerada cumprida, e não foi apresentado no processo de licenciamento o  
986 relatório final do Instituto Técnico de Desenvolvimento de Minas Gerais. Na  
987 etapa anterior, o processo ficou condicionado a uma assessoria independente, e  
988 hoje nós temos aqui descrito que ela não existiu, mas ainda assim que ela vai  
989 existir, e ela está sendo considerada cumprida. Enfim, esses são os  
990 questionamentos que eu gostaria que fossem respondidos.” Elizete Pires: “Eu  
991 sou da comunidade abaixo da barragem de rejeito. Eu queria falar um pouco a  
992 respeito da condicionante 39, assessoria técnica. Em janeiro e março, o  
993 Ministério Público foi lá para orientar as comunidades a respeito da assessoria  
994 técnica, e as comunidades começaram a debater o processo, como quais  
995 profissionais, como deveria ser a assessoria devido aos problemas que nós  
996 enfrentamos lá. No dia 5 de junho, convocamos a reunião com o Ministério  
997 Público para apresentarmos a síntese das discussões, e o nome do documento  
998 é ‘Orientador para a assessoria técnica’, que foi elaborado pelas comunidades  
999 de Passa Sete, Jassém, Arrudas e Água Quente. Em junho e julho, foram feitos  
1000 os contatos com as entidades da lista sugerida pelo Ministério Público. As  
1001 entidades foram, se apresentaram para as comunidades. Temo atas de todas  
1002 as reuniões. Caso alguém também quiser, nós podemos mandar também.  
1003 Estávamos nos organizando para a escolha das entidades, e, em agosto, teve  
1004 uma reunião com o Ministério Público, que nos informou que a Anglo, junto com  
1005 a SEMAD, tinha mudado os critérios e que iria contratar uma entidade gestora  
1006 para fazer os processos. Quer dizer que todo aquele processo que fizemos no  
1007 decorrer do ano foi jogado no lixo, como se não tivéssemos feito nada. E ainda  
1008 a Anglo fica pressionando as comunidades para negociar no PNO. Como não  
1009 tem assessoria técnica, ela achou uma maneira mais fácil, justamente para não  
1010 garantir os direitos das comunidades. Assessoria técnica era o direito que as  
1011 comunidades deveriam ter. A LO só pode ser liberada se todas as  
1012 condicionantes forem cumpridas? Então, por que serem liberadas sem as  
1013 condicionantes serem cumpridas? E a respeito também da condicionante 42,  
1014 que são as comunidades tradicionais. Tem mais de 150 anos que a minha  
1015 família reside lá. Ninguém, nenhuma pessoa foi lá em casa e perguntou nem  
1016 mesmo assim: ‘Há quantos anos você mora aqui?’. Ninguém apareceu lá. E  
1017 como está lá que está cumprindo e que tem comunidades tradicionais?  
1018 Ninguém sabe que são tradicionais ou não, ninguém foi lá perguntar a minha  
1019 história, ninguém foi lá perguntar a história dos meus pais, ninguém foi lá  
1020 perguntar de quantas gerações moram na região.” Judite Reis: “Eu sou  
1021 representante da comunidade de Córrego Teodoro, e infelizmente estamos  
1022 jogados às traças. Porque até então foi falado que nós fazemos parte da  
1023 comunidade de Água Quente, mas até então não fomos informados de nada.  
1024 Estamos esperando a resposta da assessoria técnica para ver o que vai ser  
1025 feito com a gente, o que vai ser resolvido. E aproveitando a palavra da Elizete



1026 nós gostaríamos de uma decisão, de uma coisa o mais rápido possível para  
1027 estar nos ajudando.” Elisa Brito/Anglo American: “Eu sou coordenadora de  
1028 Planejamento Integrado da Anglo American e gostaria de esclarecer alguns  
1029 pontos sobre o cronograma de implantação das estruturas da Etapa 3. As  
1030 estruturas foram previstas para implantação no período de 50 meses, e nesses  
1031 50 meses com início e conclusão em momentos distintos. Isso já estava previsto  
1032 no cronograma apresentado no EIA/Rima. Uma vez obtida a Licença Prévia e  
1033 de Instalação em janeiro, iniciamos as obras, ainda conforme o cronograma  
1034 apresentado, do alteamento da barragem, essa obra que seguirá pelos 50  
1035 meses previstos, abertura da cava e os diques 3 e 4. Os diques 3 e 4 foram  
1036 concluídos ainda conforme o cronograma, que apresentava que eles estariam  
1037 aptos a operar no primeiro mês do segundo ano de obras. Ou seja, em 12  
1038 meses de obras ao primeiro mês, estariam aptos a operar, e não em dois anos  
1039 e um mês conforme mencionado. Pelo mesmo cronograma, a abertura completa  
1040 da cava se daria até o sétimo mês do segundo ano de obras, ou seja, um ano e  
1041 sete meses de obras. A abertura da cava é uma obra que está em andamento  
1042 porque não iniciamos a parte que cabe à área de contribuição do dique 5. Toda  
1043 área com a drenagem coberta pelos diques 3 e 4 foi concluída e apta a operar.  
1044 Acredito que é isso, estamos conforme o cronograma.” Agnus Dei  
1045 Delgado/Anglo American: “Atualmente, eu sou gerente de Operações e Serviços  
1046 da Anglo American. Complementando a fala da minha colega Elisa Brito e da  
1047 Mariana Rosa, em virtude da apresentação feita através do vídeo, e  
1048 respondendo alguns questionamentos que a conselheira fez, a cava que se diz  
1049 que está em utilização está em utilização para o desenvolvimento do projeto.  
1050 Nós não estamos fazendo nenhuma cava suprimida, até mesmo porque a cava  
1051 só se conhece quando nós finalizamos o processo de retirada de minério ao  
1052 longo dos anos. A supressão, primeiramente, é feita através da vegetação em  
1053 conjunto com a supressão de cavidades, e, logicamente, após todo o resgate de  
1054 fauna e flora arqueológico e espeleológico, e, após essas obrigações nós  
1055 iniciamos o desenvolvimento das atividades de abertura da cava. O minério que  
1056 hoje nós estamos operando, transportando, estão em duas pilhas distintas  
1057 aonde ele aguarda, logicamente, a liberação da LO. Nós não podemos, de  
1058 maneira alguma, utilizar esse minério para as atividades-fim antes dessa  
1059 liberação. Vale salientar que, para que tudo isso fosse desenvolvido, nós temos  
1060 também que ter as contenções das obras realizadas no dique 3 e no dique 4, o  
1061 que já contempla toda essa área a jusante, que é abertura de mina. Como a  
1062 Elisa disse, nós também temos a questão do dique, que não foi suprimido e não  
1063 será, neste primeiro momento, até mesmo porque são etapas posteriores ao  
1064 desenvolvimento da cava. E após o sequenciamento, em conjunto com as  
1065 Etapas 1 e 2, que nós já estamos operando, se faz necessário para uma  
1066 composição mineral para que possamos garantir a qualidade de minério de tal  
1067 forma que nós também não tenhamos uma geração de rejeitos descontrolada e  
1068 assim não cumprir as condicionantes que foram estabelecidas para a barragem.

1069 É por isso que essas etapas são solicitadas na medida sine qua non ou ipsis  
1070 litteris do que nós precisamos fazer no sequencial das operações que nós  
1071 estamos pretendendo iniciar. Isso tudo foi feito e está sendo feito ao longo do  
1072 tempo das obras que iniciamos agora.” Lucas/Conceição do Mato Dentro: “Meu  
1073 nome é Lucas, eu sou concecionense, minha família toda é concecionense. Na  
1074 minha adolescência eu tive oportunidade de vir para Belo Horizonte estudar, fiz  
1075 o curso de engenharia civil. Assim como, quando eu concluí o curso de  
1076 engenharia civil, sempre com a expectativa de um dia poder voltar para  
1077 Conceição. Tive a oportunidade de trabalhar nas obras agora da Etapa 3, na  
1078 construção dos diques de sedimentos e estou atuando no alteamento da  
1079 barragem. Assim como eu, outros amigos e colegas que buscaram se capacitar  
1080 para poder atender o projeto tiveram oportunidade e estão também trabalhando  
1081 na Anglo American. Eu vejo a Anglo American como uma empresa séria,  
1082 empresa que realmente tem valores e faz cumprir seus valores. Ela trouxe um  
1083 impacto socioeconômico para Conceição muito positivo e, a meu ver, é uma  
1084 janela de oportunidades para muitos concecionenses e jovens que hoje estão  
1085 em Conceição, que estão buscando se capacitar em busca de um futuro melhor.  
1086 Eu vejo que Anglo American, também nas questões ambientais, atua  
1087 rigorosamente, aplica realmente as questões ambientais, ela se preocupa com a  
1088 saúde e segurança dos trabalhadores e se preocupa com a comunidade dando  
1089 todo o suporte necessário durante o desenvolvimento do projeto.” Viviane dos  
1090 Santos Rodrigues: “Eu fui moradora do Sapo, morei atrás do cemitério, não  
1091 tinha condição nenhuma de vida digna. Fui assistida pela empresa do começo  
1092 ao fim. Hoje eu posso dizer que tenho uma vida digna, tenho casa, tenho abrigo,  
1093 não chove mais na minha cabeça. Desde o começo, lá atrás, bem no  
1094 comecinho, eu cheguei à Anglo American, fui assistida por todos, tive meus  
1095 momentos também no qual eu participei, com as comunidades, de  
1096 manifestação, pois eu acreditava que isso era o certo a se fazer, ir contra a  
1097 empresa, fazer com que a empresa pague os meus sonhos. Isso é mentira.  
1098 Faça valer aquilo que você tem, faça valer a pessoa que você veio ao mundo  
1099 para ser, não pense que empresa vai pagar seu sonho. Lembre o seguinte:  
1100 Deus te dará aquilo que você merece. Eu estive na lama, pior do que chiqueiro,  
1101 morei em barraco de madeirite, fui auxiliada por uma amiga minha do Sapo que  
1102 disse para mim o seguinte: ‘Viviane, eu não tenho condições de te ajudar, mas  
1103 vou te mostrar aonde você pode ficar até as condições melhorarem.’ Se não  
1104 fosse por Sandra Stemler, se não fosse por três pessoas, só três pessoas me  
1105 assessoraram dentro do Sapo. Depois eu criei um vínculo com a Anglo, que  
1106 veio do começo ao fim. Se quiserem, eu autorizo rodar novamente o vídeo para  
1107 que vocês percebam aonde eu morava. Eu cheguei a tomar água de bebedouro  
1108 de gado, mas depois que eu fui ao escritório, depois que eu conheci a Anália, a  
1109 Stephanie, o Rafael e o restante do pessoal que me auxiliou do começo ao fim,  
1110 até que hoje eu estou na minha casa própria. Falo para todos vocês e para  
1111 todos aqueles que querem: não basta jogar pedra na empresa, não jogue pedra

1112 em quem vai te auxiliar. Hoje eu estou na minha casa própria, amanhã pode ser  
1113 vocês.” Joana Angélica: “Eu estou aqui para falar com os conselheiros, em  
1114 nome da comunidade do Sapo. Eu sou moradora do Sapo e quero falar com  
1115 vocês a respeito dos impactos que nós estamos sofrendo lá, que não são  
1116 poucos. Não está fácil morar no Sapo. A poeira é muita, dinamites que  
1117 explodem lá diariamente fazem as nossas casas tremerem. Na loja do meu  
1118 marido, tem rachadura ‘dessa largura’, e vocês podem ir lá e ver. São  
1119 rachaduras que estão comprometendo a estrutura do prédio, e corre risco de  
1120 cair a qualquer momento. E não é só lá, todas as casas do Sapo possuem  
1121 rachaduras. E a Anglo foi lá, colocou equipamento para monitorar a vibração na  
1122 hora da explosão da dinamite, e, infelizmente, foi justamente o dia em que não  
1123 vimos dinamite. Os profissionais me falaram ‘explodiu, sim, dinamite’ e até riram  
1124 e falaram assim: ‘Explodiu’. Eu falei: ‘Mas eu não vi e não senti nada’. ‘Mas  
1125 explodiu, sim.’ E no outro dia veio a pancada, e vemos o telhado balançando e a  
1126 poeira do telhado caindo dentro de casa. A situação não é fácil. Eu quero dizer  
1127 também a respeito da nossa água, que a qualidade está muito ruim, nós temos  
1128 que tomar água de caminhão-pipa. Isso prejudica a nossa saúde. E eu quero  
1129 falar também que as condicionantes não estão sendo cumpridas. Eu quero falar  
1130 a respeito, principalmente, da condicionante 39, que é a contratação de uma  
1131 assessoria técnica independente. Nós temos o direito de uma assessoria  
1132 técnica. No caso, nós já a escolhemos. Ministério Público e SEMAD  
1133 reconhecem a assessoria técnica como contratada, e assessoria não foi  
1134 contratada ainda. Está mais de 150 dias o atraso desse contrato. Isso é  
1135 inadmissível. A assessoria técnica já tinha que ter sido contratada há mais de  
1136 150 dias, e nós estamos lá sofrendo e precisando desse apoio, da ajuda da  
1137 assessoria técnica. A Anglo procurou algumas pessoas, está fazendo a  
1138 negociação opcional com algumas pessoas. Para quem vai lá e invade um  
1139 terreno e depois vende e troca o terreno invadido com o barracão que construiu  
1140 por uma casa na cidade com um lote de 300 m²... Toda vez que eu vou falar  
1141 pela comunidade as pessoas gozam porque não sabem o que realmente nós  
1142 estamos sofrendo, nós que somos de lá, nós que temos raízes. O Sapo é  
1143 constituído por duas famílias, basicamente, que são a minha família e a família  
1144 do meu marido, então, nós sabemos o que é construir, o que é comprar, o que é  
1145 investir no lugar. Igual a Elizete falou, 150 anos, 50 anos, 20 anos, nós sabemos  
1146 o que é isso. A quantidade que a Anglo está pagando pelas propostas que me  
1147 falaram é pouco. Então, o meu pedido é que a assessoria técnica entre para  
1148 nos auxiliar nessas negociações e para nos ajudar também a vencer os  
1149 impactos que vimos sofrendo nesse tempo. Então, é isso que eu queria pedir, o  
1150 cumprimento da condicionante 39. E também eu sou da comunidade de Água  
1151 Quente, nós temos propriedade lá. Nós estamos sofrendo muito com Água  
1152 Quente também, excesso de bicho, eu nunca vi tanta cobra. Tem onça  
1153 aparecendo no nosso terreno. Lugar aonde a gente antes andava, eu ia pescar  
1154 de noite, hoje eu não tenho coragem mais. Não está fácil. A situação lá de

1155 insegurança está muito grande, o rio está poluído. Como Água Quente convive  
1156 com o rio morto? Lá não existe água, é impossível as pessoas viverem só com  
1157 abastecimento de caminhão-pipa, com uma água de que não sabemos nem a  
1158 procedência. Antigamente, tomávamos água, tranquilos, da nascente e hoje nós  
1159 temos que comprar água mineral. Então, o que eu peço é o cumprimento das  
1160 condicionantes, só isso. Eu nunca fui contra a mineração, sei que a mineração é  
1161 necessária, mas eu peço o cumprimento das condicionantes.” José Celso  
1162 Santos: “Eu sou morador do distrito de São Sebastião do Bonsucesso, no  
1163 subdistrito do Beco. Sou proprietário lá há 42 anos e tenho um convívio razoável  
1164 com a Anglo. Os impactos são razoáveis. Mas eu resolvi falar aqui e me  
1165 inscrevi, até tenho pouco a dizer porque parte do que eu iria falar já foi dita. Mas  
1166 o assunto principal, sob o meu ponto de vista, é essa assistência jurídica,  
1167 porque as comunidades locais são comunidades antigas e com um nível de  
1168 escolaridade mais baixo. Então, têm dúvidas sobre valores, sobre a forma de  
1169 negociar, como vai assinar, o que vai receber, que momento é aquele. A pessoa  
1170 está ali há anos e anos e agora vai ser removida do seu habitat natural. Eu acho  
1171 que essa forma está sendo malconduzida pela Anglo. Ela poderia e tem todas  
1172 as condições de fazer isso de uma forma que agrade mais as pessoas. Por  
1173 exemplo, ela tem uma tabela que aplica a todos, como se aquilo fosse um  
1174 produto padronizado. Um quilo de tomate, por exemplo, é bem padronizado, um  
1175 pacotinho de arroz tem tipo 1, tipo 2, tipo 3, é fácil padronizar isso. Agora  
1176 padronizar a propriedade da pessoa, a qualidade da terra, tipo de acabamento  
1177 da casa, a dependência da pessoa com aquela casa e o quintal dela... Eu acho  
1178 que seja possível a Anglo ficar mais bem-vista por nós da comunidade e talvez  
1179 a forma de ela gastar, os valores das indenizações seriam quase iguais. Só que  
1180 o grau de insatisfação com ela está crescendo, e isso atrapalha muito para ela  
1181 mesma, porque as pessoas muito afetadas aí perto sairão, necessariamente  
1182 sairão. O projeto vai continuar. Já gastou R\$ 9 bilhões e não vai parar. O  
1183 imposto é bem-vindo para o Estado, os empregos bons são muito bem-vindos,  
1184 os impactos positivos são muitos. Impactado negativamente é quem está perto  
1185 do empreendimento e que sofre os impactos diretamente do empreendimento,  
1186 muito movimento de carro, fatores adversos. Eu não vou citar aqui, não é o  
1187 caso. Então, a minha colocação é que a Anglo faça uma política de boa  
1188 vizinhança conosco, que somos vizinhos dela. Eu estou a 2 km da entrada da  
1189 companhia e a 3 km da lavra. Eu sou produtor rural. E vejo que me impactam  
1190 também, eu tenho alguns problemas com eles, mas são problemas possíveis de  
1191 conviver. Mas outras pessoas são mais impactadas, que dependem mais  
1192 daquela casa delas, do quintal delas. A minha colocação seria.” Renato Camilo:  
1193 “Muitas coisas que eu ia falar já foram ditas, então, não vou me tornar repetitivo.  
1194 Mas eu queria falar uma coisa muito importante que aconteceu na minha vida.  
1195 Eu cheguei a Conceição do Mato Dentro, para ser mais exato, na região do  
1196 Turco, e tinha uma água lá de péssima qualidade. Eu bebi água do córrego. Eu  
1197 gastava para ferver a minha água, colocar água sanitária para minha família

1198 beber. Aí eu fui atrás de um recurso, eu procurei o prefeito José Fernando, que  
1199 se encontra aqui, e, através desse prefeito, nós lutamos e colocamos uma água  
1200 nesse distrito chamado Turco. Eu fui para a associação comunitária e me fiz  
1201 vice-presidente por convicção e lutei para que essa água ficasse nesse distrito  
1202 chamado Turco. E colocamos água lá de qualidade. A prefeitura nos cedeu todo  
1203 o material. Inclusive, eu não me esqueço nunca disto: a mãe do prefeito cedeu  
1204 para nós a caixa d'água, uma caixa d'água de 15.000 litros, que fica na casa do  
1205 meu falecido amigo João dos Santos. Então, eu tenho uma história naquele  
1206 lugar. A Anglo falou que compra a minha propriedade, não a minha história. Eu  
1207 tenho uma história naquele local. Eu gosto das pessoas que ali se encontram,  
1208 eu me identifiquei com essas pessoas, apesar de ser da capital, eu sonhei um  
1209 dia aposentar e ir para lá. E me sinto muito feliz. Mas a questão é o seguinte:  
1210 essa água hoje eles quantificaram a quantidade, quanto à qualidade, nunca nos  
1211 deram resposta. A minha casa sofre vibrações, a minha casa é toda trincada, e  
1212 ninguém é responsável. Em 2014, na época da Copa do Mundo, eu fui o  
1213 primeiro a dar o grito, fui considerado louco, perturbado, por muitas pessoas. 'A  
1214 sua casa vibra? Por que a minha não vibra?' O mineroduto está a 30 metros da  
1215 minha residência, a menos de 30 metros da minha residência, onde eu moro.  
1216 Eu me sinto diretamente atingido, como muitos aqui se sentem atingidos. Agora  
1217 a questão é o seguinte, eu não posso falar em nome de todos, eu sei que o  
1218 empreendimento é necessário, mas há que se colocar na consciência dos  
1219 senhores que são mais ou menos 600 nascentes de água. Eu não estou falando  
1220 de minério. Água também é minério. São em torno de 600 nascentes  
1221 soterradas, é fato, vai acontecer. Aonde eu faço a captação da minha água, que  
1222 fica a 2,5 km, em que nós fizemos a tubulação junto com a prefeitura, essa  
1223 nascente vai extinguir, vai acabar. Ela está por cima de onde eles estão  
1224 mexendo. Essa cava que eles estão fazendo, é bonito, mostraram a cava,  
1225 mostraram imagem dela a montante, e não mostraram a jusante. Sabem por  
1226 que eles não mostraram a jusante? Porque a jusante fica o distrito do Sapo, fica  
1227 a comunidade do Turco. Sabem por quê? Se essa barragem romper, vai nos  
1228 atingir diretamente, porque eu estou a menos de 1,5 km desse  
1229 empreendimento. E se isso ocorrer vai me soterrar, não dá tempo de correr. Eu  
1230 não quero ser uma vítima de Mariana. E vou falar outras coisas aqui para andar  
1231 mais rápido. Prometeram emprego para as pessoas, e a minha filha se  
1232 qualificou. A minha filha é engenheira ambiental e engenheira de segurança do  
1233 trabalho e nunca foi chamada nem para uma entrevista. Falaram que iam dar  
1234 oportunidade para o povo, e isso nunca foi feito. O cidadão ali citou o amigo que  
1235 veio de Belo Horizonte para trabalhar lá. Bacana, a minha filha, não. Nunca teve  
1236 oportunidade. Sabem por quê? Eles acham que eu sou contra a empresa. Eu  
1237 não sou contra a empresa, eu sou contra a forma como ela está agindo. Eu  
1238 gostaria que ela nos desse respeito, que nos respeitasse, porque, quando ela  
1239 chegou, ali nós já estávamos. E uma coisa que eu não poderia deixar de citar é  
1240 que tem lá o distrito chamado Sapo, e à direita é ADA, à esquerda é ADA, e o

1241 distrito em si não é ADA. Eu gostaria que a empresa me respondesse isso, por  
1242 que não é ADA. Então, são muitas coisas, a empresa está passando o carro na  
1243 frente dos bois, como dizia meu pai. Por quê? A condicionante 39 não foi nem  
1244 cumprida, não a vão cumprir, creio eu, porque estão caçando a aprovação da  
1245 LO rapidinho, mas estão se esquecendo de que nós estamos aguardando  
1246 assessoria técnica junto ao Ministério Público. E eles não estão respeitando o  
1247 nosso direito, estão passando por cima. Eles estão, inclusive, soltando na  
1248 região boatos de que isso não vai sair, que a assessoria técnica não é  
1249 legitimada. Passou para todo mundo que não é legitimada e ainda apresentou lá  
1250 que a situação estava sendo goela abaixo, que não houve aprovação da  
1251 comunidade, o que é mentira, pois a comunidade foi lá e votou. Nós  
1252 escolhemos a assessoria e espero que vocês compreendam isso.” Thiago  
1253 Augusto: “Eu sou morador de Dom Joaquim e sou contratado pela Anglo  
1254 American pelo Projeto Incluir. Para quem não sabe, o Projeto Incluir é para  
1255 aderir e incluir pessoas que possuem algum tipo de deficiência física. E eu sou  
1256 totalmente a favor porque, depois que a Anglo veio para a nossa região,  
1257 começou a ter melhoria visível de educação e saúde. Teve muita melhora, e  
1258 pode melhorar, obviamente. Mas pode melhorou em muito e melhorou também,  
1259 criou bastante oportunidade para ambas as áreas. Em qualquer área, abriram  
1260 muita vaga. Para quem tem interesse e corre atrás, está tendo vagas,  
1261 principalmente para pessoa com deficiência, o que não é fácil de se conseguir  
1262 em uma região muito pobre de recursos. A Anglo está com bastantes  
1263 funcionários PCD, são cerca de 45 só lá na mineração em Conceição. Eu sou  
1264 bastante a favor dessa aprovação.” Simone Rodrigues de Souza: “Eu sou  
1265 extensionista de bem-estar social da Emater Minas Gerais, e estou aqui porque  
1266 a Anglo está em uma parceria com a Emater, onde nós estamos desenvolvendo  
1267 um programa de reestruturação produtiva com as comunidades do entorno do  
1268 empreendimento. Com o apoio, então, da Anglo, nós estamos oferecendo  
1269 assistência técnica aos agricultores familiares e também a extensão rural,  
1270 através de cursos. São cursos de doces, de compotas caseiras, de quitandas,  
1271 cursos de salgadinhos, de bolo de festa, doces, ovos de Páscoa. E também  
1272 trabalhamos a formação de grupos de artesanato. Temos duas comunidades. A  
1273 comunidade de Itapanhoacanga e a comunidade de Córregos nós temos grupos  
1274 de mulheres que trabalham bordado de ponto livre e peças artesanais. Neste  
1275 segundo semestre, a Anglo American abriu dois editais de projetos produtivos, e  
1276 nós conseguimos aprovar, então, três projetos: uma para a comunidade de  
1277 Córregos, para esse grupo de artesanato, sendo que vai haver aquisição de  
1278 materiais e equipamentos, além de oficinas também; um para o grupo de  
1279 quitandas e doces ‘Sabores de Córregos’, que vão ser adquiridos equipamentos  
1280 para aquele grupo; e um outro para as comunidades de Sapo, Beco e Turco, o  
1281 artesanato de bambu que vamos começar agora a trabalhar lá com oficinas e  
1282 aquisição de material. E nesta semana também eu recebi a informação. Nós  
1283 fizemos um projeto que apresentamos para a Receita Estadual, e foi aprovado

1284 um projeto para a comunidades de Itapanhoacanga, desse grupo de artesanato  
1285 que trabalha lá. Com a aquisição desses materiais, nós vamos poder trabalhar  
1286 melhor as comunidades, cumprindo nosso objetivo.” Ana Maria Silva Ribeiro:  
1287 “Eu sou professora primária do ensino fundamental, componente do comitê de  
1288 convivência representando a comunidade do distrito do Beco, em Conceição do  
1289 Mato Dentro. Muitos de nós que estamos aqui somos a favor da mineração, e  
1290 outros, contra. Foi a partir dela que tomamos conhecimento da SEMAD, do  
1291 COPAM e de outros órgãos públicos que decidem com nosso aval ou nos  
1292 representam nas decisões relativas a liberação de licenças ambientais. Que  
1293 bom estarmos aqui participando desse processo. Conceder a licença para a  
1294 Anglo American operar se faz necessário, visto que muitos trabalhadores  
1295 poderão viver do sustento de suas mãos, levar o pão para a mesa do lar. Em  
1296 contrapartida, a mineradora investir nos municípios para o bem comum da  
1297 comunidade local e turistas. Só é preciso que realmente os recursos cheguem  
1298 até nós. O povo simples e trabalhador precisa de saúde, moradia, educação,  
1299 transporte e lazer e não quer de graça, quer com o suor do seu rosto. Com  
1300 emprego e uma boa remuneração, devagar conseguiremos nossos direitos e  
1301 dignidade humana. Acreditamos que os trabalhos minerários devem continuar e  
1302 que os acordos firmados com o comitê de convivência, do qual eu faço parte,  
1303 sejam cumpridos e respeitados, em especial o plano de negociação opcional  
1304 para quem quer sair de perto da mineradora e a qualidade de vida para quem  
1305 quer continuar em suas terras, que é o caso da minha família, pois acreditamos  
1306 que dá para conviver perto da mineradora, desde que ela não contamine e  
1307 seque a nossa água. Isso eu já falei uma vez, pois a água deve ser nossa, não  
1308 dos estrangeiros. Essa fala não é minha, está lá na Bíblia. Cuidem bem das  
1309 barragens de rejeitos, é melhor prevenir do que remediar, pois a natureza cobra  
1310 de nós quando a maltratamos. Cuide do reflorestamento, e mais importante do  
1311 que as matas, serras, rios, cuidem e tratem bem do povo, da gente. Sejam  
1312 cortez com seus vizinhos, aqueles que não querem e não acham necessário  
1313 sair de suas terras para que o empreendimento minerário aconteça. Barulho,  
1314 poeira, movimentação, tudo passa. Sejam sábios uns e outros, quem é a  
1315 favor e quem é contra, pois a sabedoria protege, assim como o dinheiro  
1316 protege. A diferença é que a sabedoria dá vida, pois somos feitos retos pelo  
1317 Criador, Nosso Pai, nós é que procuramos extraviar. O dia tem 24 horas, tirem 2  
1318 horas e pensem em nós, mais do que no meio ambiente, pois na natureza tudo  
1319 se transforma, tudo se aproveita, nada se perde. Muita gente não planta, não  
1320 quer plantar acreditando sair rápido, vender rápido suas terras e vender como  
1321 ADA, não pelo PNO. As serras devastadas foram compradas pela Anglo  
1322 American, e se pagaram milhões por elas. Acredito que muita gente está  
1323 querendo é isso. Sejamos felizes.” Henrique Nascimento: “Respondendo um  
1324 pouquinho a respeito das questões de atendimento de condicionantes  
1325 ambientais que foi levantado aqui no parecer do Fonasc, nós vamos falar de  
1326 todas elas que estão em cumprimento e de todas a serem cumpridas, conforme

1327 foi determinado no Parecer Único da SEMAD. Especificamente aqui, eu vou  
1328 falar das condicionantes 1, 3, 5 e 6. Falando um pouquinho da 1, foi  
1329 questionado a respeito dos relatórios anuais que foram apresentados quando do  
1330 protocolo da LO. A condicionante tem o prazo até 31 de março de apresentação  
1331 dos programas ambientais, e foi questionado por que maio, porque adotamos  
1332 uma data de corte até maio. Nós adotamos essa data como limite para ter o  
1333 prazo para elaborar os relatórios e confeccioná-los, de forma a submetê-los  
1334 também já no pedido de LO. Então, além de estarmos dentro do prazo para  
1335 apresentar em 31 de março, a empresa já, preventivamente, encaminhou os  
1336 relatórios parciais ao órgão ambiental. No que diz respeito à condicionante 3, foi  
1337 questionado pelo Fonasc se o comprovante de formalização do projeto  
1338 executivo de compensação florestal é o mesmo que o requerimento. Nós  
1339 esclarecemos que a abertura de processo junto ao IEF foi feita, nós  
1340 formalizamos esse processo no dia 26/4 junto ao IEF, para compensação  
1341 minerária, e o comprovante foi encaminhado à Supram para fim de atendimento  
1342 da condicionante. Eu acho que essa dúvida também está esclarecida. No que  
1343 diz respeito à condicionante 5, ela fala de apresentar relatórios anuais de  
1344 acompanhamento do PTRF, o projeto técnico de reconstituição de flora. Nós  
1345 esclarecemos que o PTRF está em andamento, já executamos 42 hectares de  
1346 plantio nas áreas de intervenção do Step 3 e que apresentamos também em  
1347 maio e em junho os relatórios parciais. O mesmo se aplicando também para a  
1348 condicionante 6. A condicionante 6 pede o relatório anual comprovando a  
1349 destinação dos produtos e subprodutos florestais. Nós esclarecemos também  
1350 que todos os produtos florestais estão devidamente enleirados e organizados no  
1351 pátio de lenhas da empresa e que esperamos até o final de março, que é o  
1352 prazo da condicionante, apresentar o relatório de destinação deles. Os meus  
1353 colegas vão falar de todas as condicionantes. Devido ao prazo, cada um vai  
1354 falar um pouquinho de cada um.” Isabela Santos: “Eu nasci e cresci em Dom  
1355 Joaquim, um dos municípios considerados como área diretamente afetada pelas  
1356 atividades da Anglo American. Desde que a mineração chegou à região o  
1357 cenário mudou. Eu posso dizer que mudou para melhor e falo isso com  
1358 propriedade, porque eu vi hospitais sendo revitalizados, escolas sendo  
1359 reconstruídas, igrejas sendo restauradas e ruas sendo pavimentadas. Eu vi  
1360 também jovens como eu, que antes não tinham perspectivas de futuro,  
1361 segurando um diploma na mão. A Anglo American conseguiu transformar a  
1362 nossa região. Há cerca de dez, 11 anos, nós tínhamos que sair, que deixar  
1363 nossas famílias para ir em busca de estudo e de emprego. Hoje, graças às  
1364 atividades da Anglo, instituições de ensino se interessaram em investir na  
1365 região possibilitando que nós permaneçamos juntos aos nossos familiares e ao  
1366 mesmo tempo busquemos estudo e, conseqüentemente, trabalho. A diversidade  
1367 de atividades econômicas que surgiram em consequência da mineração  
1368 favorece o desenvolvimento local. E mesmo em um cenário de crise pais de  
1369 família conseguem levar o pão de cada dia para casa, graças aos empregos



1370 diretos e indiretos gerados pela Anglo American. Eu sou filha de comerciante e  
1371 posso dizer o quanto o movimento foi afetado durante esse período em que as  
1372 operações estavam estagnadas. Eu tive a oportunidade de estagiar na Anglo  
1373 American, e foi durante esse período de estágio que eu tive a certeza de que eu  
1374 queria construir a minha carreira nessa empresa. Hoje eu sou engenheira de  
1375 segurança do trabalho a serviço da Anglo American e sou prova do  
1376 compromisso e do respeito que a empresa tem com a comunidade. Além de  
1377 priorizar a mão de obra local, ela tem formado e capacitado profissionais da  
1378 região através de parcerias com as instituições de ensino. E é claro, é bem  
1379 nítido, o quanto a Anglo respeita, o quanto a Anglo valoriza as pessoas, o  
1380 quanto ela investe nessas pessoas. Portanto, eu, como cidadão dom-  
1381 joaquinese, tenho orgulho em fazer parte dessa empresa, tenho orgulho em  
1382 dizer que apoio essa causa, porque é uma empresa que trata as pessoas com  
1383 humanidade, com respeito e que reconhece o valor que cada um de nós temos  
1384 para o sucesso do negócio. Para mim e para minha família, é muito importante  
1385 que as operações sejam estartadas. Apenas reiterando, o que está em pauta  
1386 aqui não é apenas a continuação das operações, mas, sim, o emprego de  
1387 milhares de pais de família e de mães de família.” Thales Ulhoa/Anglo  
1388 American: “Eu sou coordenador de Meio Ambiente da Anglo American. Eu  
1389 objetivo esclarecer algumas questões que foram colocadas no parecer de vista  
1390 e também por parte de alguns das comunidades que se expuseram aqui. Antes  
1391 de mais nada, é importante esclarecer que algumas condicionantes possuem  
1392 um caráter contínuo, então, estão sempre em atendimento. Quando se coloca  
1393 que a condicionante está em cumprimento, o exemplo da condicionante 1,  
1394 relatórios que estão sempre sendo apresentados para o órgão ambiental. Tem  
1395 condicionantes também que possuem um caráter de aprofundamento, de  
1396 realização de estudos etc. E eu queria destacar aqui a condicionante 7, que  
1397 consiste na elaboração de um estudo de vibração, basicamente, avaliação de  
1398 impacto de vibração por desmonte e pelo tráfego de veículos ao longo da MG-  
1399 10. Esse estudo, que foi um estudo bastante robusto, teve aprovada a sua  
1400 metodologia pela Supram. Ele durou quatro meses seguidos. E antes mesmo de  
1401 entrar no estudo nós estávamos bastante confortáveis em relação aos  
1402 resultados do monitoramento do desmonte de rocha. Quando pegamos, por  
1403 exemplo, instrumento legal, que são os limites estabelecidos na norma ABNT, a  
1404 ABNT 9653/2018, que foi revista recentemente, nós temos como limite mais  
1405 restritivo dessa norma 15 mm/s. Apenas para exemplificar, o maior valor de  
1406 vibração no desmonte que registramos nas comunidades mais próximas de  
1407 entorno não passa de um milímetro por segundo. Então, nós já estávamos  
1408 bastante confiantes em relação ao impacto dessa atividade do desmonte, e o  
1409 estudo veio justamente para poder confirmar toda essa questão. O estudo  
1410 basicamente foi realizado em duas fases. A primeira fase foi a realização de  
1411 laudo cautelar em todas as casas onde tivemos acesso para entrar. Após a  
1412 realização desse laudo cautelar, instalação de equipamentos nas paredes da

1413 casa e avaliação das trincas, nós induzimos um desmonte mais próximo ao local  
1414 dessas casas, conseguimos atingir valores mais elevados de vibração. E  
1415 voltamos novamente nas casas e fizemos novo laudo cautelar. E aí o estudo  
1416 demonstrou – o estudo está disponível para qualquer um que queira consultar –  
1417 que realmente o desmonte de rocha e o tráfego de veículos não causam  
1418 impactos ou danos estruturais às residências. Em relação ao ressarcimento da  
1419 comunidade do Turco, aquela condicionante 11 que foi citada aqui, antes de  
1420 mais nada é importante informar que não existe nenhuma intervenção nessa  
1421 área onde a comunidade faz essa captação, a nascente está localizada dentro  
1422 da área onde vai virar cava. Nós estamos estudando e conversando com a  
1423 comunidade no sentido de fazer o estudo de disponibilidade hídrica a  
1424 comunidade e avaliar outra alternativa de abastecimento. A condicionante  
1425 basicamente é isso, não causar nenhum impacto na nascente até que tenha  
1426 outra alternativa de abastecimento das comunidades. Até o momento não tem  
1427 nenhum impacto nesse local. Com o estudo que estamos fazendo, além de  
1428 ofertar outro ponto de captação, ainda pretendemos fazer toda a melhoria da  
1429 redistribuição e sistema de reservação. Existe também a condicionante 13, que  
1430 trata da instalação de uma estação de tratamento de efluentes a jusante da  
1431 barragem de rejeitos. Essa condicionante foi motivada pelo evento de  
1432 mortandade de peixe. O nosso colega vai falar um pouquinho mais sobre o  
1433 evento propriamente de modalidade de peixe, mas nós estudamos, chegamos à  
1434 causa, e a estação de tratamento visa justamente mitigar o impacto que foi  
1435 observado lá. Então a ETE está com toda a prontidão operacional necessária. É  
1436 importante também esclarecer que, no momento atual, a qualidade da água  
1437 tanto da barragem quanto do córrego Passa Sete está adequada. Nós temos  
1438 algumas questões voltadas para background, principalmente ferro e manganês,  
1439 que é uma condição natural ali das rochas e do solo da região. E para finalizar  
1440 eu queria falar um pouquinho sobre o monitoramento da qualidade do ar, da  
1441 gestão da qualidade do ar. Eu gostaria de mais um minuto só para esclarecer as  
1442 questões que foram colocadas relacionadas às condicionantes e gestão de  
1443 impactos. Nós possuímos hoje, a mina, na medida em que vai expandindo e  
1444 ampliando, nós vamos utilizando os nossos monitoramentos também. A rede de  
1445 monitoramento é sempre incrementada nesse sentido à medida que tem um  
1446 potencial maior de impacto. Então, nós possuímos hoje o monitoramento on-line  
1447 da qualidade do ar incidida na região de Conceição do Mato Dentro. Não é uma  
1448 rede que monitora somente o entorno do empreendimento, mas uma rede que  
1449 monitora o município de Conceição do Mato Dentro, possui abrangência muito  
1450 maior. Os resultados são disponibilizados para a comunidade. Podem entrar no  
1451 site da Anglo American e vão ver que os resultados estão sincronizados. Todos  
1452 os resultados estão enquadrados para o município de Conceição do Mato  
1453 Dentro. Não é observada ultrapassagem dos limites estabelecidos na norma do  
1454 Conama. E um ponto muito importante para esclarecer, para finalizar, é que nós  
1455 possuímos uma central de monitoramento ambiental. Todos os dados vão para

1456 essa central, e são membros da própria comunidade que operam as estações.”  
1457 Thiago Alves/Anglo American: “Eu queria falar rapidamente, de modo bastante  
1458 específico, das questões que envolvem qualidade de água no nosso  
1459 empreendimento Minas-Rio e principalmente as questões que foram levantadas  
1460 aqui, colocadas, das relações com fauna e com outros aspectos e elementos do  
1461 meio ambiente. Em primeira análise, eu gostaria de dar absoluta tranquilidade  
1462 para as senhoras e os senhores de que a Anglo American possui uma equipe  
1463 técnica especializada de altíssimo nível para tratar essa disciplina, são dezenas  
1464 de técnicos e engenheiros, especialistas, biólogos e hidrogeólogos que cuidam,  
1465 especificamente, de qualidade de água e questão full-time em nosso  
1466 empreendimento. E um segundo ponto, eu queria falar da solidez da nossa  
1467 malha de monitoramento. A Anglo American possui uma malha de  
1468 monitoramento, uma sistemática de monitoramento de parâmetro in situ, de  
1469 oxigênio dissolvido, DBO e todos os outros elementos que nos dão a certeza  
1470 sobre a qualidade ou não da água, bastante sólida, que foi protocolada aqui na  
1471 Supram, dentro do processo de licenciamento ambiental e é acessível a todos  
1472 senhores, consta dos autos desse processo, que foi construída com o intuito de  
1473 garantirmos, de modo preventivo, que não haja nenhuma extrapolação de  
1474 valores de qualidade de água. Eventos passados que ocorreram foram  
1475 absolutamente resolvidos. Isso também consta do nosso processo. E é muito  
1476 importante também lembrar aos senhores que todo o nosso processo de  
1477 monitoramento de recursos hídricos é acompanhado por uma auditoria interna e  
1478 independente, que é o IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.  
1479 Começou esse trabalho, inclusive, em janeiro, um pouco antes da votação da  
1480 LP+LI. Já fez seis ciclos de auditoria, e estamos no terceiro. São auditorias  
1481 extremamente robustas com emissão de relatórios para o Ministério Público,  
1482 inclusive. Eu gostaria de tranquilizar os senhores de que os relatórios têm  
1483 demonstrado uma performance ambiental em relação à qualidade de água  
1484 extremamente satisfatória. A qualidade de água da barragem é satisfatória, do  
1485 córrego Passa Sete é satisfatória, e nós temos muita certeza de que os  
1486 controles ambientais necessários e aquilo que é possível fazer para manter a  
1487 qualidade de água estão sendo feitos. Também temos um sistema de  
1488 acompanhamento muito próximo com as operações. Então, o time de meio  
1489 ambiente trabalha de forma integrada com as operações para criação dos  
1490 controles operacionais e da análise de parâmetros. Então, a nossa visão de  
1491 sustentabilidade vem dentro do nosso processo até os efluentes e tudo aquilo  
1492 que é gerado a partir da barragem e das outras saídas de água do processo. Eu  
1493 queria reforçar isso, dizer que está absolutamente detalhado com toda  
1494 documentação protocolada e me colocar à disposição das senhoras e senhores  
1495 para qualquer esclarecimento sobre esse tema.” José Maria da Silva: “Meu  
1496 nome é José Maria, morador da comunidade dos atingidos de São José do  
1497 Jassém. Eu vejo aqui nesta reunião e me estranha por que várias pessoas  
1498 elogiam a mineradora Anglo American se ela está sendo contestada por várias

1499 pessoas aqui. Isso não é incompetência? Nossa comunidade de São José do  
1500 Jassém existe abaixo da barragem de rejeitos e está passando um momento  
1501 muito difícil, com preocupação, porque nós moramos abaixo da barragem de  
1502 rejeitos. Foi falado que iria ter assessoria técnica proposta pelo Ministério  
1503 Público e até hoje não foi feito. Estamos lá entre a vida e a morte, porque  
1504 ninguém sabe que hora a barragem poderá romper. É louvável aquela frase que  
1505 eles escreveram em Mariana, 'mar de lama nunca mais'. Eu pago para ver.  
1506 Como é que o homem faz com as suas próprias mãos o seu trabalho manual e  
1507 vai dizer que o pior não pode acontecer? É claro que vai, isso é para enganar  
1508 bobo. É louvável essa frase 'mar de lama nunca mais', mas quem garante que  
1509 isso não pode acontecer? Assessoria Técnica: as comunidades se organizaram,  
1510 estavam quase escolhendo a entidade, e tudo parou. Programa de  
1511 reestruturação do Jassém: não sabemos desse plano. O que tem nele, então,  
1512 não aprovamos. Isso não pode estar cumprido. Estudo sobre comunidades  
1513 tradicionais: não foram em nossa comunidade. Nós somos comunidade  
1514 tradicional e não fomos consultados. Eu vou dizer aqui sem medo de errar, a  
1515 Anglo American e seus funcionários têm dois projetos: um de vida e outro de  
1516 morte. Vocês defendem a vida e ao mesmo tempo defendem a morte. Vocês  
1517 que estão aqui na mesa aprovam essas injustiças? Vocês são injustos do  
1518 mesmo jeito que eles. Vocês são injustos, por isso o sangue federá nos seus  
1519 narizes." Lúcio Guerra Júnior: "Apesar de fazer parte deste Conselho, hoje eu  
1520 estou me manifestando como atingido. É uma constatação extremamente  
1521 desagradável estar aqui hoje com essa pauta da LO da Anglo American.  
1522 Pensando que já vimos tudo que pudesse ver nesse licenciamento da Anglo  
1523 American e não nos paramos de nos surpreender com situações mais graves  
1524 ainda. Como está pautada uma LO se o mineroduto ainda está embargado?  
1525 Aqui foi falado pelo técnico da empresa que o cronograma não era de 2 anos e  
1526 7 meses. Está lá, a própria empresa falou que é de 2 anos 7 meses. E por  
1527 coincidência deveria fazer uma fiscalização nesses diques que estão falando  
1528 que estão prontos porque, se está pronto, como tinha um trator trabalhando nele  
1529 anteontem na parte da tarde? Isso nos leva a crer a pressão que sofrem várias  
1530 pessoas da comunidade, do Conselho, da sociedade civil, dos técnicos. E dos  
1531 técnicos, Yuri, tem uma denúncia que até hoje não está esclarecida. Lá na  
1532 Supram. Denúncia que os técnicos sofreram por essa empresa, de mudar  
1533 relatórios, de fazer vista grossa em vistorias. Tem e-mail de subsecretário, na  
1534 época, para parar, a Polícia Florestal não ir fazer mais investigação. Então, as  
1535 irregularidades que se apresentam nesse licenciamento são extremas. Nós  
1536 ficamos até sem entender como vêm pessoas aqui falar das condições de vida,  
1537 da água... A condição da água, acabaram de falar aqui. Qual de vocês vai lá no  
1538 córrego? Porque o rapaz da Anglo falou que eles têm condições de tomar  
1539 banho. Quem de vocês vai lá? Não é um teste? Eu convido a todos vocês,  
1540 porventura, irem lá. Esse empreendimento é uma trajetória grande, inclusive,  
1541 penso eu, de alterações na legislação para favorecer esses grandes

1542 empreendimentos. É o que estamos vendo. De trazer esse empreendimento do  
1543 licenciamento da Supram Jequitinhonha para aqui. Porque lá, senhores  
1544 conselheiros, diante do maior tempo que foi licenciado lá, conselheiros iguais a  
1545 vocês, iguais a nós, de tanto ver violações da empresa e mentiras dela, na  
1546 Etapa 2 da empresa, por um voto apenas de um conselheiro ela não foi barrada.  
1547 E continua até hoje vindo pessoas aqui reclamar da situação. Você acha que  
1548 elas estão aqui por quê? Estão aqui de graça, estão defendendo seus direitos.  
1549 Direitos que não estamos vendo serem defendidos pelo Estado. Principalmente,  
1550 eu ouvi aqui hoje de uma colega, conselheira da Casa Civil, de que defende o  
1551 interesse da sociedade civil. Eu não a vi abrindo a boca em nenhum  
1552 licenciamento para defender alguém da sociedade civil. Muito antes pelo  
1553 contrário, vem votar sempre a favor do licenciamento. E sempre, várias pessoas  
1554 – não estou nem falando dela –, para percebermos como está sendo montada.  
1555 A vontade é de que vários fiquem, e estão doidos para a reunião acabar para  
1556 simplesmente irem embora. É celular, é falta de interesse. E as condicionantes,  
1557 Sr. Wesley? Elas estão cumpridas? Porque na CNR estão cumpridas, Sr.  
1558 Rodrigo Ribas, as condicionantes, inclusive das etapas anteriores? Porque tem  
1559 depoimento seus falando que não estão. Então, as condicionantes já vêm se  
1560 arrastando, e eu não estou nem falando dessas agora da LP, da LI da Etapa 3,  
1561 elas não estão cumpridas desde as primeiras. É um empreendimento que  
1562 vemos que foi instalado sem condições nenhuma, e estamos cada dia mais  
1563 aprofundando no problema. Eu pergunto ao Sr. prefeito se a condicionante do  
1564 hospital está cumprida, se a condicionante do aterro sanitário está cumprida, se  
1565 a condicionante do Anel Rodoviário está cumprida. São várias as questões que  
1566 nós podemos levantar nesse processo. E essa LO nem deveria estar sendo  
1567 pautada, porque a LP e a LI dadas são de extrema questionabilidade pelo fato  
1568 de ter sido totalmente transformado o que foi aprovado na LP do Projeto Minas-  
1569 Rio. E tem, inclusive um questionamento da prefeitura frente à FEAM, que pelo  
1570 que eu saiba até o presente momento não foi respondido se o que estão  
1571 discutindo da LP e LI da Etapa 3 estão condizentes com o início do que foi  
1572 licenciado lá da viabilidade ambiental, de 2008. Então, Sr. Yuri, mais uma coisa  
1573 que o Estado fica devendo de esclarecimento para a sociedade, porque essa  
1574 resposta não foi nada nem para a prefeitura nem para a sociedade. Eu gostaria  
1575 de fazer uma pergunta também se tem um seguro ambiental desse  
1576 empreendimento caso ele venha simplesmente a ser paralisado por algum  
1577 motivo. Na lei municipal, é uma obrigação que se tenha esse seguro. Além de  
1578 todas as outras, nacionais e estaduais, tem uma específica, e eu gostaria de  
1579 saber. Deixo essa pergunta. E também em relação à barragem de rejeito, que  
1580 está falada que não está pronta, e mesmo ficando pronta, existe um tempo de  
1581 operação, pelo que está se pondo aí. Porque também mudam todo dia. De 28  
1582 anos que a barragem de rejeito suporta o que está planejado, só que o minério  
1583 dá para muito mais tempo. Aonde foi locada essa outra barragem de rejeito?  
1584 São falhas e mais falhas que tem nesse licenciamento, e nós continuamos

1585 aprofundando os problemas. Estamos aqui diante de um capital externo  
1586 influenciado a todos, influenciando as decisões. Quando vamos parar de  
1587 sucumbir ao dinheiro? O dinheiro deve servir para progredirmos, não para nos  
1588 comprar, para nos influenciar nas nossas decisões. E é o que tem sido feito de  
1589 maneira geral. É muito lamentável que o processo tenha começado dessa  
1590 maneira em Conceição do Mato Dentro, e nós sabemos que seus idealizadores,  
1591 o Eike Batista está preso. O Sr. Aécio Neves está também com um  
1592 envolvimento, em outra esfera, mas foi ele que participou do lançamento desse  
1593 projeto em Conceição do Mato Dentro. E agora estamos com o nosso  
1594 governador aceitando essa mudança toda na legislação para favorecer o  
1595 empreendimento. Ele já é um dos culpados se houver rompimento dessa  
1596 barragem de rejeito, porque tem gente morando a 1 km do empreendimento. Eu  
1597 gostaria de saber da consciência de vocês, se vocês também vão participar  
1598 desse modo, dessa falta de respeito que está tendo com essas pessoas. É o  
1599 mínimo que cada cidadão que está vindo se manifestar aqui está pedindo, nada  
1600 mais do que isso.” Solange da Silva: “Meu nome é Solange, sou da Água  
1601 Quente, somos atingidos pela mineração, e ainda não tem nada resolvido para  
1602 nós. Não temos paz mais, sossego, alegria. Não temos mais sossego na nossa  
1603 casa, porque a mineração só veio para destruir a natureza, para destruir nosso  
1604 sossego, o que hoje nós não temos mais. Destruir nossa natureza, destruir tudo  
1605 que nós temos. Meus amigos, minhas amigas, é hora de acordar, vamos  
1606 acordar enquanto é cedo. Eu creio que Deus está no controle de tudo. Eles  
1607 acham que é difícil para Deus, mas não é difícil, Ele pode resolver tudo para  
1608 nós. E cada gota de água que cai de nossos olhos e cada gota de sangue, Deus  
1609 vai dar a eles a recompensa de tudo que eles fazem com os atingidos, com o  
1610 povo atingido. Podem passar anos e mais tempo, mas Deus não se esquece de  
1611 nós. Porque o que nós, todos os atingidos, queremos é o reassentamento.”  
1612 Juliana Depra Stelzer: “Eu faço parte do Movimento pela Soberania Popular na  
1613 Mineração, e a minha fala é uma fala de denúncia do que está acontecendo  
1614 aqui hoje, do absurdo que está acontecendo aqui hoje, de denúncia do Estado  
1615 de Minas Gerais e da empresa Anglo American. Já foi falado várias vezes, mas  
1616 é preciso retirar que essa votação foi colocada em curtíssimo prazo. Foi pauta  
1617 da última reunião extraordinária, do dia 11, uma reunião em que havia em pauta  
1618 também vários outros projetos complexos, como a mineração no Parque do  
1619 Rola Moça. Não foram dados nem dez dias para garantir o direito à participação  
1620 com qualidade e o levantamento de informações pelos conselheiros que estão  
1621 aqui para tomar essa decisão no dia de hoje. É um absurdo que o maior projeto  
1622 em expansão no Estado de Minas Gerais hoje seja pautado dessa forma. Tem o  
1623 Parecer Único elaborado com apenas 27 páginas e sem que a Supram e a  
1624 Suppri tenham ido lá visitar in loco as comunidades para saber se as várias  
1625 condicionantes que estão aqui constadas como em comprimento ou a vencer ou  
1626 como cumpridas realmente foram cumpridas. Então, é um absurdo que um  
1627 projeto desse porte com a barragem que vai chegar a um volume sete vezes

1628 maior do que foi Fundão, em Mariana, que tem pelo menos 400 pessoas abaixo  
1629 da barragem, que tem na mira a cidade de Dom Joaquim, a Bacia do Rio Doce,  
1630 seja tratado dessa forma. Um outro absurdo também é o Parecer Único  
1631 confessar que há pelo menos um terço das condicionantes sem serem  
1632 cumpridas e mesmo assim a Supram e a Suppri se posicionarem a favor da  
1633 Conceição dessa licença e terem como argumento os interesses econômicos da  
1634 empresa de necessidade de aumentar sua produção. É um absurdo o ritmo  
1635 acelerado do licenciamento. A Licença Prévia e a Licença de Instalação foram  
1636 concedidas do final de janeiro. São dez meses para verificar o cumprimento de  
1637 52 condicionantes. E eu gostaria de questionar quantas vezes a Supram, a  
1638 Suppri e os técnicos estiveram lá nas comunidades para verificar o cumprimento  
1639 dessas condicionantes. Não é acessar os relatórios da empresa, que têm uma  
1640 visão e informações unilaterais do processo. É um absurdo a fragmentação do  
1641 licenciamento ambiental, o que é uma marca do Projeto Minas-Rio e tem  
1642 simplificando o processo de licenciamento para amenizar os impactos e acelerar  
1643 a obtenção das licenças. É um absurdo que os órgãos ambientais, que  
1644 deveriam estar garantindo que a legislação seja cumprida, deem carta branca  
1645 para esse tipo de comportamento. E eu gostaria de fazer alguns  
1646 questionamentos em relação a algumas condicionantes. Já foi falado aqui a  
1647 respeito das condicionantes números 7 e 7.1, a respeito dos estudos de  
1648 impactos das vibrações e das rachaduras nas casas das pessoas. Não ficou  
1649 claro para mim qual foi a metodologia utilizada para verificar que não há  
1650 causalidade entre as rachaduras e as explosões. Existem laudos do Ibama  
1651 atestando que naquela região ali há causalidade, sim, entre rachaduras das  
1652 casas das pessoas e vibrações decorrentes do mineroduto. Então, como que  
1653 detonações que acontecem a 1 ou 2 km das casas das pessoas não provocam  
1654 rachaduras. De que forma está sendo aferido, quando foram coletados esses  
1655 dados? Porque o relatório é de julho, mas eu passo lá no sábado, e todo dia  
1656 está lá o quadrinho dizendo quantas vezes tem explosões na comunidade. Ou  
1657 seja, o grande volume de explosões que vêm acontecendo é dos últimos meses,  
1658 com o avanço do processo das obras da Etapa 3. Então, quando que foi feito  
1659 esse relatório, quando começaram o maior volume e ritmo de explosões e  
1660 detonações na serra e de que forma isso vai ser monitorado, visto que são  
1661 impactos que serão a longo? Outra coisa em relação às condicionantes que  
1662 estão dizendo a respeito dos recursos hídricos. Várias delas, os laudos foram  
1663 feitos em momentos em que não estava havendo operação da mina, por causa  
1664 do rompimento do mineroduto em Santo Antônio do Grama. Então, há, sim,  
1665 alterações drásticas das vazões dos córregos, tanto é que há uma denúncia no  
1666 Ministério Público de uma situação que aconteceu em março deste ano, dois ou  
1667 três dias depois do rompimento do mineroduto, em que a vazão do córrego  
1668 Passa Sete aumentou drasticamente, que as pessoas saíram de suas casas  
1669 correndo e pegando documento e as coisas mais importantes que viam pela  
1670 frente para dormir fora de casa, porque estavam com medo de a barragem

1671 romper. E a empresa esteve lá no final do outro dia, e teve lugar em que a  
1672 empresa nem foi para dizer o que estava acontecendo. Então, isso revela  
1673 alterações drásticas da vazão do rio relacionadas ao empreendimento. Em  
1674 relação à assessoria técnica, a Joana disse que está esperando há 150 dias  
1675 pelo cumprimento dessa condicionante, mas é até mais, desde abril, como está  
1676 na tabela das condicionantes que foram aprovadas na LP+LI. Desde abril que  
1677 as comunidades estão esperando a contratação da assessoria técnica. E foram  
1678 enviados pela empresa vários ofícios à SEMAD tentando inviabilizar o processo  
1679 de escolha da assessoria técnica e às vezes tentando influenciar indicando  
1680 assessorias ligadas à empresa, como a Fundação Brandt. Como foi necessária  
1681 intervenção do Ministério Público em relação a essa situação para que isso não  
1682 caminhasse para frente. Então, ficam evidentes diversas violações do direito à  
1683 participação, informação, organização, negociação justa, que estão sendo  
1684 violados com essa demora e essa tentativa da empresa Anglo American de  
1685 inviabilizar a contratação das assessorias técnicas. E dessa condicionante  
1686 desdobram várias outras. Estão lá no Parecer Único condicionantes nºs 45, 46,  
1687 47, 50, e algumas delas sequer foram tocadas. E não tem nenhum  
1688 planejamento, não está claro no Parecer Único quando vão ser cumpridas  
1689 essas condicionantes. Então, isso é muito sério, conceder a licença hoje é dar  
1690 carta branca para esse tipo de comportamento. A condicionante 47 é uma  
1691 condicionante muito importante, diz respeito ao estudo que precisa ser feito do  
1692 universo de atingidos. É um absurdo que esse empreendimento, há dez anos,  
1693 não tenha o universo de atingidos feito de forma clara. E esse universo tende a  
1694 crescer. Então, a minha fala é nesse sentido de colocar que não tem como  
1695 Minas-Rio seguir avançando sem que sejam cumpridas todas as  
1696 condicionantes. E dar essa licença hoje é se responsabilizar e anunciar uma  
1697 tragédia que está colocada para acontecer se esse empreendimento seguir da  
1698 forma como segue.” Lígia de Souza/Anglo American: “Eu sou engenheira  
1699 ambiental da Anglo American, trabalho na área de recursos hídricos e vim aqui  
1700 falar para vocês de três condicionantes que foram questionadas no parecer do  
1701 Fonasc relacionadas ao monitoramento de qualidade da água. São as  
1702 condicionantes 14, 15 e 17. Elas pedem, principalmente, a ampliação da rede  
1703 de monitoramento qualitativo para colocar mais dois pontos de monitoramento  
1704 no Passa Sete, que fica a jusante da barragem; dois pontos no Vargem Grande,  
1705 que fica a jusante do dique 2; e dois pontos a jusante dos novos diques: diques  
1706 3 e 4. Também foi solicitada a alteração da periodicidade passando alguns  
1707 pontos que eram trimestrais para fazer análises mensais e o início de um  
1708 monitoramento hidrogeológico nos três córregos principais, que são o Passa  
1709 Sete, da barragem Vargem Grande; o dique 2, Bonsucesso, e, os demais  
1710 diques. No início de fevereiro, a Anglo American apresentou para a Supram um  
1711 ofício alterando o seu programa de gestão dos recursos hídricos para se  
1712 adequar a essas condicionantes, e desde esse momento esse programa vem  
1713 sendo cumprido integralmente pela Anglo American. O prazo que nós temos



1714 para apresentar esse resultado para o órgão é 31 de março de 2019. É  
1715 apresentado na forma de relatórios anuais. De uma maneira proativa a Anglo  
1716 America apresentou os resultados já incluindo os resultados dessas  
1717 condicionantes, abrangendo o período de janeiro a maio, junto com o pedido da  
1718 LO. No Parecer Único, a Supram avaliou esse relatório e considerou que ele  
1719 está aderente às solicitações feitas nas condicionantes. Então, nós estamos em  
1720 plena conformidade com as condicionantes 14, 15 e 17.” Conselheiro Julio  
1721 Cesar Dutra Grillo: “Eu estou impedido de votar esse item. É o último item da  
1722 pauta, e eu tenho reuniões a partir das 2h30 da tarde que não têm como ser  
1723 transferidas, em função do final do ano. Então, eu vou pedir licença aos  
1724 conselheiros da mesma e vou me ausentar.” Daniel Tito/Anglo American: “Eu  
1725 sou coordenador da área de convênios da Anglo American. O parecer de vista  
1726 elaborado pela conselheira Maria Teresa, como já foi muito dito aqui, questiona  
1727 várias condicionantes. Em especial, sobre as condicionantes 33 e 34, o  
1728 questionamento foi se foi realizada a verificação se os compromissos  
1729 assumidos com os municípios foram efetivamente cumpridos pelo  
1730 empreendedor. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que essa pergunta já  
1731 foi respondida em definitivo, não apenas pela empresa, mas também pelos  
1732 próprios municípios, através de dois ofícios que foram juntados nos autos do  
1733 processo no dia 31 de outubro. Através desses ofícios, os municípios  
1734 esclarecem que os compromissos, cronogramas e etapas estão em pleno  
1735 cumprimento, em cumprimento efetivo. Só para lembrar a todos, a  
1736 condicionante 33 e a condicionante 34, o texto delas estabelece que a empresa  
1737 cumpra protocolos de intenção e termos de compromisso que já haviam sido  
1738 celebrados. Esses protocolos de intenção e termos de compromisso, por sua  
1739 vez, estabelecem inúmeras obrigações, inúmeras iniciativas, cada uma delas  
1740 com prazos, cronogramas, etapas e condições preestabelecidos. Por óbvio,  
1741 essas etapas, condições e cronogramas é que ditam como e quando cada uma  
1742 dessas iniciativas vai ser cumprida. Só para citar como exemplo, nós temos  
1743 obrigações que preveem a elaboração de um relatório de monitoramento que  
1744 vão perdurar durante toda a atividade da Anglo American. Temos outra  
1745 condicionante, por exemplo, que trata da elaboração e revisão de plano de  
1746 manejo do Monumento Natural da Serra da Ferrugem. O cronograma de  
1747 execução dessa obrigação – é um exemplo apenas – estabelece 25 anos de  
1748 cumprimento. Portanto, o que queremos dizer é que não seria razoável  
1749 questionar o cumprimento dessas condicionantes enquanto não exaurida cada  
1750 etapa, de cada ponto, de cada obrigação prevista nos protocolos de intenção e  
1751 nos termos de compromisso. O fato é que todos os acordos previstos nesses  
1752 protocolos de intenção e nesses termos de compromisso foram celebrados com  
1753 os municípios, que os cronogramas estão em execução e a pleno vapor, que os  
1754 valores previstos nesses protocolos de intenção e termos de compromisso  
1755 estão à disposição dos municípios. E mais do que isso, que os próprios  
1756 municípios reconhecem que os cronogramas e as etapas estão em execução

1757 regular. Então, a conclusão que tiramos disso tudo é que a Anglo American  
1758 permanece absolutamente em dia em relação àquilo com que ela se  
1759 comprometeu no tocante às condicionantes 33 e 34.” Fernando Vertelo: “Meu  
1760 nome é Fernando Vertelo, sou nascido e criado em Conceição do Mato Dentro,  
1761 trabalho há quatro anos na empresa Anglo American e queria dar um relato aqui  
1762 pessoal das minhas observações da empresa e no tocante mais geral dos meus  
1763 amigos e companheiros que trabalham junto comigo. Na área pessoal, eu  
1764 acredito que a empresa, como já foi bastante relatado aqui também por outras  
1765 pessoas, é notório o ganho socioeconômico da região. Eu mesmo  
1766 pessoalmente tive que estudar fora e voltei depois pelas boas oportunidades e  
1767 tentei pelo horizonte que se apresentava. Consegui trabalho lá com muito custo,  
1768 com muita honra e tenho uma filhinha de 20 dias para dar um futuro que talvez  
1769 eu não tivesse condições. Na área mais geral, eu trabalho na operação de mina,  
1770 e fomos impactados diretamente – eu ouvi isso sendo pouco falado aqui –  
1771 quando a empresa teve que parar as suas operações. E eu vi a empresa tendo  
1772 realmente seus valores, a preocupação, o respeito, de forma prática, com o  
1773 Programa Lótus. Foram muitas pessoas, muitos amigos meus que ficaram de  
1774 fora do serviço. A questão psicológica foi muito bem, teve uma lisura com essas  
1775 pessoas, com esses programas, que deram novas contribuições técnicas,  
1776 pessoais, vários programas intuitivos e participativos. Inclusive a minha esposa  
1777 participou. E eu queria deixar aqui agradecimento a essa preocupação da  
1778 empresa, que é uma empresa muito séria. Eu estou lá dentro e posso dar um  
1779 testemunho para vocês de forma íntegra. É uma empresa onde eu tenho muito  
1780 orgulho de trabalhar, e convido os senhores a fazerem uma visita, ver o dia a  
1781 dia, ver como que é a preocupação, a integridade dessa empresa, que tem  
1782 horas que na crise é que vemos realmente essas preocupações, esses detalhes  
1783 todos atendidos por todos nós. Eu queria realmente agradecer e pedir para os  
1784 senhores, calorosamente, agradecerem essa empresa pela Etapa 3.” Leandro de  
1785 Oliveira: “Eu sou taxista, pai de três filhos, concepcionense apaixonado pela  
1786 minha cidade, tanto é que eu sou também brigadista e socorrista voluntário há  
1787 mais de dez anos em Conceição. Eu sou de uma época na minha cidade em  
1788 que para conseguirmos um trabalho tínhamos que implorar mesmo, para  
1789 conseguir uma oportunidade, e em cargos em que a remuneração era a mínima  
1790 possível. E para estudar, então, a dificuldade era maior. Nós tínhamos que sair  
1791 para outras cidades e de preferência para aquela em que tínhamos algum  
1792 parente para nos apoiar, pois a situação financeira dos nossos pais também não  
1793 era boa, eles não tinham condições de nos ajudar nas despesas. Hoje em  
1794 Conceição, após a chegada da mineração, às vezes temos o privilégio de  
1795 escolher em qual empresa deixar currículo ou até mesmo qual cargo estamos  
1796 pretendendo ocupar, pois, com chegada da mineração, também vieram as  
1797 faculdades semipresenciais, cursos profissionalizantes e uma das melhores  
1798 instituições de ensino do país, que já qualificou só na nossa cidade mais de  
1799 3.000 alunos. E eu sou um desses, com três cursos profissionalizantes, cursos

1800 de qualificação e dois gratuitos, oferecidos pela mineração também. E temos  
1801 também pronta uma unidade para uma faculdade no município, mais uma, só  
1802 esperando a faculdade se instalar. Para mim, o conhecimento é a melhor coisa  
1803 que podemos adquirir neste mundo e também a maior herança que podemos  
1804 deixar para nossos filhos. Nos últimos anos, a nossa cidade evoluiu muito e  
1805 pode evoluir muito mais com essa nova etapa da mineração. Na minha  
1806 adolescência, eu mal me concentrava na escola normal porque precisava  
1807 trabalhar também. Hoje com tanta oportunidade em Conceição, meu filho de  
1808 apenas 13 anos já está planejando qual curso fará no Senai quando tiver seus  
1809 16, que é a idade mínima para estar estudando no Senai. Então, aqui eu peço  
1810 aos senhores conselheiros e demais autoridades que levem em conta na hora  
1811 de decidir os planos de meu filho e também de tantos outros jovens que fazem  
1812 planos para se preparar para um futuro melhor, que pode ser melhor ainda se a  
1813 nossa cidade continuar crescendo e evoluindo.” Luiz Felipe: “O tema que eu ia  
1814 abordar já foi exaustivamente colocado pelos meus colegas. Eu abro mão da  
1815 minha palavra. Eu sou Luiz Felipe, coordenador de Meio Ambiente da Anglo  
1816 American, da unidade operacional de Conceição do Mato Dentro. Por isso eu  
1817 abro mão da minha palavra e me mantenho à disposição em caso de dúvidas.”  
1818 Ronaro Marinho/Anglo American: “Meu nome é Ronaro, sou gerente de  
1819 Recursos Humanos. Eu gostaria de falar de dois temas. Um sobre priorização  
1820 de mão de obra local e o outro sobre capacitação de mão de obra local. Nós  
1821 temos em torno de 1.500 empregados diretos na Anglo American, lotados no  
1822 município e região, e mais 2.500 indiretos nas nossas contratadas. Nós temos  
1823 dois programas para priorizar essa contratação, muito alinhada aos nossos  
1824 valores de respeito e preocupação e com muita responsabilidade.  
1825 Semanalmente, nós vamos aos municípios, às localidades, fazemos a  
1826 divulgação das vagas ofertadas e uma vez por semana fazemos o atendimento  
1827 presencial à comunidade para exatamente garantir e dar maior possibilidade de  
1828 inserção dessas pessoas na Anglo American e nos seus parceiros, nas suas  
1829 contratadas, possibilitando, assim como já foi isso aqui, pessoas da região  
1830 retornarem para suas famílias e seus municípios, onde nasceram. Outra ação é  
1831 a questão da capacitação e desenvolvimento via um dos parceiros, que é o  
1832 Senai. Nós já qualificamos nos cursos de eletricitista, operador de equipamentos,  
1833 mecânica, soldador, 722 profissionais. Desses 722 profissionais, nós temos hoje  
1834 dentro da Anglo American efetivados mais de 60%, 450 desses profissionais  
1835 estão efetivados. Então, isso mostra o compromisso da Anglo American com a  
1836 região. Nós queremos nos tornar realmente um polo de referência em termos de  
1837 profissionais qualificados, prontos realmente para atuar. Um outro dado  
1838 importante que eu queria frisar aqui e ressaltar com vocês é que nós tivemos  
1839 nesse momento de paralisação – estamos retomando agora, se Deus quiser –  
1840 um tempo longo que gera uma insegurança nos nossos profissionais. E o  
1841 número expressivo que podemos ressaltar é que nós não tivemos aumento de  
1842 pedidos de desligamentos antes e após passarmos por todo esse período de

1843 paralisação. Isso é um dado realmente muito importante para nós, que  
1844 demonstra o compromisso da Anglo American com os nossos empregados,  
1845 nossas comunidades, nossos parceiros. Esse número realmente não é normal  
1846 quando uma organização passa por um período tão grande de paralisação, e  
1847 isso realmente é um dado importante, que reflete o compromisso com os  
1848 nossos empregados.” Flávia Lilian: “Eu gostaria de fazer um questionamento  
1849 sobre a questão da barragem de rejeito. Consta do parecer que a barragem não  
1850 está pronta, consta também que é um horizonte extenso para poder concluir  
1851 esse alteamento. E está se pretendendo aqui uma abertura da mina, e o próprio  
1852 técnico da empresa disse que a mineração está continuando, a extração de  
1853 minério continua. A extração de minério é, de uma forma direta, ligada à  
1854 barragem de rejeito. Se o alteamento da barragem não está pronto, e a  
1855 mineração continua, vai ter uma superlotação da barragem, e nós vamos ter  
1856 Germano, de novo, com a barragem não resistindo. Como fica essa questão?  
1857 Pode-se dar nova licença para continuar a minerar se não existe um alteamento  
1858 e um suporte pronto e necessário para esse rejeito que será gerado com a  
1859 extração do minério? Eu gostaria que isso fosse esclarecido porque é de uma  
1860 grande responsabilidade votar uma nova licença com essa questão. E outra  
1861 coisa que eu gostaria de colocar é que os técnicos fazem esse parecer, e os  
1862 técnicos da empresa também vêm aqui dizer sobre os relatórios deles, mas eu  
1863 gostaria, senhores conselheiros, que os senhores prestassem atenção no que  
1864 as pessoas estão dizendo, porque os técnicos da empresa vêm dizer que o ar  
1865 está sendo monitorizado, só que as pessoas que moram lá estão aqui dizendo  
1866 que o ar está com muita poeira. ‘A água está sendo monitorizada’, mas as  
1867 pessoas que moram lá estão dizendo que a água está faltando. Eu pertenço à  
1868 comunidade de Água Quente, e lá não tem água. A comunidade de Água  
1869 Quente foi considerada emergencial por causa da água há muitos anos nesse  
1870 processo de licenciamento, e as pessoas estão bebendo água de caminhão-  
1871 pipa. E os senhores conselheiros prestem atenção nisso, se a empresa, sem  
1872 cumprir tudo que ela precisa, sem cumprir as condicionantes, sem dar  
1873 condições às pessoas de viverem no local, pode ganhar uma nova licença para  
1874 continuar da mesma forma. Os técnicos da Supram visitaram as comunidades?  
1875 Os técnicos da Supram conhecem as pessoas que estão vendo que elas estão  
1876 recebendo água de um caminhão-pipa, que não sabemos nem a origem dessa  
1877 água? Eu acredito que nem o senhor prefeito, que está aqui, não tenha  
1878 prestado atenção nas coisas que as pessoas, que são os eleitores dele,  
1879 disseram. Então, eu gostaria que os senhores conselheiros prestassem atenção  
1880 nessas denúncias, porque relatório não enche copo d’água limpo, relatório não  
1881 limpa ar, relatório não tira violência do lugar onde nós estamos. Com palavras  
1882 do promotor público, ‘existe um abismo entre o que Anglo American apresenta  
1883 nos seus relatórios e a realidade da população, da comunidade de Conceição  
1884 do Mato Dentro, da área rural, daqueles que são atingidos pelo  
1885 empreendimento.” Denise Pereira: “Eu queria começar chamando atenção dos

1886 conselheiros só para reforçar algo que estamos assistindo aqui: a total situação  
1887 de desigualdade social, econômica, política, que vemos apresentada aqui. Mais  
1888 especialmente, eu chamo atenção para uma postura que traz em si o DNA do  
1889 colonizador. A Anglo American, como nós temos assistido historicamente, tem  
1890 uma postura colonialista e faz isso se manifestar aqui hoje. Eu acho que quando  
1891 técnicos da empresa agregam grupos de moradores para demonstrar essa  
1892 desigualdade, para demonstrar a ruptura, a cisão, a fragmentação, as fissuras  
1893 que essa empresa e seus técnicos impõem às comunidades, nós estamos  
1894 também assistindo à adesão dos órgãos públicos, do Estado, que têm agido  
1895 com profundo autoritarismo, que tem manifestado tanto na sua forma de mudar  
1896 a legislação, de reestruturar o Sisema, de reestruturar a própria forma de as  
1897 reuniões acontecerem. Eu penso que essa lógica da desigualdade, essa lógica  
1898 da subordinação, essa lógica da submissão das pessoas aos interesses de uma  
1899 empresa, de um grupo de capital, é algo que se faz extremamente pernicioso  
1900 para uma sociedade. Podemos até entender que isso faz parte de uma nova  
1901 lógica aqui no Brasil também, a lógica da violência, da produção do ódio, da  
1902 produção das fake news e da produção da opressão. Eu estive na comunidade  
1903 há uns dias, lá em Água Quente, Passa Sete, Jassém, e vi vários depoimentos  
1904 dizendo de como técnicas da empresa, pessoas da empresa, vão de casa em  
1905 casa pressionando as pessoas, ameaçando, dizendo argumentos falsos,  
1906 argumentos, por exemplo, que fazem as pessoas terem medo dos impactos dos  
1907 quais vão ser vítimas se não aderirem àquela lógica de negociação opcional  
1908 daquele comitê de convivência. Enquanto a própria ordem, a própria lei  
1909 institucional, era no sentido de que houvesse assessoria técnica para que os  
1910 atingidos negociassem as suas condições de reassentamento. A  
1911 individualização das soluções é mais um fator de fragilização das condições  
1912 sociais e das condições ambientais, que, por direito, deveriam ser reconhecidas  
1913 também. Eu quero dizer ainda, não quero deixar calar essa pergunta que está  
1914 colocada no parecer de vista da Maria Teresa, do Fonasc, sobre a  
1915 condicionante que diz respeito às causas da diminuição da vazão dos cursos  
1916 d'água da região. Quer dizer, diante de todos os estudos, a pergunta é o  
1917 seguinte. Em face das informações – controversas, é claro –, seria necessário  
1918 que o estudo respondesse à questão: é possível eliminar a probabilidade de  
1919 existência de um nexos causal entre o empreendimento e a escassez hídrica nas  
1920 comunidades do entorno? Para considerar a condicionante cumprida, o Parecer  
1921 Único deveria, no mínimo, trazer uma avaliação técnica do estudo produzido  
1922 pela Anglo American. Então, a minha pergunta é: quais são os dados que  
1923 podem negar a existência do nexos causal? A Anglo pode negar a existência  
1924 desse nexos causal?" Wagner Vicente Rodrigues de Almeida/Emater: "Meu nome  
1925 é Wagner, eu sou gerente Regional da Emater em Diamantina. Como a colega  
1926 Simone falou aqui, nós temos uma parceria com a Anglo American, e desde  
1927 2015 a Emater vem dando assistência aos atingidos tanto da ADA quanto da  
1928 AID. E dentro desse trabalho toda política pública que o Estado disponibiliza

1929 para a Emater nós temos disponibilizado às comunidades que fazem parte da  
1930 área de abrangência da Anglo American. Nós temos o programa de  
1931 reestruturação produtiva de atividades econômicas da Anglo American, temos  
1932 trabalhado nas comunidades do Sapo, Turco, Beco, Jassém, Itapanhoacanga,  
1933 São José da Ilha, municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro,  
1934 Dom Joaquim, e tinha até pouco tempo, quando nós começamos o trabalho,  
1935 com o pessoal que estava em Pedro Leopoldo e Inimutaba, que estavam  
1936 reassentados pela Anglo American. Então, o Estado, através dessa parceria, se  
1937 faz mais uma vez presente dentro desse trabalho com a Anglo American, uma  
1938 vez que a Emater tem convênio com os municípios, para atender os municípios,  
1939 e a Anglo paga também essa parceria para ter a Emater trabalhando lá. Esse é  
1940 o trabalho da Emater, e nós ficamos muito agradecidos, mostrando assim a  
1941 preocupação dessa empresa no que diz respeito à questão dos agricultores  
1942 familiares que estão ali no entorno do empreendimento.” Raimundo Nonato  
1943 Simões Reis: “Eu sou da comunidade de Itapanhoacanga, em Alvorada de  
1944 Minas. Estou aqui novamente diante de uma reunião pública em que eu vejo  
1945 que o empreendimento da Anglo American é pautado com a urgência que ela  
1946 quer e não que a comunidade necessita. Os atingidos, aqueles da ADA, aqueles  
1947 da área de entorno, conhecidos como vizinhos, são invisíveis. Invisíveis como  
1948 todas as comunidades, digamos Itapanhoacanga, Serra de São José, São José  
1949 do Jassém, Água Quente, Água Limpa, Córrego Teodoro. Hoje eu vi uma  
1950 atingida preocupada, que está sendo esquecida no Córrego Teodoro. Não cabe  
1951 à Supram, à Suppri, ao Estado, cuidar desses atingidos? Eu gostaria de dizer  
1952 sobre a MG-10. Aqueles mais ou menos 24 km de terra batida. Tem condições  
1953 de um empreendimento estar tão avançado em uma rodovia MG-10 de terra até  
1954 hoje? Antes nós questionávamos a Anglo American, porque meus pais têm  
1955 fazenda ao lado dessa MG-10, e ela nos apresentava ‘o asfaltamento vai  
1956 resolver tudo’. O córrego Campinas é devastado pela MMX e a Anglo American,  
1957 com o Minas-Rio, desde o ano 2005. Porque lá na cava sul de Itapanhoacanga,  
1958 foi lá que esse empreendimento chegou primeiro. Nós somos massacrados. O  
1959 meu irmão Valmir Simões Reis era fazendeiro, como meu pai é, e resolveu,  
1960 devido ao surgimento da Estrada Real, investir no turismo lá aproximadamente  
1961 15 anos atrás. Montou um lazer dentro da Fazenda Miranda, às margens do  
1962 córrego Campinas. Ele foi atropelado, engolido pela poeira. Hoje dentro da  
1963 Fazenda Miranda ele está morando com meus pais, ele não está produzindo o  
1964 tão famoso Queijo do Serro, porque a poeira é uma coisa massacrante. Vendo  
1965 essas pessoas da ADA hoje, o pessoal de Água Quente, São José do Jassém e  
1966 Passa Sete, eu me pergunto: será que a Anglo American vai fazer com essas  
1967 pessoas o que fizeram com algumas daquelas 80 pessoas atingidas  
1968 emergencialmente de Água Quente, Mombuca e Serra da Ferrugem? Entraram  
1969 no plano de negociação fundiária aproximadamente em 2010. Em 2017, houve  
1970 uma negociação. Houve, inclusive, carta do empreendedor à Supram  
1971 Jequitinhonha querendo excluir um desses 80 atingidos. Anglo American, nós

1972 não somos contra a mineração, nós somos a favor da sociedade, vamos  
1973 respeitar a sociedade.” Cristiano Brandão/Anglo American: “Cristiano Brandão,  
1974 Anglo American e membro do comitê de convivência. Boa tarde, presidente,  
1975 senhores conselheiros, senhoras conselheiras demais presentes. Eu vou passar  
1976 aqui por um conjunto de condicionantes que foram citadas seja no âmbito do  
1977 parecer do Fonasc, seja pelos demais presentes, e também um pouco sobre o  
1978 PNO. Mas eu acho que as palavras da Viviane já refletem muito bem o que  
1979 significa esse programa e a forma como foi trabalhado com essas pessoas. Em  
1980 relação à condicionante 39, quem puder observar sua redação, ela tem um  
1981 escopo extremamente abrangente e não especifica as formas de contratação,  
1982 as formas de execução. Motivo pelo qual a Anglo American, tão logo teve a sua  
1983 licença deferida e publicada, fez um contato com a Suppri pedindo orientação  
1984 de como executar e qual seria o procedimento, o passo a passo para o  
1985 cumprimento dessa obrigação. A Suppri, então, publicou a sua orientação,  
1986 houve uma série de discussões em cima disso, com o Ministério Público, com a  
1987 Suppri, com a SEMAD, com a própria Anglo American. E hoje já temos um  
1988 pouco mais clareza de como seguir nesse processo. Existe, sim, como foi  
1989 comentado aqui por algumas pessoas, em algumas comunidades, em processo  
1990 um pouco mais avançado, em que uma instituição, o Nacab, chegou a  
1991 apresentar um plano de trabalho para execução dessa obrigação. Não um, mas  
1992 três. Esses planos apresentados, foram analisados pela Suppri, pela SEMAD, e  
1993 ainda foi considerado insuficiente ou não teve o seu corpo totalmente delimitado  
1994 dentro daquilo que preconiza essa obrigação. Mas existe, sim, o nosso  
1995 interesse em cumprir essa obrigação e o quanto antes, nós sabemos a sua  
1996 importância, acreditamos na importância dessa condicionante. Fato é que  
1997 ontem mesmo nós estávamos aqui sentados com o Ministério Público, a Suppri,  
1998 o Nacab, discutindo o escopo desse trabalho e o que deveria ser apresentado  
1999 para que esse programa, esse processo, possa, eventualmente, ser analisado e  
2000 aprovado pela Suppri, e, então, possamos fazer a contratação e dar sequência  
2001 a esse processo. Nós acreditamos, sim, nesse programa, nessa condicionante,  
2002 e vamos trabalhar para que isso aconteça. Em relação à condicionante 42, que  
2003 foi citada aqui por algumas pessoas e também no parecer do Fonasc, em  
2004 relação ao parecer do Fonasc eu fiquei um pouco na dúvida, porque aqui é  
2005 perguntado ‘como é considerada cumprida essa condicionante se não foi  
2006 apresentada no processo de licenciamento o relatório final do Instituto de  
2007 Tecnologia e Desenvolvimento de Minas de Minas Gerais’. Honestamente,  
2008 conselheira, esse instituto não tem relação com essa condicionante. Eu  
2009 realmente não consegui entender, mas vou apresentar aqui o status. O status é  
2010 que nós deveríamos curtear a contratação desse diagnóstico após  
2011 apresentação de termo de referência pela própria SEMAD. A SEMAD  
2012 apresentou o termo de referência, e nós custeamos a contratação da instituição.  
2013 Então, a condicionante está, sim, cumprida, o estudo está sendo desenvolvido  
2014 dentro do seu prazo tempestivo, que se não me engano é de oito meses e finda

2015 no final de fevereiro. Então, não há o que se discutir aqui, a nosso ver, nenhuma  
2016 situação de descumprimento da condicionante, qualquer questionamento em  
2017 relação a isso. E a empresa que foi contratada está desenvolvendo o seu  
2018 trabalho. Em relação à condicionante 47, que também foi citada, ela precisa de  
2019 que outras condicionantes e outros estudos sejam realizados antes do seu  
2020 início. Então, isso foi exaustivamente discutido com a SEMAD. A própria  
2021 condicionante 42 é um subsídio para a boa execução e o bom andamento da  
2022 condicionante 47. A própria Suppri/SEMAD nos enviou um ofício nº 247/2018,  
2023 de 7 de dezembro, consolidando esse entendimento e solicitando que esses  
2024 prazos sejam, então, adequadamente casados no seu cumprimento. Existe uma  
2025 sequência desses condicionantes, que precisam se reajustarem e entrelaçarem.  
2026 Então, uma depende da outra, e por isso terão o seu cumprimentado a partir do  
2027 momento em que a 42 ter o seu cumprimento iniciado. Em relação ao programa  
2028 de convivência e PNO, um programa que foi construído e desenvolvido em  
2029 conjunto com o conjunto de comunidades, Sapó, Turco, Cabeceira do Turco e  
2030 Beco. Foram mais de 77 reuniões com essas comunidades, mais de 90% das  
2031 pessoas dessas comunidades estiveram presentes. Nós tivemos participação  
2032 do poder público local, do poder público estadual. Então, foi, sim, um processo  
2033 construído a quatro mãos, e nós acreditamos muito nele, temos muito orgulho  
2034 desse processo. Agora quem tem que falar dele, mais do que a empresa, são  
2035 as próprias comunidades. É um processo que foi, sim, construído de forma  
2036 muito participativa, sentando com as pessoas. A Anglo American está muito  
2037 aberta ao diálogo, e isso vem sendo demonstrado, principalmente, ao longo dos  
2038 últimos anos, como, por exemplo, esse programa. Como eu vinha dizendo, mais  
2039 do que nós falarmos sobre esse programa, são as comunidades que estão  
2040 participando e principalmente as pessoas que já tiveram oportunidade de sentar  
2041 conosco, de entender como esses critérios se aplicam e como isso pode mudar  
2042 as suas vidas. Não tem depoimento nem fala melhor do que essa. Eu acredito  
2043 que outras pessoas que estão aqui ainda vão abordar esse tema. Então, é um  
2044 programa que nos traz muito conforto, e acredito eu – não posso falar pelas  
2045 pessoas, pelas comunidades – que para essas comunidades também tem  
2046 trazido um conforto muito grande. Em relação à condicionante 47, também foi  
2047 citada aqui, que é a estruturação da comunidade do Jassém. Essa  
2048 condicionante teve a sua execução concluída. A condicionante solicitava que  
2049 fosse feito um diagnóstico no Jassém e se buscassem ali oportunidades de  
2050 desenvolvimento para essa comunidade, para essas pessoas. Então, o  
2051 programa foi apresentado à SEMAD, à Suppri, à Supram Jequitinhonha, e a  
2052 condicionante pede a apresentação do programa. Nós aguardamos, então, a  
2053 análise das equipes técnicas pertinentes em relação à sequência ou não desse  
2054 trabalho. Mas ele aborda questões como abastecimento de água, educação,  
2055 emprego, infraestrutura viária, telefonia, saúde, apoio a atividades rurais, dentre  
2056 outras tantas. Então, nós acreditamos também que em um futuro muito breve  
2057 vamos conseguir evoluir discussões positivas com essas comunidades e vamos



2058 permanecer abertos de forma genuinamente transparente na construção de  
2059 algo que seja diferente para essas comunidades. Isso faz parte da Anglo  
2060 American.” Rodrigo Gontijo/Anglo American: “Eu sou engenheiro da Anglo  
2061 American, vou ser bem breve, vou passar a palavra, e quero apenas informar  
2062 que no dia 14 de dezembro nós obtivemos a anuência do Ibama para retomada  
2063 da operação do mineroduto e ontem, dia 20 de dezembro, obtivemos a Licença  
2064 de Operação do ramal que foi construído em Santo Antônio do Grama. Eu  
2065 gostaria de deixar a cópia dessas duas autorizações aqui na mesa para as  
2066 pessoas que questionaram, se quiserem consultar, está aqui.” Ricardo  
2067 Carneiro/Anglo American: “Senhor presidente, senhoras e senhores  
2068 conselheiros. O tempo passa, eu sei que todos – eu, inclusive – já estamos  
2069 absolutamente cansados. Então, mais do que recomendado que todos sejamos  
2070 absolutamente breves e, no máximo possível, objetivos. Mas eu só retomaria  
2071 uma afirmação que já foi feita por uma colega da Anglo American, apenas para  
2072 deixar claro que todos os pontos que foram objeto do parecer do Fonasc,  
2073 essencialmente, as críticas que foram externadas, que foram objeto de  
2074 questionamento da conselheira Maria Teresa, foram, sim, discutidas no âmbito  
2075 das ações judiciais propostas cujas liminares foram indeferidas ao longo desta  
2076 semana. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou duas ações  
2077 civis públicas, ambas distribuídas à 3ª Vara da Fazenda Pública. Uma delas  
2078 também questiona procedimento da medida em que discute o momento da  
2079 exigibilidade do estudo prévio de impacto cultural, objeto de uma condicionante,  
2080 salvo engano, a 44, da Licença Prévia com Licença de Operação. E uma  
2081 segunda ação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais discute  
2082 exatamente todos os pontos aqui suscitados no tocante a reclassificação do  
2083 licenciamento, a um suposto açodamento e pressa no agendamento de reunião  
2084 extraordinária, descumprimento de condicionantes e fracionamento da Licença  
2085 de Operação. E não é por outro motivo porque esses pontos foram suscitados  
2086 no e-mail, em uma mensagem eletrônica encaminhada como denúncia ao  
2087 Ministério Público Estadual e também ao Ministério Público Federal. Quanto ao  
2088 Federal, em particular, o procurador da República que oficia na Procuradoria de  
2089 Defesa dos Direitos do Cidadão também ingressou com pedido incidental, como  
2090 se diz no nosso jargão jurídiquês, de uma outra tutela de urgência de uma outra  
2091 liminar, em uma ação já de 2014. Essa liminar foi igualmente indeferida. E como  
2092 o presidente nos relatou também esse mandado de segurança impetrado contra  
2093 o superintendente do Ibama pontua todos os indeferimentos de liminares e  
2094 confirmação de indeferimento pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas  
2095 Gerais. Notem, eu posso afiançar aos senhores porque acompanho, sou  
2096 advogado em todas essas ações, inclusive, nos mandados de segurança, e os  
2097 juízes de primeiro grau, juízes da Vara Fazendária, o desembargador do  
2098 Tribunal de Justiça e o juiz federal plantonista, todos eles percorreram esses  
2099 argumentos objeto da mensagem eletrônica em denúncia e não vislumbraram  
2100 razões suficientes para que houvesse a retirada do processo de pauta ou, no

2101 caso do Ibama, a suspensão dos efeitos da anuência. Eu não quero dizer aqui,  
2102 evidentemente, longe de mim, que os senhores não possam discutir ou  
2103 rediscutir esses pontos, mas apenas que todos eles foram superados e  
2104 absolutamente objeto de conhecimento por parte dos juízes respectivos.  
2105 Reclassificação do licenciamento, eu custo a entender a razão do  
2106 questionamento. Houve uma mudança de código de enquadramento e de  
2107 critério na Deliberação Normativa 217/2017, que reduziu o potencial poluidor,  
2108 que era grande, geral, para médio, mas manteve o porte como grande,  
2109 justificando, portanto, e mantendo a competência deste Colegiado, dessa  
2110 Câmara. Então, não há o que se discutir. O que era de classe 6 baixou para 4,  
2111 mas os senhores estão aqui deliberando sobre essa matéria, e nem poderia ser  
2112 diferente, por vinculação óbvia à Licença Prévia e de Instalação que foi  
2113 deliberada por esta Câmara licenciadora. Descumprimento de condicionante, eu  
2114 acho que esse ponto está absolutamente superado. Todos os promotores ou  
2115 procurador da República que levaram esse ponto a apreciação judicial utilizaram  
2116 trechos dos Pareceres Únicos da Suppri e Supram Jequitinhonha enfatizando,  
2117 curiosamente, exatamente o contrário. Foi o que os juízes observaram, que não  
2118 há evidência de descumprimento. Pelo contrário, os pareceres afirmam que as  
2119 condicionantes ou estão cumpridas ou estão em cumprimento ou têm prazos  
2120 ainda a vencerem. Quanto ao alegado fracionamento de Licença de Operação,  
2121 também não podemos concordar com o argumento de que esse procedimento  
2122 não encontra previsão na legislação ambiental federal ou estadual. Pelo  
2123 contrário, o fracionamento de licença, o licenciamento por etapas, está  
2124 expressamente previsto no Decreto Federal 4.340, de 2002, que regulamenta a  
2125 Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e lá se define regra para  
2126 pagamento da compensação em hipótese em que a licença tenha sido  
2127 concedida por etapas do empreendimento. Se isso não for o fundamento legal  
2128 normativo para o fracionamento de licença, eu não sei qual outro será, ainda  
2129 que vinculado ao tema compensação ambiental. Mas, se não bastasse esse  
2130 tema, fracionamento de licença é uma prática de longa data admitida no  
2131 Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais e no âmbito federal, do  
2132 Ibama. Eu mesmo já atuei em dezenas de processos em que se permitiu  
2133 escalonar uma das etapas, de instalação ou de operação, de um determinado  
2134 projeto, de acordo com a dinâmica de implantação, interesse do próprio  
2135 empreendedor. Afinal de contas, observadas as questões de interesse público e  
2136 impacto ambiental, o empreendimento é de interesse econômico do  
2137 empreendedor. O que não se pode é fracionar viabilidade ambiental, a etapa  
2138 relativa à Licença Prévia. É o empreendedor simular um empreendimento menor  
2139 ou diferente e depois corrigir por meio de subsequentes Licença de Instalação e  
2140 Operação. E é por isso, senhores e senhoras conselheiros, que o decreto mais  
2141 recente, 47.383/2018, de Minas Gerais, e a própria Deliberação Normativa  
2142 217/2017, do COPAM, trabalham com o conceito de fragmentação indevida do  
2143 licenciamento. E vejam, aqui se firma um conceito do que é infração, do que é

2144 punível, do que é fragmentar o conjunto de atividades objeto do enquadramento,  
2145 da classificação, para permitir que outros arranjos sejam possíveis. Fracionar a  
2146 licença é uma coisa, licenciamento parcial é uma coisa, fragmentação indevida  
2147 e irregular é outra bem diferente. A legislação deixou isso muito absolutamente  
2148 claro. O alegado aqodamento também foi rechaçado judicialmente, e me  
2149 espanta discutir aqui o tamanho do parecer técnico da Suppri e Supram  
2150 Jequitinhonha. Eu nem sei se parecer com 27 laudas é pouco ou é muito. Eu  
2151 acho até muito, tratando-se de Licença de Operação. É melhor que a equipe  
2152 responda isso. Mas na Licença Operação checa-se cumprimento de  
2153 condicionantes. Então, os pareceres são esses mesmos e sempre foram  
2154 tabulados com a verificação do atendimento daquilo que foi estabelecido nas  
2155 etapas anteriores. E 27 laudas talvez sejam até muito para esse propósito.  
2156 Licenciamento prévio e de instalação dessa Etapa 3, do Step 3, concedido em  
2157 26 de janeiro. Licença de Operação requerida e formalizada por volta dia 16 de  
2158 agosto de 2018. Nós estamos no limite do prazo legal tanto da resolução do  
2159 Conama quanto do próprio Decreto 47.383 para concessão de licenças, que na  
2160 legislação federal e estadual são 12 meses para LP, seis meses para LI e seis  
2161 meses para LO. Eu não vou discutir aqui como ficam esses prazos em relação a  
2162 concomitância de licença, mas o fato é que nós estamos aqui em uma fase de  
2163 LO e estamos no limite do prazo de seis meses. Se essa não foi a prática  
2164 reiterada do órgão ambiental, que não dá conta muitas vezes do atendimento  
2165 desse prazo, melhor que seja até por força de todas as melhorias e  
2166 aperfeiçoamentos do sistema de gestão, que são inegáveis, implementadas ao  
2167 longo dos últimos anos, dos últimos meses, nesta gestão. Não é nenhum favor  
2168 por parte do Estado, há apenas aqui o cumprimento do prazo regulamentar.  
2169 Mineroduto, o nosso colega Rodrigo já disse, o Ibama já aprovou, falta apenas a  
2170 publicação do despacho do Ibama que libera a retomada do trecho de 4 km  
2171 cujos dutos foram substituídos, apenas por uma razão de segurança, em função  
2172 do lote original implantado. Havia uma liminar em uma ação civil pública na  
2173 Comarca de Rio Casca que foi revogada pela própria juíza a requerimento  
2174 conjunto da empresa e do próprio Ministério Público. Não existe mais liminar  
2175 proibitiva. Até porque a empresa firmou com o Ministério Público do Estado de  
2176 Minas Gerais um termo de ajustamento de conduta contratando o IPT, Instituto  
2177 de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, instituição técnica  
2178 credenciada e reconhecida, para fazer todo o acompanhamento da segurança  
2179 do mineroduto e das causas da ocorrência do acidente. Portanto, não há liminar  
2180 impeditiva, e quanto ao Ibama esse assunto também já foi resolvido.  
2181 Questionou-se aqui a exigência de seguro, garantia, até porque a Lei Orgânica  
2182 do Município de Conceição do Mato Dentro prevê. Havia uma discussão em que  
2183 momento isso seria exigível, se na fase de instalação, na fase de viabilidade, e  
2184 esse assunto foi judicializado pelo Ministério Público do Estado de Minas  
2185 Gerais, pelos idos de 2008, foi objeto de um acordo celebrado com o Ministério  
2186 Público em 2012, encerrando essa ação, e a empresa se comprometeu e

2187 cumpriu a capitalização de um fundo no município de Conceição do Mato  
2188 Dentro para esse objetivo. Presidente, encerrei. Como não terei outra  
2189 oportunidade, já aproveito para desejar a todos um feliz Natal, boas festas e um  
2190 excelente ano de 2019.” Elaine Ferreira: “Boa tarde a todos, eu sou da  
2191 coordenação de fauna da consultoria de apoio à Anglo American. A minha  
2192 inscrição foi para dar suporte com relação às questões técnicas. Estou à  
2193 disposição e agradeço.” Rafael Costa: “Eu também estou junto com Elaine  
2194 Ferreira. Nós estamos aqui para prestar qualquer consideração técnica que seja  
2195 necessária. E eu passo a minha palavra para o próximo manifestante.” Maria  
2196 Cecília: “Boa tarde a todos. Eu sou Maria Cecília, integrante do programa Polos  
2197 de Cidadania da UFMG, um programa de extensão universitária da Faculdade  
2198 de Direito. Eu atuo em Dom Joaquim há cerca de 1 ano e 4 meses.  
2199 Primeiramente, eu queria ressaltar que há uma série de impactos negativos e  
2200 danos ambientais decorrentes do empreendimento na cidade e que são  
2201 processos absolutamente velados, silenciadas e ocultados. A partir do nosso  
2202 trabalho em campo, nós produzimos dois relatórios relativos a dois impactos  
2203 negativos específicos. Não que esses relatórios esgotem o rol dos danos e  
2204 impactos trazidos pelo empreendimento, mas são demonstrativos de como a  
2205 empresa lida com a comunidade. Ela tem consciência desses danos, e até o  
2206 momento nenhuma ação foi tomada por ela. Um deles diz respeito ao momento  
2207 de construção da adutora de captação de água do rio do Peixe. O encontro de  
2208 rios, do ribeirão Folheta com o rio do Peixe, é um patrimônio cultural municipal  
2209 inventariado, e quando do momento de construção da adutora isso não passou  
2210 por nenhuma análise do Conselho Municipal de Patrimônio. E na ocasião houve  
2211 muitas explosões de dinamite para construção desse equipamento. Inclusive, a  
2212 empresa retirava os moradores das suas casas, levava para a barragem  
2213 justamente evidenciando a possibilidade iminente de desabamento dos imóveis.  
2214 Uma série de rachaduras e danos foram provocados nesses imóveis. Houve  
2215 monitoramento por parte da empresa, da sua terceirizada, inclusive, a Integral  
2216 Engenharia, e eu entendo que foi uma espécie de ludibriamento dessa  
2217 população, que acreditou que a partir desse monitoramento da empresa viria  
2218 algum tipo de reparação. E isso eu não posso quantificar em anos, mas imagino  
2219 que tenha sido no ano de 2012. Eu falo isso porque não tive acesso aos  
2220 documentos do período. A nossa metodologia é da história oral, e sabemos que  
2221 a memória é um pouco flutuante em relação a isso. Desde então, esses danos  
2222 estão como estão, inclusive, se agravando dia a dia, uma pequena trinca se  
2223 transforma, vai se intensificando. E nós entendemos que isso é um dano  
2224 continuado, que se renova dia a dia, portanto, não prescreve. Outro dano que  
2225 também está presente no nosso relatório diz de um equipamento também da  
2226 empresa localizado na rodovia 2 229: é a estação elevatória de bombeamento  
2227 de água, o Booster. Ao lado dessa estação, há uma comunidade que se chama  
2228 Cabeceira do Arataca, e cabeceira é o nome que se dá à nascente. Então, ali  
2229 tem uma nascente. É um evento intermitente, não é contínuo, mas, de quando

2230 em vez, há um despejo de um efluente nessa comunidade, nessa nascente. E  
2231 essa comunidade usa aquela água para cozinhar, para se banhar, para beber.  
2232 Então, eu, inclusive, solicito à Supram que faça uma fiscalização disso  
2233 justamente para entender qual é a natureza desse efluente que recai sobre a  
2234 comunidade. Eu gostaria também de ressaltar que em relação a essa  
2235 danificação dos imóveis adjacentes à adutora não corresponde à condicionante  
2236 7, que diz dos impactos provocados pelo mineroduto, porque ali foi decorrente  
2237 de uma outra ação, das explosões de dinamite. E por fim eu gostaria de  
2238 também ressaltar que nós protocolamos esse relatório junto à mesa e  
2239 solicitamos que seja feita a juntada ao processo.” Neusa Maria da Silva Paula:  
2240 “Boa tarde a todos da mesa e aos conterrâneos das comunidades. Eu eu me  
2241 chamo Neusa Maria da Silva Paula, sou uma das moradoras do Turco e hoje  
2242 resido em São Sebastião do Bonsucesso. Sou representante do comitê de  
2243 convivência e relacionamento com a Anglo American. Eu não tenho muito tempo  
2244 para falar, mas tenho que esclarecer muitas coisas aqui, porque tem muitos que  
2245 falam aqui, vieram aqui falar, que não moram lá, não são de lá, e falam como  
2246 representantes da nossa localidade. Eu falo por todos que estão lá e pediram  
2247 para falar, porque até hoje nós não fomos reconhecidos por órgãos  
2248 competentes nenhum e estamos, como todos sabem, morando perto da  
2249 mineradora. Eu resido a 500 m da mineradora e sei tudo que passa lá. E todos  
2250 estão satisfeitos com o empreendimento, muitos estão trabalhando e estão  
2251 satisfeitos com o seu conforto. Inclusive – eu vou falar diretamente da minha  
2252 pessoa, já fui beneficiada, já fiz a minha negociação e estou satisfeita e espero  
2253 que todos façam o mesmo. E sobre a água eu quero deixar claro para vocês,  
2254 porque estamos sendo abastecidos e representados pela prefeitura, que passou  
2255 o empreendimento da água para a empresa. E a água está sendo bem cuidada,  
2256 bem tratada, estamos tendo água com abundância, não falta água para nós. E  
2257 não vem diretamente, como estão falando, um caminhão-pipa. A água é limpa,  
2258 sai de dentro da mineradora e abastece a mineração, onde eles todos usam  
2259 dela. Eu já procurei saber dos funcionários da H3M, que foram meus inquilinos,  
2260 moravam lá. Procurei saber deles se a água é pura, se é água de se aproveitar.  
2261 Inclusive, saiu uma lavanderia daqui de Belo Horizonte, e hoje está sendo  
2262 instalada lá dentro do Sapo. Usam água com abundância de segunda a sexta,  
2263 abastecem com a água que sai da ETA. Então, não tem como reclamar da  
2264 mineração. E nós só temos que dar apoio porque fomos nós que conquistamos  
2265 esse relacionamento com a empresa, através do comitê, e se hoje tudo está  
2266 acontecendo conosco lá, essa negociação, essa convivência, esse  
2267 relacionamento com a Anglo, foi através de nós, não foi de muitos que moram  
2268 fora e querem falar por nós. Então, eu espero o que os conselheiros  
2269 reconheçam isso. Se o empreendimento já está lá, por que agora querer barrar,  
2270 querer pedir para não continuar? Eu acho e penso, igual vocês já colocaram em  
2271 pauta essa assessoria técnica que está vindo para dar suporte aos que  
2272 precisam, porque antes nós não fomos reconhecidos por ninguém. E por que

2273 agora para decidir a nossa vida precisa de pessoas que não convivem conosco,  
2274 não são de lá, querem buscar para eles? Porque não sabem o que está  
2275 acontecendo. E todos que estão lá têm autonomia de fazerem sua própria  
2276 negociação de livre e espontânea vontade. E a Anglo não está pressionando.  
2277 Eu vou falar diretamente da Anglo porque a empresa que está lá é a Anglo  
2278 American. Ela não está pressionando ninguém a negociar, é de livre e  
2279 espontânea vontade. Portanto, está aí o PNO, negociação opcional, para quem  
2280 quiser. E eles vão dar qualidade de vida para todos que forem ficar também.  
2281 Não é negado. Eles vão às casas e fazem reunião pública para todos. Inclusive,  
2282 nós vamos ter uma reunião com a comunidade e a empresa no dia 27, para  
2283 todos, e passar tudo que está acontecendo para a comunidade. Então, eu deixo  
2284 bem claro isso para vocês porque, no caso de ter uma assessoria para  
2285 acompanhar os que precisam, deem qualidade de vida para quem quer ficar,  
2286 reconheçam valores para quem quer sair, porque nós precisamos é do dinheiro,  
2287 de valores, não de pessoa para acompanhar. Se não estão satisfeitos com a  
2288 negociação, com os valores que estão sendo ofertados, por que não reajustar  
2289 os valores para eles? Para serem bem-sucedidos lá na frente, para serem  
2290 reconhecidos. Então, é disso que nós precisamos, de valores, nós todos  
2291 precisamos de dinheiro, não é de pessoa na casa da gente, que nunca conviveu  
2292 com a gente, poder querer saber o que está passando na nossa casa. Tudo o  
2293 que eu tinha que falar eu já falei, então, espero que vocês reconheçam isso.”  
2294 Sandra Celestina Stemler: “Boa tarde, senhores. Sandra Celestina Stemler, há  
2295 50 anos convivo com as comunidades do Turco, Sapo, Cabeceira do Turco e  
2296 Beco. Venho aqui mais uma vez falar com vocês que em relação à nossa  
2297 comunidade nós estamos tranquilos. Primeiramente, eu quero dizer a vocês  
2298 sobre a água. Água é vida, e esse comitê de convivência que foi criado  
2299 juntamente com a Anglo American faz todas as coisas que as comunidades do  
2300 entorno da mineradora precisão, juntamente com o município e com apoio do  
2301 nosso prefeito. Quero dizer a vocês que a água que abastece as nossas  
2302 comunidades é tratada. Antes nós tínhamos água vindo da nascente, boa, mas  
2303 era o nosso costume bebê-la sem tratamento. Hoje, graças à Anglo American,  
2304 temos água em abundância e tratada. E outra coisa, o comitê de convivência  
2305 conseguiu, através de diálogo, com muito respeito – que eu já falei aqui outra  
2306 vez com vocês –, uma negociação opcional. Todas as pessoas do entorno da  
2307 mineradora sabem hoje que o PNF foi uma negociação do passado. Nós não  
2308 tivemos órgãos que nos apoiassem e nos mostrassem que nós éramos  
2309 atingidos. Então, senhores conselheiros, eu venho aqui hoje falar com vocês,  
2310 com toda minha sinceridade de moradora há 50 anos e conhecedora de cada  
2311 um da minha comunidade, que nós apoiamos a licença da Etapa 3 e que as  
2312 negociações que hoje acontecem com as famílias do entorno da mineração são  
2313 gravadas de acordo com a família. E, primeiramente, senhores conselheiros,  
2314 tudo com muita transparência, porque, antes de começar qualquer conversa  
2315 sobre negociação, é oferecida a assessoria técnica, que desde o início nós já

2316 tínhamos só que o Ministério Público não apoiou, que seria a nossa assessoria  
2317 técnica do município, que é onde nós exigimos e que nos acompanhará para  
2318 todo o percurso da nossa vida. Então, diante da condicionante 39, que hoje fala  
2319 que temos que ter uma assessoria técnica independente, nós, da comunidade,  
2320 tivemos reuniões. A SEMAD entende que foi escolhida pela comunidade, mas,  
2321 nós, a maioria das comunidades do entorno, ainda temos interesse, sim, em  
2322 conhecer outras assessorias técnicas. Porque como acontecerá um edital para  
2323 um chamamento se temos conhecimento só de uma assessoria? Temos  
2324 conhecimento de que isso não é válido. Algumas pessoas que estavam nessas  
2325 reuniões escolheram sob, sim, uma certa pressão. Eu não venho aqui e não  
2326 tenho interesse de mentir para os senhores, porque vocês teriam que ter tido o  
2327 privilégio de cada um de vocês ter ido às nossas comunidades e ter conhecido  
2328 de perto tudo sobre nós. Então, senhores conselheiros, podem dar o aval para  
2329 essa empresa tranquilamente, porque nós das comunidades do Sapo, Turco,  
2330 Beco e Cabeceira do Turco estamos tranquilos em relação à empresa Anglo  
2331 American.” Alessandro Pereira: “Boa tarde a todos. Eu pertenço a Cabeceira do  
2332 Turco, que pertence a São Sebastião do Bonsucesso. Eu sou membro do  
2333 comitê de convivência, estou muito agradecido que aconteceram as primeiras  
2334 negociações com alguém, que vêm cumprindo com todos mais que vierem para  
2335 frente. E estamos firmes com o comitê, com todos. Eu quero agradecer a todos.  
2336 É só isso que eu tenho a dizer.” Caio Dimas: “Boa tarde a todos, eu faço parte  
2337 do grupo que recentemente negociou com a Anglo, através da negociação  
2338 opcional, e quero deixar bem claro que eu e a minha família estamos muito  
2339 satisfeitos.” Aécio Lages: “Boa tarde, presidente, demais conselheiros. Aécio  
2340 Lages, atualmente o presidente da Associação Comercial e da Câmara de  
2341 Dirigentes Lojistas de Conceição do Mato Dentro. Eu tenho muito orgulho em  
2342 afirmar para vocês, para os senhores e para os demais presentes, que nós,  
2343 enquanto representantes da força motriz de nossa cidade, somos totalmente a  
2344 favor da concessão da licença para exploração da Etapa 3 da Anglo American.  
2345 Somos o maior empregador do município e, como já foi muito bem-dito aqui pela  
2346 empresa, firmamos vários compromissos com ela, que vêm sendo cumpridos à  
2347 risca, dentre eles a contratação de mão de obra local. Não temos nada a  
2348 reclamar, nesse sentido, da empresa Anglo American. Temos outros  
2349 compromissos firmados que estão sendo cumpridos, assim como as  
2350 condicionantes que estão sendo cumpridas para com o Estado estão sendo  
2351 cumpridas também para com a iniciativa privada. A parceria hoje entre a  
2352 Associação Comercial e a empresa Anglo American está sendo traduzida em  
2353 bons frutos, e nós, enquanto representantes da classe empresária da nossa  
2354 cidade, não só para Conceição do Mato Dentro, mas para toda a região –  
2355 Conceição, Serro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas –, vislumbramos a  
2356 concessão dessa licença com bons olhos, porque sabemos e temos a mais  
2357 absoluta certeza de que um futuro muito promissor está por vir para Conceição  
2358 e, principalmente, para o comércio de nossa cidade.” Deivison Antônio: Boa

2359 tarde a todos, meu nome é Deivison, sou da Cabeceira do Turco, também faço  
2360 parte do comitê de convivência. Desde o início quando montamos o comitê,  
2361 poucos acreditaram que seria possível chegar a uma negociação. E  
2362 conseguimos chegar. Hoje eu ouvi algumas coisas aqui que não condizem com  
2363 o que acontece no dia a dia lá nas comunidades. Hoje está tendo uma briga em  
2364 relação à condicionante 39. O comitê não é contra à Nacab, mas, sim, da forma  
2365 que foi escolhida, porque não teve um critério de como seria, maioria de voto,  
2366 minoria de voto. Então, nós gostaríamos que ela participasse, sim, do edital. Se  
2367 têm tanta certeza de que já foi escolhida, qual é o medo de passar pelo edital?  
2368 Porque de 209 famílias, tinham menos de 100 pessoas na escolha dela, e eu  
2369 acho que não foi escolha justa. E outra: se empreendimento já teve tanto  
2370 avanço, por que não dar a licença para eles poderem minerar, se hoje a  
2371 economia do município toda gira em torno do empreendimento?” José Fernando  
2372 Aparecido de Oliveira/Conceição do Mato Dentro: “Senhor presidente, senhores  
2373 e senhoras conselheiros. Quero cumprimentar toda a mesa na pessoa do meu  
2374 colega Zé Augusto, meu colega de pós-graduação em direito ambiental e  
2375 minerário e um exemplar servidor do Sisema. Senhoras e senhores, eu quero  
2376 aqui, em nome do município de Conceição do Mato Dentro, ser muito claro,  
2377 breve, objetivo. Afinal de contas, estamos desde às 9h da manhã aqui, já  
2378 passam de cinco horas que estamos aqui. Eu quero ser muito claro e objetivo.  
2379 Em nome do município de Conceição do Mato Dentro, nós apoiamos a anuência  
2380 do Step 3 para a Anglo American. Só isso. Muito obrigado.” Geraldo Adilson  
2381 Gonçalves/Dom Joaquim: “Boa tarde a todos, meu nome é Geraldo Adilson  
2382 Gonçalves, sou prefeito de Dom Joaquim, uma cidade pequena, perto dos 5 mil  
2383 habitantes. Eu gostaria de falar que, com a chegada da Anglo American à nossa  
2384 região, houve um grande impacto financeiro em todos os setores, houve  
2385 melhoramento da vida das pessoas. Então, eu gostaria de falar que eu vejo hoje  
2386 como um futuro promissor trazendo a melhoria para o nosso município. Eu  
2387 gostaria de falar que estou aqui e apoio a aprovação da anuência.” Carlos  
2388 Schaefer: “Eu sou o professor Carlos Schaefer, titular da Universidade Federal  
2389 de Viçosa e tenho envolvimento de mais de 15 anos de pesquisa no Espinhaço  
2390 Meridional, na área digamos de abrangência da atuação da empresa. Durante a  
2391 LP, nós fomos convidados, tanto eu como o professor Geraldo Wilson  
2392 Fernandes, que somos talvez as duas pessoas que há mais tempo e  
2393 continuamente fazemos pesquisa com o ambiente de Campo Rupestre  
2394 Ferruginoso, que é exatamente a área afetada pela mineração de ferro em  
2395 Minas. Fomos convidados para participar do processo de compensação em  
2396 projetos completamente independentes. E nos foi dado naquele momento uma  
2397 coisa que eu nunca tive experiência antes, que era a liberdade total de sinalizar  
2398 para a empresa se, por acaso, as áreas oferecidas como compensação  
2399 potencial não cumpriram aquelas exigências mínimas que nós o tempo todo  
2400 postulamos ao longo dessa jornada de defesa desses sistemas naturais que  
2401 estão ameaçados. Essa liberdade nos foi dada, nós fizemos um trabalho que eu



2402 considero modelar no estudo de compensação. Eu vim aqui naquela época,  
2403 perante o Conselho, defendê-lo, tanto eu quanto o professor Geraldo. E mais do  
2404 que isso, o desdobramento dessas ações, que eram exclusivamente voltadas ao  
2405 processo compensação, geraram de nossa parte da pesquisa demandas que  
2406 foram inteiramente atendidas pela empresa. De novo uma experiência que eu  
2407 nunca tinha tido. Nós propusemos a criação de um centro de pesquisa na  
2408 conservação dos Campos Rupestres, que não era absolutamente nada de  
2409 nenhuma exigência de compensação, e nos foi dada essa possibilidade de  
2410 darmos consequência a esses estudos no sentido da conservação. Além disso,  
2411 nós identificamos entre as áreas da compensação áreas de imenso potencial  
2412 para valorização da população local. Pegue o exemplo de Morro do Pilar, a  
2413 primeira área onde foi descrita a Vellozia no Brasil pelo Saint-Hilaire, a primeira  
2414 área onde houve fundição de ferro neste país, adjacente à cidade de Morro do  
2415 Pilar. E quem fundiu ferro lá não foi tecnologia europeia, foi negro. Então, nós  
2416 queríamos mostrar para valorização da cultura local, que aquela área tinha uma  
2417 importância histórica. De novo a empresa falou assim: 'Podem criar RPPN,  
2418 podem valorizar isso da maneira como vocês acharem, para levar para a  
2419 população'. Então, esse feedback acadêmico, para mim, que faço pesquisa e  
2420 vivo da produção do conhecimento, é uma coisa importante. Porque não  
2421 encontramos esse eco em muitas empresas por aí, especialmente nessa parte  
2422 que é do licenciamento. Então, eu queria fazer esse testemunho, é um  
2423 testemunho inteiramente sincero, inteiramente honesto. Eu escuto vozes que  
2424 realmente me fazem pensar que há coisas a melhorar, mas, na minha  
2425 experiência de governança ambiental, com toda sinceridade, é exemplar. E o  
2426 processo de licenciamento hoje eu o considero modelar para compensação de  
2427 Campestre Rupestre Ferruginoso em Minas, o que está nessa licença, que é  
2428 uma continuidade desde o início da LO. Eu só queria deixar esse depoimento.  
2429 Sobre água, só uma pequena lembrança. Toda a Bacia do Santo Antônio,  
2430 Suaçuí, Corrente, toda a margem esquerda da Bacia do Rio Doce, peguem os  
2431 dados do Inmet nos últimos dez anos, e nós temos uma anomalia climatológica,  
2432 uma redução de precipitação constante. Por favor, não vamos dizer que secar  
2433 nascente do Serro tem a ver com atuação da empresa, senão vocês tiram a  
2434 legitimidade de vocês que são afetados e que merecem ter reparação. Quando  
2435 você generaliza a coisa e quer imputar à empresa algo que absolutamente não  
2436 tem nenhum sentido, você tira a legitimidade de quem realmente merece a  
2437 reparação. Eu só queria deixar isso bem claro, porque eu acho isso  
2438 irresponsabilidade." Felipe Starling/Anglo American: "Senhor presidente, eu  
2439 acredito que eu seja a última pessoa, acredito que toda a explanação técnica da  
2440 empresa já foi feita. O destaque que eu queria dar aqui hoje, olhando até para  
2441 as últimas reuniões da Anglo, últimas reuniões da CMI, inclusive, é que todos  
2442 nesta sala hoje merecem um 'parabéns', porque eu acho que houve muito  
2443 respeito aqui hoje. As nossas opiniões nunca serão 100% convergentes porque  
2444 nós somos diferentes, e ainda bem que elas não são convergentes.

2445 Obviamente, cabe a nós, da empresa, escutar, estarmos 100% à disposição de  
2446 quem queira dialogar conosco, de quem queira conversar conosco. Esse é o  
2447 nosso dever, nós fazemos isso hoje. Enquanto responsável pela área social da  
2448 empresa, eu afirmo que nós vamos continuar fazendo isso de agora em diante.  
2449 E hoje aqui o que eu vi foi um exemplo de muito respeito, dadas as últimas  
2450 reuniões que tivemos. As pessoas vieram aqui, falaram o que pensam, mas não  
2451 agrediram ninguém, respeitaram a opinião diferente de todos. Então, eu queria  
2452 parabenizar aos técnicos da SEMAD pelo trabalho e a todos vocês. São quase  
2453 3h da tarde. Nós temos que agradecer enquanto empreendedor, enquanto  
2454 cidadão, agradecer os conselheiros e, principalmente, a todos aqui. Estão todos  
2455 de parabéns. Muito obrigado.” Filipe Generoso Brandão Murta Gaeta/Conceição  
2456 do Mato Dentro: “Boa tarde a todos, eu sou secretário de Meio Ambiente de  
2457 Conceição do Mato Dentro. Primeiramente, eu gostaria de falar sobre a  
2458 condicionante 39, posteriormente, a 33 e a 34, que são cumprimento de termos  
2459 de acordo com o município de Conceição do Mato Dentro, e finalmente sobre  
2460 uma ação civil pública que envolve uma autorização do Monumento Natural  
2461 Serra da Ferrugem. Com relação à condicionante 39, que é assessoria técnica  
2462 para as comunidades que estão vizinhas ao empreendimento, eu acho que é  
2463 importante ser dito que a impressão que eu tenho, durante esse processo de  
2464 julgamento de licenças ambientais, principalmente relacionada às ações  
2465 propostas pelo Ministério Público, tudo acontece na semana anterior à reunião.  
2466 São várias ações, liminares, derrubada de liminares, os processos voltam em  
2467 andam. Só que durante o ano, como estivemos conversando até com a Supram,  
2468 esse processo sempre será um processo corretivo. Já é uma instalação de um  
2469 empreendimento próximo a comunidades, vai ser resolvido com as  
2470 comunidades vizinhas, espero que sim, mas novos vizinhos virão, e eu não vejo  
2471 durante todo o ano – nós passamos um ano inteiro – as instituições às quais eu  
2472 estou falando aqui fazendo um trabalho realmente importante para que as  
2473 coisas se resolvam. Tudo acontece na semana anterior às licenças. Nós  
2474 estamos no município, Conceição do Mato Dentro hoje não tem promotor nem  
2475 juiz. Se esse processo é realmente importante – pelo menos parece que é –, ele  
2476 não se torna um processo importante durante todos os anos e todas as  
2477 discussões. Como não temos um promotor no município para discutir isso.  
2478 Tinha o Marcelo Matta Machado, que estava lá há anos, que tinha todo o  
2479 histórico do processo e estava ali pelo menos intervindo durante esse processo.  
2480 Hoje isso não existe mais. Nem juízo nós temos no município. Esse é o primeiro  
2481 questionamento, isso tem que acontecer durante todo o ano. Eu vi uma  
2482 discussão acontecendo, nunca fomos chamados para entrar nessas discussões,  
2483 o município nunca foi convidado para nada. Mas eu acompanhei alguns  
2484 documentos. Como isso aconteceu? A Supram instituiu um procedimento de  
2485 contratação, um edital de chamamento para contratação de uma empresa, e  
2486 meses depois, no final do ano, o Ministério Público entrevistou dizendo que deveria  
2487 ser contratado intermediário, já direcionou para três intermediários. Depois a

2488 coisa não foi para frente. Então, fica nessa disputa entre Estado, Ministério  
2489 Público, e os vizinhos do empreendimento estão esperando a assessoria  
2490 técnica. Como vai ser dada essa atenção? Essa atenção tem que ser dada  
2491 durante todo o processo, não é na semana anterior virar essa briga judicial. Eu  
2492 acho que essa busca por um violão e por quem é o cordeiro e quem é o lobo, eu  
2493 acho que tinha que ter um processo e se chamar todo mundo ao processo e  
2494 buscar resolver. Vamos resolver a coisa, nós nunca fomos convidados para  
2495 nada, o município nunca foi convidado. Então, vamos lá, 33 e 34, que fazem  
2496 parte do município. Eu vi vários órgãos falando sobre essas questões, e  
2497 nenhum deles, tirando a Anglo, que nós temos que tratar com a Anglo American  
2498 as condicionantes. Mas eu vivo órgãos, UFMG, Ministério Público, SEMAD,  
2499 Supram. Nós procuramos todos os órgãos, todos nos receberam, mas nunca  
2500 fomos procurados por nenhum deles, que não sabem o nosso processo interno,  
2501 como vem sendo trabalhado. Da última vez que nós fomos procurados pelo  
2502 Gesta eu prestei todas as informações, todos os documentos que nós tínhamos,  
2503 xerocamos lá na Secretaria e entregamos em mãos. Não fomos procurados até  
2504 hoje, ninguém sabe do nosso procedimento interno. Nós temos uma Secretaria  
2505 de Planejamento por conta dos convênios com a Angulo American. Dentro da  
2506 Secretaria de Meio Ambiente nós temos um funcionário por conta, para  
2507 monitorar cumprimento de condicionante. Nós notificamos todos os órgãos  
2508 ambientais, todos os documentos são públicos e estão na Secretaria de Meio  
2509 Ambiente. Ninguém nunca nos procurou para nada, para saber, e aí as  
2510 discussões aqui acabam acontecendo de forma rasa, ninguém sabe. Eu vi  
2511 várias condicionantes serem aqui discutidas, por exemplo, do aterro. Eu fui  
2512 procurar a área do aterro pessoalmente, como secretário, em várias áreas, junto  
2513 com a Supram. Então, ninguém sabe em que ponto que está, como esses  
2514 processos estão andando, porque ninguém tem interesse de consultar o  
2515 principal ator nesse processo, como fiscalizador próximo, que é a Secretaria de  
2516 Meio Ambiente. Nós temos uma burocracia interna, como Secretaria, todos os  
2517 convênios da 33 e 34 estão assinados, mas realmente passamos por um  
2518 processo de licitação, que é demorado. O que nós temos feito? Nós precisamos  
2519 ter uma dotação orçamentária dentro do nosso orçamento para prever a  
2520 execução de todos os convênios. São dezenas de convênios que não tínhamos.  
2521 Então, passamos a execução para 2019. Realmente, nós temos uma  
2522 burocracia, mas os processos estão caminhando e estão em cumprimento no  
2523 que diz respeito a essas duas condicionantes, 33 e 34. Finalmente, eu gostaria  
2524 só de falar sobre a ação civil que ocorreu, proposta pelo Ministério Público,  
2525 sobre a autorização do Monumento Natural Serra da Ferrugem, é um outro  
2526 processo, que, pelo que foi dito, demonstra total desconhecimento do  
2527 procedimento adotado. Eu gostaria de dizer que desconheço e gostaria que se  
2528 alguém soubesse que me apresentasse um procedimento feito da forma como  
2529 esse procedimento foi feito. Ele se iniciou com o município questionando a  
2530 Resolução Conama 428, questionando a Supram sobre o não cumprimento

2531 dessa resolução. Por quê. Não foi questionado antes do EIA/Rima se o órgão  
2532 gestor da unidade de conservação necessitava de estudos complementares  
2533 sobre o impacto no monumento. Nós questionamos a Supram, e eles mandaram  
2534 as informações. Nós questionamos de novo dizendo que nós, como órgão  
2535 gestor, determinaríamos os estudos. Os estudos foram prestados, os técnicos  
2536 da Secretaria de Meio Ambiente analisaram, propuseram condicionantes. Todos  
2537 assinaram o processo, dos técnicos da Secretaria. Foi instituído o conselho  
2538 gestor da unidade, que é deliberativo, raridade no nosso Brasil. No Conselho foi  
2539 apresentado edital para participação. As instituições se apresentaram, foram  
2540 feitas duas reuniões para votação. Foi aprovado por unanimidade. Nós temos  
2541 dois pareceres jurídicos: um da consultora ambiental do município e um do  
2542 procurador do município. Isso tudo documentado, as atas documentadas, tudo  
2543 feito no processo que eu considero sem falhas. Desde o princípio ninguém  
2544 conhece isso, porque o município nunca é chamado para nada, para nenhuma  
2545 discussão. Então, eu vim aqui, primeiramente, convidar os órgãos ambientais, o  
2546 Gesta, a Supram, o Ministério Público, principalmente, podia vir aqui e participar  
2547 mais do processo durante todo processo, para poder participar e ver o trabalho  
2548 que temos feito e como as coisas estão sendo conduzidas. Muito obrigado a  
2549 todos.” Marco Antônio: “Boa tarde a todos. Meu nome é Marco Antônio, sou  
2550 colaborador da Anglo American desde 2014 e estou aqui como prova viva e  
2551 testemunha de quanto a empresa trata seus colaboradores com respeito,  
2552 dignidade. Nós passamos por um momento difícil e desafiador na manutenção  
2553 do mineroduto. E por que eu falo isso? A Anglo tem entre seus valores  
2554 preocupação e respeito para com as pessoas. Então, durante esse período, foi  
2555 criado pela Anglo o programa chamado Lótus, baseado na flor de lótus, em que  
2556 criou algumas palestras, minicursos, entretenimentos para que as pessoas se  
2557 voltassem para aquilo, que colocava as pessoas que estavam de lei-off e iam  
2558 para a comunidade. Com isso, ela foi agraciada, premiada, com o Prêmio Ser  
2559 Humano, da Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais. Isso  
2560 prova como a empresa é comprometida com as pessoas. Porque a legislação  
2561 pedia uma coisa, e ela foi além daquilo que se pedia, mostrou para cada um de  
2562 nós que estamos ali, não só dentro da empresa, mas na comunidade, que  
2563 somos importantes, sim, que não somos algo à parte. O programa de  
2564 voluntariado de que nós participamos, dentro desse programa, em algumas  
2565 comunidades daqui presentes, escolas, isso mostra o quanto somos  
2566 importantes para o projeto. Só para finalizar, a palavra de Deus, livro de Êxodo,  
2567 fala da história de Moisés que tira o povo escravo do Egito para a terra  
2568 prometida. Por que eu quero falar isso? Aquele êxodo que existia em Conceição  
2569 do Mato Dentro há alguns anos, quando as pessoas saíam de lá à procura de  
2570 estudo ou de trabalho, hoje é reverso. As pessoas estão saindo da cidade  
2571 grande e retornando para sua terra natal e o convívio com sua família, seus  
2572 pais, e esse eu vejo lá no dia a dia nos depoimentos de nossos colegas. Então,  
2573 é isso, que Deus abençoe todos nós, 2019 seja um ano agraciado para todos.”

2574 Rodrigo Ribas/Suppri: “Senhor presidente, eu vou ser muito breve e passar para  
2575 as considerações da equipe técnica em relação aos pontos que porventura não  
2576 tenham sido respondidos. Eu vou passar muito brevemente primeiro pela  
2577 condicionante 39. Eu ouvi muitas pessoas falando de um e de outro lado a  
2578 respeito dessa condicionante sem conhecerem de fato o processo que está  
2579 acontecendo. A condicionante 39, e não só a 39, mas a 42, a 45, a 47 e a 50  
2580 são condicionantes que vieram para apresentação nesta Câmara em janeiro  
2581 deste ano, e foram apresentadas – como tínhamos dito naquele momento –  
2582 como um acordo firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais,  
2583 a própria SEMAD e o empreendedor para atendimento de problemas que  
2584 porventura tenham ficado sem solução desde a fase de Licença Prévia, em  
2585 2008. Então, qual era o mote dessas condicionantes de cunho social da Licença  
2586 Prévia com Licença de Instalação do Step 3? Nós não estamos falando da  
2587 Licença de Operação do Step 3 quando falamos da condicionante 39. Era tentar  
2588 buscar eventuais falhas, ausências em relação aos levantamentos, possíveis  
2589 impactos, para que fossem sanados de uma vez por todas. A condicionante 39  
2590 é uma condição dada para poder sustentar e equalizar a participação da  
2591 comunidade frente à empresa. Qual é a ideia da assessoria técnica  
2592 independente? Qualificar o discurso da comunidade para que se equipare ao  
2593 discurso da empresa, para que não haja discrepância entre as possibilidades de  
2594 participação. Assim a comunidade pode participar com igualdade de condições  
2595 junto à empresa e ao Estado e ao Ministério Público também. Claro, a  
2596 assessoria técnica é dos residentes daquelas comunidades. A assessoria  
2597 técnica não é o fim em si, ela só é fundamental na medida em que atenda a um  
2598 fim. É muito mais importante, muito mais interessante que se observe a  
2599 condicionante 45, se não me engano, que foi determinada no Ofício 111/2017,  
2600 que determinou à empresa que apresentasse um plano de convivência alterado,  
2601 inserindo três programas nesse plano, que são o plano de negociação opcional,  
2602 o plano de indenização por danos eventualmente que não tenham sido  
2603 mapeados e o de resolução de conflitos. Então, são programas e não uma  
2604 condicionante em si. São programas muito mais extensos e que vão consolidar  
2605 a solução dos problemas daquelas comunidades. Não só as quatro  
2606 comunidades que foram citadas aqui, como já tendo escolhido uma das  
2607 assessorias técnicas independentes, mas todas as outras que porventura  
2608 venham a ser consideradas no bojo do plano de convivência. Então, o programa  
2609 de atendimento é muito mais amplo do que cumprir ou não cumprir a  
2610 condicionante. Nesse ínterim, a condicionante dizia que, escolhida a assessoria  
2611 técnica independente, a empresa teria 60 dias para contratar. Esse é o termo da  
2612 condicionante. O Ministério Público solicitou que fosse feito, primeiro, um edital  
2613 de chamamento, segundo, um conjunto de regras para participação dessas  
2614 assessorias. Isso demandou muito tempo. Nesse momento, em que havia muito  
2615 tempo, é que o Nacab se apresentou às comunidades de Sapo, Turco  
2616 Cabeceira do Turco e Beco e foi escolhido. Não questionamos o processo de

2617 escolha da assessoria técnica, não nos cabe o processo de escolha. Nós  
2618 recebemos uma ata da escolha com, inclusive, assinatura da associação  
2619 comunitária. Então, não vamos questionar a ata. Enquanto isso nós estávamos,  
2620 por força do acordo feito com o Ministério Público, construindo um conjunto de  
2621 normas para poder liberar o edital, abrir o edital para fazer as apresentações.  
2622 Uma das condições – aí o Filipe tem razão em relação a isso – que o Ministério  
2623 Público solicitou foi: a empresa não deve tratar diretamente com a assessoria  
2624 técnica independente do ponto de vista financeiro, tem que haver uma  
2625 independência de ação entre a empresa e a assessoria técnica. Por isso eles  
2626 sugeriram o papel de um gerenciador, e eles, Ministério Público, indicaram  
2627 possíveis gerenciadores que consideram que têm idoneidade e isenção:  
2628 Fundação Israel Pinheiro, Fundação João Pinheiro e um núcleo, do qual não  
2629 vou me lembrar do nome, que é de Conceição do Mato Dentro mesmo. São  
2630 instituições que o Ministério Público atestou como idôneas para fazer o  
2631 gerenciamento do processo de contratação e depois o processo do controle de  
2632 pagamento, de recebimento de produtos, essas coisas todas que vão ser  
2633 contratadas. Então, realmente levou muito mais tempo do que nós gostaríamos,  
2634 certamente, muito mais tempo ainda do que a comunidade gostaria. Mas  
2635 entendemos também, uma vez que estamos tratando aqui de um plano de  
2636 convivência que está em curso, um plano de convivência que já vem sendo  
2637 adotado há mais tempo, que já houve apresentação no bojo da condicionante  
2638 45 da sua revisão, inclusão desses programas e que esses programas  
2639 certamente vão ser até mesmo alterados pela própria necessidade e decisão da  
2640 comunidade. Porque é com a assessoria técnica independente, com a  
2641 participação da comunidade é que a sociedade vai ter a clareza, a SEMAD vai  
2642 ter clareza e a empresa vai ter clareza de quais serão as necessidades que têm  
2643 que ser incorporadas a esse plano de convivência e aos programas que a ele se  
2644 vinculam. Então, só para esclarecer para os senhores que é um programa com  
2645 muito mais intensidade. Nós esperamos que esse programa exista enquanto  
2646 existir empreendimento. Enquanto o empreendedor estiver lá, enquanto puder  
2647 haver alguma forma de conflito, dano que não foi mapeado nos estudos que  
2648 requer indenização ou necessidade de mudança das famílias por algum  
2649 problema, enquanto isso puder existir nós queremos que o plano de convivência  
2650 exista e que os programas para acertar esses problemas também existam.  
2651 Então não vai se resolver no âmbito de dois meses, três meses ou seis meses,  
2652 vai se resolver no âmbito da vida das pessoas e da duração do  
2653 empreendimento. Esse é um ponto que para nós é muito tranquilo. Em relação  
2654 à fragmentação, eu só posso aqui secundar, primeiro, o que o presidente falou e  
2655 depois o que foi apresentado aqui como arcabouço jurídico pelo Dr. Ricardo  
2656 Carneiro. Nós não entendemos que tenha havido fragmentação da licença em  
2657 momento algum, fragmentação indevida. Primeiro porque na LP original, em  
2658 2008, o empreendimento foi apresentado na sua integralidade, toda a cava. São  
2659 12 km de cava, então nós sabíamos desde sempre, o COPAM sabia desde

2660 sempre quais seriam as etapas de desenvolvimento desse empreendimento.  
2661 Houve um EIA/Rima do empreendimento como um todo em 2008. Primeiro,  
2662 Step 1, depois Step 2, agora Step 3. O Step 1 no bojo da LP geral, o Step 2 e o  
2663 Step 3 tiveram EIAs próprios. Então houve um EIA do Step 2, foi julgado por  
2664 esta Câmara, como LP, LI e depois LO. Depois teve o EIA do Step 3, julgado  
2665 dia 26 de janeiro por esta Câmara, com a integralidade das estruturas, com  
2666 integralidade dos impactos ambientais mapeados, das medidas mitigatórias.  
2667 Então não houve fragmentação da análise de impactos, riscos, danos. Essas  
2668 análises foram feitas. O que nós estamos tratando aqui agora é de uma questão  
2669 basicamente operacional. Instalada uma etapa da cava, ela está apta para  
2670 operar se as medidas de controle que são necessárias para que haja controle  
2671 dos impactos ambientais estejam corretas. Aqui nós estamos tratando da  
2672 equipe da Suppri e da equipe da Supram Jequitinhonha. As equipes estiveram  
2673 lá em campo, puderam verificar no momento em que não estava pronto, depois  
2674 quando estava pronto e puderam atestar que a cava e os diques estão  
2675 operacionais. Então nós vimos aqui com muita tranquilidade trazer para esta  
2676 Casa que aquilo que foi estabelecido na LP+LI do ponto de vista dos controles  
2677 ambientais que permitem a operação de uma ampliação de cava – e uma  
2678 ampliação pode ser apresentada como LAC 1 a qualquer momento; e aqui como  
2679 havia já uma LP+LI, por isso ela foi classificada na modalidade LAC 2; e a fase  
2680 da licença é Licença de Operação. Duas coisas diferentes: modalidade LAC 2,  
2681 LP+LI na primeira fase, e LO na segunda fase. Isso está absolutamente  
2682 coerente, primeiro, com o Decreto 47.137, depois alterado pelo Decreto 47.383,  
2683 e com a DN 217. Nós só podemos trabalhar com vista a atender à legislação  
2684 ambiental que nos é imposta. A DN 217 nos é imposta pelo próprio COPAM. Os  
2685 senhores discutiram, atestaram, votaram a DN 217, e agora nós trazemos na  
2686 devolutiva os ganhos e os avanços da DN 217 em termos de melhoria na  
2687 análise, quando tratamos de análise de impacto de projetos executivos, LP+LI, e  
2688 na velocidade – vamos chamar assim – de conseguirmos finalmente, depois de  
2689 muitos anos, pela primeira vez nesse processo. Esse processo está em análise  
2690 há 11 anos, ele deu entrada na FEAM em 2007, essa Licença de Operação foi a  
2691 primeira em que nós conseguimos cumprir o prazo máximo de seis meses. A  
2692 Licença Prévia com Licença de Instalação do Step 3 esteve em análise por dois  
2693 anos, dois meses e dois dias, não há que se falar de açodamento, de atropelo  
2694 das análises. A análise de impactos foi dada por mais de dois anos, foi  
2695 apresentada aqui com toda a qualidade e hígidez possíveis. Não havia nenhuma  
2696 ausência, nós discutimos aqui durante também um dia inteiro. E agora nós  
2697 fazemos uma proposta de licença, um parecer favorável à Licença de Operação  
2698 da ampliação de cava, o que deveria ser bastante simples.” Wesley Alexandre  
2699 de Paula/Supram Jequitinhonha: “Primeiramente, boa tarde a todos os  
2700 presentes e a todos os conselheiros. Eu vou tentar me ater aos pontos mais de  
2701 aspecto jurídico que foram levantados pela conselheira no seu parecer. O  
2702 primeiro ponto que ela trouxe aqui é a questão da certidão de regularidade

2703 fiscal. Eu acho que nós temos que fazer aqui uma separação porque nós não  
2704 somos órgãos de fiscalização de regularidade fiscal mais atinente à questão  
2705 tributária, de impostos. O que a legislação pede, de fato, é regularidade de  
2706 débitos ambientais, que são créditos não tributários. Isso está no Decreto  
2707 47.383. Então tem que se fazer essa diferenciação. Isso hoje também pelo  
2708 decreto, para formalização do processo não é essa exigência mais,  
2709 obrigatoriedade de certidão negativa de débitos de natureza ambiental, porque  
2710 são créditos não tributários. Então não tem que se falar em certidão de  
2711 regularidade fiscal no processo de licenciamento ambiental. Esse é um ponto  
2712 para deixar bem esclarecido. Então, quanto a esse ponto, acreditamos que não  
2713 tem qualquer vício. O segundo ponto é sobre a questão que trata de  
2714 fragmentação do licenciamento. Isso, de fato, não ocorreu. O fato que está  
2715 sendo tratado aqui é uma licença parcial, e essa licença parcial ou  
2716 licenciamento em etapas tem previsão. Isso tem previsão, conforme foi dito pelo  
2717 advogado representante da empresa, o Ricardo Carneiro, no decreto que  
2718 regulamenta a Lei da Política Nacional. Tem também a previsão no artigo 12 da  
2719 Resolução Conama 237. Isso, inclusive, já foi enfrentado no licenciamento de  
2720 Santo Antônio e Jirau, que tiveram Licença de Instalação parcial. Isso foi objeto  
2721 de um acórdão do Tribunal de Contas da União, que não viu qualquer  
2722 ilegalidade na concessão de licenças parciais, com o entendimento de que não  
2723 há vedação para que esse licenciamento parcial seja concedido. Isso também  
2724 foi tratado, de maneira indireta, no acórdão do STF de verificação de  
2725 cumprimento das condicionantes do licenciamento da transposição do rio São  
2726 Francisco, que trata também questão de cumprimento de condicionante – é bom  
2727 os senhores darem uma lida também – em uma ação civil originária, o 876, da  
2728 Bahia. Deem uma lida nesse acórdão. É muito interessante o que foi discutido.  
2729 Então não há, no nosso entendimento, ilegalidades. Tem, sim, que se  
2730 diferenciar o que é fragmentação de processo, que objetiva fugir talvez de um  
2731 licenciamento mais complexo, com exigência de EIA/Rima. Isso não houve, e  
2732 ficou muito bem explicado aqui pelo Rodrigo. Não há na legislação impedimento  
2733 para que se faça licença parcial, isso é feito pela Cetesb, em São Paulo, pela  
2734 Fepam, a Fundação Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Na  
2735 Portaria 71/2018, se vocês quiserem consultar, tem lá um procedimento  
2736 específico para Licença de Operação parcial de empreendimentos de  
2737 licenciamento. Então, do nosso ponto de vista do controle da legalidade, esse  
2738 processo está apto para deliberação dos senhores. Qualquer dúvida que tiver,  
2739 também de outros aspectos jurídicos que porventura surgirem durante a  
2740 discussão, eu estou aqui para poder esclarecê-los.” Antônio Augusto Melo  
2741 Malard/SEMAD: “Só fazer um breve esclarecimento sobre a questão da  
2742 publicidade dos estudos, o que foi colocado aqui também pela conselheira  
2743 Maria Teresa e por alguns dos inscritos. Os estudos e documentos pertinentes  
2744 ao processo estão disponíveis no Siam. O que muitas vezes acontece – e eu  
2745 mesmo fiz esse teste – é de, na hora de clicar no ícone de digitalização, o



2746 documento tende a abrir, mas não abre. Isso provavelmente é um problema de  
2747 navegador do usuário. Eu mesmo já passei apertos nesse sentido em aulas que  
2748 às vezes leciono. Mas não é um problema do órgão ambiental de não ter  
2749 digitalizado, é um problema do computador que está sendo utilizado para  
2750 acessar essa informação. Então tem que verificar a atualização do navegador,  
2751 também de outros arquivos pertinentes para abrir esses documentos. Então não  
2752 há nenhum problema em termos de publicidade desses documentos. Inclusive,  
2753 há cerca de um mês, há pouco menos de um mês, lançamos o Portal da  
2754 Transparência, um portal que reúne todos os sistemas integrantes do Sisema.  
2755 Então, hoje, facilitando muito a vida do usuário, do cidadão, para em uma única  
2756 plataforma poder consultar todos os dados que são publicizados pelo órgão  
2757 ambiental. E além disso, como o Dr. Yuri falou também no início, o processo  
2758 também físico está à disposição e pode ser consultado por qualquer  
2759 interessado. Então, em termos de publicidade, toda ela foi dada em todo o  
2760 decorrer de tramitação dos processos.” Gilmar dos Reis Martins/Supram  
2761 Jequitinhonha: “Boa tarde a todos os conselheiros. Primeiramente, eu gostaria  
2762 de esclarecer um item do parecer com relação a supressão de cava. Na  
2763 verdade, a equipe técnica, quando escreveu esse texto, estava relacionando as  
2764 atividades de supressão de vegetação da área, ou seja, 20% da área total já  
2765 estão suprimidos, ou seja, a empresa já fez não só a supressão, mas também  
2766 desempenhou a atividade de preparo para operação. Não podemos confundir  
2767 com exploração da casa, ou seja, a exploração ainda, de fato, não há. Outro  
2768 ponto importante porque a continuidade da supressão de vegetação se dará no  
2769 decorrer da exploração mesmo, até por questões também de que a Licença  
2770 Prévia, LP+LI, permanece vigente até então. Ou seja, a deliberação dessa  
2771 Licença de Operação aqui não extingue a Licença Prévia e Licença de  
2772 Instalação que foi concedida ao empreendimento. Ela permanece válida, ou  
2773 seja, o empreendimento continua com autorização para continuar exercendo  
2774 suas atividades de supressão de vegetação da área. Outro ponto importante é  
2775 sobre status das condicionantes. Tem condicionantes que foram declaradas  
2776 como cumpridas, em cumprimento e com o status ‘a vencer’. A vencer são  
2777 condicionantes que ainda estão dentro do prazo para ser apresentado o  
2778 cumprimento. Em cumprimento são as condicionantes relacionadas aos  
2779 monitoramentos e relacionadas também a ações que estão em andamento.  
2780 Então não tem como a Supram declarar que elas estão cumpridas ou  
2781 descumpridas porque elas são condicionantes contínuas, ou seja, por toda a  
2782 vida útil do empreendimento, terão que ser apresentados relatórios anuais ao  
2783 órgão ambiental. Aí neste momento eu chamo atenção, principalmente, para as  
2784 condicionantes relacionadas a compensação por intervenção em APP. Existe  
2785 um cronograma também a ser seguido, e a empresa está dentro do prazo para  
2786 apresentação dos relatórios, que serão apresentados neste próximo ano, 2019,  
2787 o primeiro relatório. As demais condicionantes relacionadas a compensações  
2788 estão relacionadas a formalização de processo no IEF. No passado, nós

2789 colocávamos a condicionante com o texto 'protocolar proposta de abertura de  
2790 processo'. Nós alteramos esse texto para 'protocolar a comprovação de  
2791 formalização do processo'. Porque muitas das vezes o empreendimento poderia  
2792 até mesmo protocolar os documentos no IEF, mas às vezes não era aceita a  
2793 proposta para análise. Aí nós fizemos essa alteração, ou seja, essas  
2794 compensações estão agora no âmbito de análise do IEF. Outro ponto  
2795 importante, só para esclarecer os conselheiros aqui também, a condicionante  
2796 21, eu vou ler o texto dela aqui: 'Não realizar nenhum tipo de intervenção ou  
2797 atividade no raio de 250 m das cavidades ASS- 0009, CAI-0001, CSS-007,  
2798 CSS-0012, CSS-0013, CSS-0017, CSS-0021, CSS-0024, CSS-0072, CSS-  
2799 0095, CSS-0096, CSS-118 e FSS-0162'. Prazo: até a aprovação da proposta de  
2800 compensação pelo órgão ambiental. No parecer, o status dela ficou como  
2801 cumprida, mas o seu status correto é em cumprimento. Como o próprio texto da  
2802 condicionante já diz que nós estamos aguardando apresentação de proposta de  
2803 compensação das cavidades SS-0072, CSS-0095 e CSS- 0096. Então em  
2804 análise a essa condicionante nós realizamos vistoria na área do  
2805 empreendimento para certificar de que das demais condicionantes havia sido  
2806 apresentada proposta de compensações. Essas três cavidades aqui, no caso,  
2807 precisarem estar com suas áreas intactas. Então nós retornamos à área do  
2808 empreendimento para comprovar e, de fato, atestamos o raio de 250 m das  
2809 cavidades está preservado." Fernando Vinícius Diniz Ribeiro/Supram  
2810 Jequitinhonha: "Boa tarde. Eu queria só falar um pouquinho sobre os  
2811 questionamentos do parecer de vista da Maria Teresa, do Fonasc, em relação  
2812 aos recursos hídricos, que era a condicionante 11: 'Elaborar e implantar projeto  
2813 de abastecimento de água para a comunidade do Turco e apresentar o relatório  
2814 comprobatório, anterior às intervenções de impacto da nascente de  
2815 abastecimento da comunidade.' Nós fizemos duas vistorias nesse processo de  
2816 LO, especificamente, fomos a essa nascente, que ainda continua intacta. Não  
2817 houve supressão de vegetação, ainda continua fornecendo água para o  
2818 abastecimento da comunidade. Então por isso nós entendemos que essa  
2819 condicionante ainda é a vencer, a nascente ainda não sofreu esse impacto pelo  
2820 empreendimento. Ela é específica para essa nascente e não abrange outras  
2821 questões do mineroduto de impacto também no Turco. A condicionante nº 12:  
2822 'Apresentar estudo conclusivo em relação a mortandade de peixes'. Essa  
2823 análise que a Anglo apresentou em relação a essa questão eu acho que não é  
2824 divergente com os dois laudos que foram apresentados pela servidora aqui do  
2825 NEA, porque relaciona realmente a causa, a origem, à barragem de rejeitos,  
2826 que era uma questão de uma extensa estiagem que ocasionou a parada do rio  
2827 do Peixe, que tinha que parar a captação do rio do Peixe, e fez com que  
2828 aumentasse muito a captação na barragem também. Já havia um estresse  
2829 hídrico, que foi comprovado pelos laudos, da mortandade de peixes que tinha,  
2830 que já apresentava, e isso ocasionou a mortandade de peixes. Mas o laudo que  
2831 a Anglo apresenta faz uma relação que aconteceu dentro da barragem, e essa

2832 água desceu a jusante, e aconteceu a mortandade de peixe. Então ele não  
2833 contradiz que a qualidade da água ali estava alterada, que tinha DBO acima dos  
2834 limites, que extrapolou os limites. Assim como já foi discutido no parecer  
2835 anterior, a questão da condicionante nº 13, questão da criação de uma estação  
2836 de tratamento de efluentes, nós fomos lá em vistoria e vimos o benefício que a  
2837 implantação dessa ETE proporcionou ali para essa situação de tentar controlar  
2838 a qualidade de água do córrego Passa Sete, que sofria com as extensas  
2839 estiagens e com a operação de empreendimentos. Então eu acho que foi uma  
2840 alternativa acertada até então. Nós estamos até com expectativa em relação a  
2841 essa ETE, e eu acho que a empresa não criaria nenhuma oposição em levar  
2842 qualquer um lá que queira conhecer e ver realmente a qualidade da água que  
2843 está saindo dessa ETE lá hoje. Realmente é uma coisa muito bonita de se ver  
2844 hoje lá, essa estação de tratamento. As outras condicionantes, as  
2845 condicionantes 14, 15 e 17, foram implementadas no parecer de LP+LI, na  
2846 intenção de melhorar o monitoramento que já havia sido feito. Então essas  
2847 condicionantes serão analisadas, mais foram analisadas e permitiram dar  
2848 cumprimento a elas, que era inserir os pontos de monitoramento. Eles  
2849 comprovaram isso. Mas o resultado disso, no decorrer deste ano, eles vão  
2850 apresentar o relatório para nós em março do ano que vem, referente ao ano de  
2851 2018. Então foi possível dar cumprimento à condicionante na questão de  
2852 incrementar os pontos, mas essa análise de questão de comparação de dados  
2853 vai ser possível mais perfeitamente apenas no próximo ano, em março de  
2854 2019.” Rodrigo Ribas/Suppri: “Senhor presidente, pelo que nós pudemos anotar,  
2855 todos os pontos técnicos que foram levantados em relação ao parecer foram  
2856 discutidos e apresentados já.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu só  
2857 queria levantar uma questão com relação à condicionante 39, que eu a achei a  
2858 mais importante, porque está sendo alegado que ela não foi cumprida. Na  
2859 verdade, quando damos uma condicionante, não poderíamos ter dado uma  
2860 condicionante que não depende exclusivamente do empreendedor de cumprir.  
2861 Aí você coloca o Ministério Público no meio para definir como vai ser contratada  
2862 uma assessoria técnica independente. Eu acho que o meio ambiente de  
2863 maneira geral, quando você fala de EIA/Rima, existem distorções nesse  
2864 processo. Para você falar qual é a conclusão do EIA/Rima, se você é a favor ou  
2865 contra, é só ver quem financiou o EIA/Rima. Quem financiou vai falar se é a  
2866 favor ou contra. Então existem distorções do sistema. Então eu acho que é  
2867 muito mais válido colocar nas mãos da empresa ‘forneça assessoria técnica’ e  
2868 ponto. Se o pessoal não estiver satisfeito, reclamam, e tentamos mudar, coloca  
2869 uma outra condicionante. É melhor do que colocar na mão de um ente público  
2870 para fazer uma licitação. Eu vou pedir desculpas se nós mesmos tivermos  
2871 aprovado essa condicionante aqui, mas passou, porque não poderia ter sido  
2872 colocada uma coisa que o empreendedor não tem os meios para fazer.” Rodrigo  
2873 Ribas/Suppri: “Conselheiro, o senhor está coberto de razão. Essa condicionante  
2874 foi colocada aqui, foi acrescentada durante a reunião. Ela foi apresentada por

2875 nós no âmbito de um acordo com o próprio Ministério Público, que  
2876 legitimamente se apresentou como representante da sociedade, a  
2877 Coordenadoria de Mobilização Social do Ministério Público, representado aqui  
2878 pelo Dr. André Sperling, que estava aqui, o Caoma, de Meio Ambiente,  
2879 representado pela Dra. Andressa. Então houve um acordo, que é um acordo de  
2880 cavalheiros, que se materializou nas condicionantes. A condicionante é muito  
2881 clara, a condicionante diz que a empresa deverá contratar, fornecer uma  
2882 assessoria técnica independente após a escolha das comunidades. A lógica da  
2883 condicionante é exatamente essa, a empresa fazer um chamamento para que  
2884 uma, duas, quantas quiserem assessorias técnicas independentes fizessem as  
2885 suas apresentações para a comunidade, uma delas seria escolhida por cada  
2886 comunidade. É importante que se diga, o processo de escolha se dá por  
2887 comunidade, não é um processo de escolha de uma assessoria técnica para  
2888 todas as comunidades. Então a comunidade de Água Quente pode escolher  
2889 outra, não há vinculação do Nacab com todas essas comunidades. A  
2890 comunidade escolheria uma, e essa seria imediatamente contratada pela  
2891 empresa. Esse era o espírito da condicionante, de fato, mas, por solicitação,  
2892 como é um acordo, é muito difícil quebrar as solicitações de um dos acordantes.  
2893 Por solicitação do próprio Ministério Público para garantir idoneidade e lisura no  
2894 processo, eles pediram para que não fosse direto com a empresa, para que  
2895 fosse feito com o contrato de uma gerenciadora, um edital de chamamento. E  
2896 isso – os senhores bem sabem – acaba ficando muito parecido com o que nós  
2897 temos no Estado determinado pela Lei 8.666, um processo de licitação, de  
2898 contratação, e a contratação se dá em determinados termos. Isso realmente  
2899 onerou, em termos de prazo, o efetivo cumprimento dessa condicionante. Nós  
2900 aguardamos muito firmemente que seja contratada. O conselheiro Paulo está  
2901 aqui me chamando atenção, sim, foi uma solicitação do Ministério Público e não  
2902 uma imposição. Foi uma solicitação do Ministério Público no âmbito de um  
2903 acordo feito entre três entidades – SEMAD, Ministério Público e empresa – e  
2904 que foi acatada tanto pela empresa quanto pela SEMAD, em termos da  
2905 necessidade de gerenciador e da necessidade de um edital para dar lisura ao  
2906 processo. Por isso essa demora. O senhor tem razão, o espírito que emanou  
2907 desta Câmara era realmente outro.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
2908 Corujo: “Foram muitas falas, muitas perguntas, e houve informações dadas pela  
2909 Anglo American, e eu quero trazer aqui o que eu fui anotando, porque eu  
2910 entendo que não foi devidamente realmente tratado. Por exemplo, foi falado  
2911 agora que na realidade a questão de o parecer de vista do Fonasc ter colocado  
2912 a expressão ‘cava suprimida’, que está no próprio Parecer Único, mas que na  
2913 realidade foi dito aqui que não teve qualquer supressão da cava, que foi só  
2914 supressão de vegetação. Eu anotei a fala do Sr. Agnus Delgado, da Anglo  
2915 American, que falou sobre essa mesma questão, que nessa supressão de  
2916 vegetação eles tratam da questão das cavidades, fazem o resgate de fauna e  
2917 flora. E ele acrescentou que iniciam a abertura da cava, que o que estão

2918 operando o material está em duas pilhas, não está sendo usado aguardando a  
2919 LO. Então nós estamos aqui, no início da minha fala, diante de informações  
2920 contraditórias porque a própria Anglo informou que iniciaram a abertura da cava  
2921 e o que estão operando está em duas filhas, não está sendo usado, aguardando  
2922 a LO. Então isso tem a ver com a pergunta que nós fizemos no nosso parecer.  
2923 Se foi colocada a cava suprimida, isso significou que houve lavra sem LO? A  
2924 fala do empreendedor informa no mesmo sentido, porque ele foi muito claro,  
2925 tanto é que eu anotei aqui. Então nós estamos diante do fato de que parte  
2926 dessa cava que só tem LP+LI e que eu realmente nessa fase tem a ver com  
2927 supressão de vegetação, se tiver cavidade, supressão de fauna e flora, essa  
2928 mesma etapa até a LI, mas foi afirmado aqui, porque foi a pergunta que o  
2929 Fonasc fez. Se a cava foi suprimida, houve lavra. Então esse é um ponto muito  
2930 importante, inclusive, porque configuraria, ainda mais que no próprio Parecer  
2931 Único da Supram é informado como justificativa dessa LO que o minério, que é  
2932 importante para fazer o processamento para possibilitar o melhor  
2933 aproveitamento econômico, está precisamente na camada superficial. Então  
2934 isso é um ponto, eu quero colocar aqui. Eu quero aproveitar, antes que eu me  
2935 esqueça, da importância de que tudo o que foi falado fique em ata, porque é  
2936 muita informação trazida sem tempo hábil de verificar cada informação trazida.  
2937 Então ficar registrado é importante para a gente, em um segundo momento, ver  
2938 o que vai fazer com isso. Outra questão, sobre o cronograma, a Elisa, da Anglo,  
2939 em relação ao que foi apresentado no nosso parecer, diz que no cronograma  
2940 essa questão dessa cava e dos diques a operação é prevista para dois anos e  
2941 sete meses. Essa tabela colocada no parecer de vista não é, como foi colocado,  
2942 que está errada, porque foi retirada dos dados que estão no Parecer Único  
2943 quando passou nesta Câmara a Licença Prévia com a Licença de Instalação.  
2944 Então, foi informado pela Anglo que na realidade o cronograma apresentado  
2945 pelo Fonasc está errado. E não está. Então é só pegar lá o Parecer Único da  
2946 época da LP e LI, e essas informações apresentadas aqui por nós estão  
2947 corretas. Início da operação, diques 3 e 4, dois anos e um mês da concessão  
2948 da LP+LI, que foi em 26 de janeiro. E a cava SA3, dois anos e sete meses. Uma  
2949 das nossas perguntas que não foi respondida é como que, com o cronograma  
2950 da empresa apresentado tecnicamente com essa previsão de operação, a  
2951 empresa entrou em agosto – na realidade seis meses, sete meses depois da LP  
2952 com LI – já pedindo uma operação de estruturas que no cronograma estavam  
2953 previstas para dois anos e nesse prazo que eu coloquei. Em relação à questão  
2954 do controle ambiental, aqui foi justificado pela Suppri que na realidade o  
2955 importante neste momento é avaliar se o controle ambiental está atendendo o  
2956 que foi colocado quando da LP+LI. Então eu estou trazendo que a empresa  
2957 apresentou um vídeo que menciona também o controle ambiental como se  
2958 fosse algo realmente muito sob controle, e eu quero lembrar aqui, porque já foi  
2959 mencionado durante as falas, que nessa empresa houve dois rompimentos de  
2960 mineroduto, teve diversas mortandades de peixes, que te mandaram, inclusive,

2961 laudos; condicionantes não cumpridas desde a Licença Prévia. Foi afirmado  
2962 aqui também que é isso, tem licenças nessa Etapa 3 precisamente para tentar  
2963 ou como proposta de quem propôs resolver pendências de condicionantes  
2964 desde a primeira Licença Prévia, o que seria a Etapa 1. Então tem  
2965 condicionantes não cumpridas, isso tem a ver com controle ambiental, e teve,  
2966 inclusive, uma cachoeira que foi explodida naquela época sem qualquer  
2967 autorização. É importante que fique registrado porque eu percebo que a  
2968 fundamentação de que, tendo o devido controle ambiental, todas as demais  
2969 questões ficam tranquilas, é importante registrar que no histórico do  
2970 empreendimento Anglo American a questão de controle ambiental tem diversas  
2971 e diversas situações provadas em tudo o que é o arcabouço histórico desse  
2972 empreendimento. O empreendedor em alguns momentos falou aqui que eles  
2973 não iam entrar muito nos detalhes do que foi questionado, embora tenham  
2974 apresentado algumas respostas, porque a equipe da Supram e da Suppri  
2975 responderia as questões do Fonasc. Por isso eu quero continuar dizendo que  
2976 tem algumas coisas que não foram respondidas. Eu preciso ter resposta por  
2977 resposta às perguntas que o Fonasc fez nem que seja para ter um registro. Por  
2978 exemplo, essas da cava. Vou ler de novo porque elas não foram dadas. Foi uma  
2979 das demandas da Patrícia resposta a todas as perguntas do Fonasc. Primeiro, o  
2980 que é uma cava não suprimida em sua totalidade em uma etapa de instalação?  
2981 Ainda mais agora que temos duas informações contraditórias e opostas. A  
2982 Suppri disse que foi só supressão de vegetação e que é isso que representa a  
2983 palavra cava suprimida. Eu sugiro que, quando for supressão de vegetação,  
2984 seja colocado 'vegetação suprimida'. Considerando que um dos representantes  
2985 da Anglo informou o que eu já coloquei aqui, que inclusive esse material está  
2986 em duas pilhas aguardando a LO para ser usado, eu acredita que é no processo  
2987 de juntar com o restante do material que está na justificativa da razão de querer  
2988 essa Licença de Operação, como vocês colocam, não é fragmentada, é parcial,  
2989 então essa é uma pergunta. Se a supressão da cava SA3 se dará juntamente  
2990 com o avanço de lavra nessa cava, como ocorreu a supressão desses 161  
2991 hectares sem licença? Porque está claro que a continuidade dessa supressão  
2992 vai avançar agora. Se a supressão da área ainda não suprimida depende ainda  
2993 da construção do dique 5 – isso está no parecer da Supram, eu não estou  
2994 tirando da minha cabeça –, se a supressão da área ainda não suprimida da  
2995 cava SA3 depende ainda da construção do dique 5, e o dique 5 não está  
2996 construído e não está aqui em pauta, a pergunta que foi feita por nós é como  
2997 ocorreu a supressão de 161 hectares sem a Licença de Operação, que remete  
2998 à informação dada pelo empreendedor que, pelo que foi suprimido, tem duas  
2999 pilhas esperando a LO para ser usado esse material. Terceiro: como os diques  
3000 3 e 4 ficaram prontos fora de um cronograma? As outras duas perguntas que  
3001 têm a ver com o arcabouço técnico são: se a cava S3 só tem LP+LI, o que  
3002 significa 'cava em utilização', que bem dialoga com as questões que já foram  
3003 trazidas aqui anteriormente. E por último, no âmbito do mérito da justificativa do

3004 que é chamado aqui de licença parcial, se o itabirito friável, rico em minério,  
3005 apresenta-se nas camadas superiores da mina, os 161 hectares já suprimidos  
3006 da cava foram realizados para isso? A resposta o empreendedor já deu, não  
3007 foram utilizados, foram retirados, ou seja, houve lavra, foram colocados em  
3008 duas pilhas e estão aguardando a LO para serem usados. A nosso ver,  
3009 configura-se aqui que houve lavra nessa cava sem Licença de Operação, o que  
3010 é extremamente grave no âmbito do que nós estamos tratando aqui e que no  
3011 histórico do empreendimento Anglo American, pelo que eu me recordo, houve  
3012 outros momentos em que se cogitou ou se tentou mostrar que houve realmente  
3013 atividades realizadas sem a devida licença e o controle ambiental. Esse é um  
3014 ponto-chave. Em relação ao status de todas as condicionantes, tanto o  
3015 empreendedor quanto a equipe estão justificando que não há problema, mesmo  
3016 tendo uma Resolução Conama que diz claramente que a Licença de Operação  
3017 é, e isso não há dúvida. Então não há tempo hoje para se verificarem as  
3018 argumentações jurídicas que foram apresentadas pelo Sr. Ricardo Carneiro e  
3019 que a equipe da Suppri apresentou, para se verificar se essas resoluções ou  
3020 esses decretos de que forma embasam juridicamente. Por isso eu só quero que  
3021 fique registrado, de novo, que o que a Resolução Conama diz em relação a LO  
3022 é que uma LO é a etapa e que, dentro do que está colocado, requer que todas  
3023 as condicionantes das etapas anteriores estejam devidamente cumpridas. E  
3024 para atalhar a pergunta é: se na pauta está a Licença de Operação e isso tem a  
3025 ver com a Etapa 3, como vai ser equacionado legalmente que é parcial e que é  
3026 só para os diques 3 e 4 e para cava a continuidade? Porque o que vai sair daqui  
3027 hoje na forma que está na pauta é a Licença de Operação da Etapa 3. Por que  
3028 não foi nem revisto pela Suppri o outro processo específico a partir do que havia  
3029 de conhecimentos técnicos ou de uma forma outra para poder tratar isso até de  
3030 forma legal. A licença que vai sair daqui hoje é clara, é do processo de Etapa 3  
3031 da Anglo American. Não tem nada que aponte que é parcial e que se tem todo o  
3032 fundamento legal afirmado pela empresa e afirmado pelo Estado estaria  
3033 respaldada pelo fato de a concessão da licença ser claramente parcial, para tais  
3034 e tais estruturas. Não é isso que está aqui, e essa pergunta nós fizemos no  
3035 nosso parecer de vista. Foi colocado aqui sobre operações estagnadas. Não foi  
3036 confirmado pelo empreendedor o que foi falado de demissões, mas foi falado  
3037 pelo empreendedor período de paralisação, insegurança nos profissionais. Já  
3038 que isso foi trazido como uma justificativa para que essa licença seja concedida,  
3039 eu quero só registrar que essa situação, principalmente para quem não está a  
3040 par, não tem a ver com a não concessão dessa LO ou não tem a ver com outras  
3041 questões afetas às nossas decisões, ela tem a ver com dois rompimentos do  
3042 mineroduto, de responsabilidade da empresa, e que não houve o devido  
3043 controle ambiental. Então essas questões relacionadas com a paralisação,  
3044 operações estagnadas, isso não pode ser trazido como justificativa e  
3045 responsabilização das decisões que são tomadas no âmbito dessa etapa. Foi  
3046 falado pelo responsável da Anglo que as condicionantes são ato contínuo,

3047 inclusive algumas para aprofundar estudos. Sim, são ato contínuo dentro do  
3048 arcabouço de uma licença concedida. Concordo. Só que são ato contínuo  
3049 dentro da LP e LI. Como um ato contínuo perpassa uma licença concedida para  
3050 outras licenças? Não tem como agora chegar todo o arcabouço legal informado  
3051 que justifica essas questões, além do que é dito na Resolução Conama. Fica  
3052 registrado que foi afirmado por esses atores que tem justificativa legal para não  
3053 só a questão do licenciamento parcial e também está sendo aqui afirmado tanto  
3054 pelo empreendedor quanto pela Suppri e Supram que as condicionantes  
3055 também adquirem um caráter contínuo, independente de ser de uma licença  
3056 anterior, e está se licenciando uma licença posterior. E por isso vocês justificam  
3057 que tem condicionantes a cumprir ou a acontecer e tem condicionantes em  
3058 cumprimento. Outra questão que tem a ver com condicionante, a questão do  
3059 desmonte e dos caminhões. Foi afirmado, então, que todos os monitoramentos  
3060 e medições apontam que está tudo na normalidade, mas vocês viram  
3061 claramente aqui várias pessoas dando depoimento de que as suas casas estão  
3062 com rachaduras. Falando – inclusive, houve uma pergunta – qual a  
3063 metodologia. Houve uma denúncia de que o dia em que iam fazer a medição do  
3064 desmonte foi precisamente um dia em que a comunidade não escutou as  
3065 explosões. Então eu quero destacar aqui que, em relação a essa condicionante,  
3066 hoje se apresentaram aqui informações que vão na contramão do que foi  
3067 afirmado tanto pelo empreendedor quanto pela equipe técnica. Sobre a poeira,  
3068 a mesma coisa. Eu não tive tempo no parecer de vista de falar sobre as  
3069 denúncias de Gondó, mas eles mandaram, inclusive, fotos. Como alguém falou  
3070 e eu anotei, existe um abismo entre o que a Anglo American diz e a realidade  
3071 nos territórios. Hoje aqui foi prova mais uma vez disso. Então, em relação à  
3072 questão do ar, foi informado por várias pessoas que essa questão é grave. No  
3073 nosso parecer de vista, isso também é apontado. Então, que metodologia, como  
3074 foi feita essa medição? E as rachaduras estão acontecendo também por que o  
3075 aquecimento global está diminuindo a quantidade de água, como é a justificativa  
3076 para a redução da vazão dos cursos d'água? As rachaduras estão aparecendo  
3077 nas casas a partir de qual nexos causal? É um caso importante. Porque eu olhei  
3078 o processo físico. No comprovante das condicionantes eu não encontrei  
3079 nenhuma ART. Pode ser que na correria eu não vi, mas eu tentei no pouco  
3080 tempo, após fazer o parecer de vista, que tinha prazo, que foi segunda, eu tentei  
3081 olhar o processo que foi devolvido hoje e procurar se no cumprimento das  
3082 condicionantes elas eram acompanhadas com ART. Não encontrei uma única  
3083 ART. Então nós estamos falando aqui de uma equipe que diz que se baseia no  
3084 que a empresa informa e que ela não é responsável pelo que a empresa  
3085 informa. Temos uma Anglo que, apesar de dar informações e respostas, deixa  
3086 claro que compete à equipe se manifestar sobre o cumprimento das  
3087 condicionantes. E temos um processo de licenciamento em que o cumprimento  
3088 de condicionantes é através de ofícios assinados pelos representantes legais da  
3089 empresa – geralmente a Aline e outras pessoas – e sem uma única ART. Então,



3090 nós estamos tratando aqui de uma LO parcial de algumas estruturas da Etapa 3  
3091 embasados em um processo de licenciamento que não tem, de verdade, no  
3092 sentido concreto – e vocês sabem melhor do que eu o que isso significa  
3093 juridicamente – alguém respondendo pelo que está sendo afirmado. ‘Tal  
3094 monitoramento configurou que não tem prejuízo na qualidade de água, tal  
3095 condicionante tem relatório que aponta isso’. Isso são meros documentos da  
3096 empresa com DVD e material impresso, muitos dados, muitas informações, e  
3097 não existe uma ART nisso que são estudos ou serviços ou obras. Eu considero  
3098 isso extremamente grave. Sobre o comitê de convivência e todos os problemas  
3099 afetos às condicionantes que têm a ver com as comunidades, é muito grave  
3100 perceber – e está no próprio Parecer Único – que essas condicionantes foram  
3101 um acordo. E hoje o Rodrigo Ribas diz que foi um acordo de cavalheiros. E foi  
3102 informado na reunião anterior ou não sei em que momento que foi um acordo  
3103 entre o Estado, o Ministério Público e os atores envolvidos, inclusive a Anglo.  
3104 Transformar isso em acordo de cavalheiros transforma, então, esse  
3105 licenciamento em um aspecto que eu entendo, legalmente, mais grave. Então,  
3106 está havendo no escopo de um processo de licenciamento dessa magnitude  
3107 envolvendo condicionantes para tentar resgatar pendências da Etapa 1, da  
3108 Etapa 2, de todos os licenciamentos que foram parcelados e que foram  
3109 colocadas essas condicionantes voltadas aos impactos, às questões não  
3110 tratadas com as comunidades que estão diretamente na área diretamente  
3111 atingida, para tentar uma saída para que isso se concretize em soluções. E  
3112 hoje é trazido que na realidade isso foi um acordo de cavalheiros e que,  
3113 inclusive, tem questões que não foram – pelo que entendi – devidamente  
3114 pensadas naquele momento. Deixar claro que tem duas informações novas, que  
3115 ocorreram depois do dia 4 e que foram trazidas pela Anglo como justificativas  
3116 de que a questão do comitê de convivência está bem equacionada. Ele informou  
3117 que ontem mesmo sentaram com a Suppri e com o Ministério Público e que tem  
3118 o ofício da Suppri, de 7 de dezembro, tratando de questões referentes à  
3119 condicionante 47. Ou seja, atos ou fatos pós-Parecer Único, que é do dia 4/12.  
3120 Então, informar, registrar e requerer uma justificativa de como uma  
3121 condicionante que está pautada hoje – e que o processo deveria estar  
3122 totalmente já instruído e tratado – se acrescenta e se traz essa questão de  
3123 ontem reunidos com o Ministério Público e a Suppri. E o ofício também, que não  
3124 está nesse processo que foi visto. As questões trazidas pelo Sr. Ricardo  
3125 Carneiro, como eu falei, não vamos ter como checar, todas as informações que  
3126 ele trouxe como justificativa de que é possível, sim, essa LO dessa forma. Ele  
3127 mencionou prática de longa data. Eu só vou querer deixar registrada a  
3128 impossibilidade de se verificar se isso realmente justifica o que está aqui em  
3129 curso. Foi dita aqui a questão dos seis meses. Em nenhum momento você  
3130 colocou no seu parecer de vista o problema do tempo para análise da LO. E foi  
3131 desvirtuado pelos técnicos. O que o Fonasc disse é em relação à concessão da  
3132 LP e LI. O Fonasc não trouxe que se tratou a questão da análise da LO no

3133 tempo reduzido, eu sei que foi no prazo de seis meses, se for contar de agosto.  
3134 O que nós trouxemos foi que, em relação ao cronograma da LP e LI, a entrada  
3135 com o processo de LO em agosto tem a ver assim: como foi a justificativa desse  
3136 cronograma tão errado quando da LP e LI? Sobre o mineroduto é só para  
3137 registrar que na Cabeceira do Turco, quando houve testes recentes,  
3138 provavelmente testes para haver a retomada, houve situações de sedimentos  
3139 que chegaram aos lugares. Depois nós vamos encaminhar ao Ibama e aos  
3140 entes que têm a ver com mineroduto. Fora isso, o secretário de Meio Ambiente,  
3141 sobre a condicionante 39, fez várias considerações sobre a não participação da  
3142 prefeitura e me chamou a atenção dizendo que na realidade o processo da  
3143 Anglo American vai ser sempre um processo corretivo. Então, na realidade, é  
3144 aquilo que nós percebemos, não são licenças corretas no seu devido rito  
3145 processual, mas sempre correndo atrás de questões erradas para se corrigirem  
3146 e para se tomarem providências. Por último, eu quero registrar que daquelas  
3147 condicionantes todas que foram apontadas pelo Fonasc – na realidade não  
3148 foram todas, foram algumas considerações – tem só uma que eu quero ler,  
3149 porque tem a ver com a questão das comunidades e que não foi devidamente  
3150 falada. Porque deram a entender que nós dissemos uma coisa, e o que foi dito  
3151 no nosso parecer de vista é outra, tem a ver precisamente com a condicionante  
3152 47. Essa condicionante está relacionada com aferir quais foram as  
3153 comunidades. Está no texto da condicionante, lá na LP+LI. ‘Aferir quais foram  
3154 as comunidades efetivamente impactadas e se os impactos cumulativos  
3155 decorrentes da operação do empreendimento desde a fase 1 ficaram majorados  
3156 ou se surgiram novos impactos, bem como se existem impactos que não foram  
3157 mitigados, que precisam e justificam, inclusive, uma possível realocação dos  
3158 eventuais atingidos. No nosso texto, é o seguinte, trata-se da confirmação de  
3159 que houve deficiências nos licenciamentos das etapas anteriores, o que por si  
3160 só implicaria na inviabilidade de ter sido concedida a LP+LI da Etapa 3. E coloca  
3161 também que caberia, no mínimo, que essa condicionante estivesse  
3162 devidamente cumprida e não que se proponha prorrogação por estar com  
3163 cronograma atrasado porque depende da condicionante 39. Afinal, essa é uma  
3164 das importantes condicionantes no que tange às comunidades. No entanto,  
3165 estão sendo utilizados todos os problemas que tenham ocorrido na contratação  
3166 das assessorias, alguns, inclusive, provocados pelos entes envolvidos nessa  
3167 questão de fazer esse tipo de proposta de acordo para não realizarem o  
3168 previsto na condicionante. Então eu quero terminar dizendo que essa  
3169 condicionante-chave que comprova não só que nas etapas anteriores não havia  
3170 elementos que poderiam ter garantido as licenças concedidas e que foi  
3171 colocado, no que foi chamado pelo Rodrigo, um acordo entre cavalheiros, foi  
3172 colocado para que na Etapa 3, antes da LO, essa questão fosse devidamente  
3173 tratada, analisada, considerada, antes de novos impactos. E estamos aqui  
3174 tentando licenciar parcialmente, como é dito, a Etapa 3. Essas são as minhas  
3175 considerações, e eu quero resposta sobre o que foi colocado, principalmente,

3176 em relação àquilo que foi apresentado nesse momento.” Presidente Yuri Rafael  
3177 de Oliveira Trovão: “Em relação ao cumprimento de condicionantes, isso foi  
3178 reiteradamente explicado não só pelo empreendedor, mas pela equipe técnica.  
3179 Em relação à 47 o Rodrigo Ribas vai dar o retorno. Em relação a como está  
3180 cumprido, em cumprimento ou no prazo, foi explicado aqui pela Supram  
3181 Jequitinhonha, e nós não vamos voltar a esses pontos, porque já foram  
3182 explicados e, inclusive, corrigidos aqui. Em relação à paralisação das obras e às  
3183 liminares em relação ao mineroduto, que o empreendedor apresentou aqui,  
3184 creio que ele tenha apresentado, porque a própria plateia questionou como se  
3185 estava dando a Licença de Operação sem ter a licença do mineroduto, que  
3186 estava paralisado. Eu acho que ele trouxe uma informação a mais ao nosso  
3187 processo. Em relação ao fracionamento, foi explicado pelo Dr. Ricardo, foi  
3188 explicado pelo Dr. Wesley que esse fracionamento tem uma previsão legal. Eu  
3189 posso garantir aos senhores, esse não é o único processo. Eu cito um processo  
3190 lá do Norte de Minas em relação à Solatio Empreendimentos, uma atividade  
3191 fotovoltaica, que foi de forma muito semelhante. Na Licença Prévia, com  
3192 EIA/Rima, nós licenciemos todo o processo. Na Licença de Instalação, ela foi  
3193 desdobrada, salvo engano, em quatro. E na Licença de Operação ela virou  
3194 quase oito. Isso porque a Aneel exigia da empresa. Era feito por lotes, então,  
3195 havia também esse fracionamento. E como dito pelo Ricardo e pelo Wesley não  
3196 tem ilegalidade nenhuma em relação a esses pontos. Então, ficou faltando para  
3197 ser esclarecido em relação à cava suprimida e supressão de vegetação, que eu  
3198 vou passar para o Rodrigo. Em relação ao cronograma, eu solicito que a  
3199 empresa se manifeste. As questões de ART também o próprio Newton pode se  
3200 manifestar. E em relação à condicionante 47 eu peço a manifestação também  
3201 do Rodrigo.” Rodrigo Ribas/Suppri: “Em relação à cava suprimida, eu gostaria  
3202 claro de fazer um mea-culpa em nome da equipe. Já foi explicado, a intenção  
3203 era falar de supressão de vegetação na área da cava. É importante que se diga  
3204 para os que não têm formação na área, que não estão acostumados com  
3205 mineração, que na preparação da cava se retira primeiro a vegetação, depois o  
3206 estéril, e uma parte dessa capa que sai junto com o estéril é minério que não  
3207 pode ser beneficiado, mas é minério. Como minério, é um bem da União, não  
3208 pode ser descartado, não pode ser jogado fora e precisa ficar em repouso até  
3209 que se possa fazer o beneficiamento. O Luiz do DNPM aqui conhece  
3210 perfeitamente melhor que todos nós aqui, certamente ele pode tirar dúvida se  
3211 alguém ainda tiver. Então, é disso que se está falando, não há que se confundir  
3212 ‘pré-strip’ com lavra. De maneira alguma a gente confunde isso. O texto  
3213 realmente está com equívoco, era supressão da lavra. E é importante que se  
3214 diga também o seguinte. A autorização de supressão de vegetação foi dada em  
3215 janeiro e está válida. A Licença Prévia com Licença de Instalação está vigente.  
3216 Junto à LP com LI, vigora a autorização de intervenção ambiental, é um dos  
3217 atos que saem vinculados, o que autoriza a supressão de vegetação. São as  
3218 informações da AIA que instruem, por exemplo, a anuência do Ibama para que

3219 depois possamos autorizar a supressão. Ela continua vigente. O que a empresa  
3220 informou é: em vez de fazermos toda a supressão na fase de LI e ficarmos com  
3221 toda a cava, todas as áreas de obras descobertas e desprotegidas, nós vamos  
3222 fazer, de acordo com o avanço de lavra, a supressão de vegetação, aí, sim,  
3223 'pré-strip' e a lavra. Do ponto de vista do controle ambiental é sempre muito  
3224 mais interessante que a supressão de vegetação seja feita aos poucos. Para  
3225 que o solo não fique exposto, para que não haja carreamento de finos, para que  
3226 não haja carreamento de sedimentos, para que as calhas dos rios não fiquem  
3227 entupidas, para que isso não gere danos ambientais, é sempre mais  
3228 interessante que isso seja feito na medida em que a lavra avança. Então, nós  
3229 estamos falando de um processo absolutamente normal dentro de qualquer  
3230 mineradora, não é dentro dessa mineradora, mas de qualquer mineradora. É  
3231 importante que se diga, não há uma alteração de procedimento de lavra, de  
3232 preparação, de 'pré-strip', de supressão para esse empreendedor, é o mesmo  
3233 que autorizamos para todos os outros. Em relação à condicionante 47, as outras  
3234 condicionantes que se vinculam à LP+LI estão vigentes, estão em prazo de  
3235 execução, estão sendo executadas e não morrem com a emissão da LO se  
3236 porventura os senhores chegarem à conclusão de que essa LO deve ser  
3237 emitida. Elas continuam vigentes. Nós temos aqui o instituto da concomitância  
3238 de fases, que está previsto no decreto 47.383. Então, a concomitância de fases  
3239 – não de modalidades – está prevista no 47.383. Nós vamos ter atividades em  
3240 fase de instalação dentro do empreendimento e atividades em fase de operação  
3241 dentro do empreendimento. É a isso que se vincula essa LO. Portanto, a  
3242 condicionante 47 não tem que ser esgotada, nenhuma das condicionantes em  
3243 cumprimento tem que ser esgotada antes dessa operação, elas terão que ser  
3244 esgotadas durante a vida do empreendimento. É como eu disse mais cedo aqui.  
3245 Se porventura, em face da operação desse Step 3, ou de eventuais ampliações  
3246 da cava ou de instalação de outras estruturas, forem gerados danos ou  
3247 impactos que não tenham sido mensurados, essa condicionante se aplica  
3248 também ao futuro. Ela foi pensada em relação àquilo que foi proposto pela URC  
3249 Jequitinhonha. Então, lá atrás, na fase de LI, por exemplo, o que gerou essa  
3250 condicionante, houve dois pequenos acidentes, que já foram relatados  
3251 exaustivamente aqui, no córrego Pereira e no córrego Passa Sete, que geraram  
3252 impactos cumulativos a algumas famílias. Em 2013, foi determinado que a  
3253 Diversus fizesse um levantamento de eventuais impactados que não teriam  
3254 entrado no plano de negociação fundiária. A Diversus, depois de um ano  
3255 estudando, apresentou à URC oito núcleos familiares que não tinham sido  
3256 agraciados. Desses oito núcleos familiares, quatro núcleos familiares estavam  
3257 vinculados às áreas dos dois acidentes, no córrego Pereira e no córrego Passa  
3258 Sete, sobretudo nas áreas mais a jusante de encontro dos dois córregos.  
3259 Quatro eram não de um impacto previsto na operação, mas de um dano  
3260 causado por um acidente ambiental, que foi motivo de auto de infração, que  
3261 gerou as multas necessárias, que gerou as obrigações de reparação. A LO do

3262 Step 1 já trazia uma obrigação como condicionante de recuperação de todas as  
3263 duas Bacias. Então, nós estamos tratando de questões que são amplamente  
3264 discutidas e conhecidas por este COPAM e que geraram quatro novas famílias  
3265 como eventuais atingidas pelo empreendimento. As outras quatro famílias  
3266 sequer eram na área da operação da mina, eram famílias que foram atingidas  
3267 por problemas do mineroduto, problemas que deveriam ter sido resolvidos no  
3268 âmbito do licenciamento do Ibama, mas que o Estado, legitimamente, na sua  
3269 função de protetor ambiental, entendeu pela necessidade de incluir essas  
3270 famílias no PNF. Da mesma forma que isso aconteceu lá atrás, em 2010/2011,  
3271 com solução em 2014, inclusive das famílias do mineroduto, pode ter  
3272 acontecido, pode vir a acontecer que novas famílias ou novas comunidades  
3273 tenham seus direitos atingidos, seu direito a qualidade de vida, seu direito a  
3274 acesso a água por questões que não seriam possíveis de se preverem. Um  
3275 acidente ambiental, por exemplo, rolamento de bloco em uma encosta, que  
3276 torne impossível o uso de um sítio. São questões para as quais não há  
3277 previsão. Existem trabalhos de prevenção, mas nem sempre a prevenção se  
3278 mostra efetiva. Isso acontece não é nesse empreendimento, nós, por exemplo,  
3279 fazemos estrada para viajar, e de vez em quando cai uma barreira na estrada,  
3280 apesar de todas as precauções. Então são acidentes que são imensuráveis, por  
3281 isso que são acidentes. Aí a questão é: é necessário que se preveja, porque  
3282 senão nós vamos sempre ficar correndo atrás do próprio rabo. É necessário que  
3283 se preveja a possibilidade de esse mapeamento ser constante. Esse é o espírito  
3284 da condicionante 47, é um mapeamento constante de eventuais atingidos. Não  
3285 quer dizer que não houve mensuração correta. Houve mensuração correta da  
3286 ADA lá na LP de 2008, houve mensuração correta da ADA na LP+LI do Step 2,  
3287 houve mensuração correta da ADA na LP do Step 3, que são as fases de  
3288 viabilidade, e isso está sendo tratado. Assim também foram mensurados os  
3289 impactos. As experiências que foram demonstradas aqui – nós já falamos várias  
3290 vezes das condicionantes – mostram claramente que nós, o Estado, a empresa,  
3291 o Ministério Público... O Ministério Público tem um condão de ser representante  
3292 da sociedade nas suas áreas de atuação. Então o acordo de cavalheiros é um  
3293 acordo de cavalheiros com a sociedade. Quando a SEMAD atua, ela atua em  
3294 nome do Estado, e o Estado é o primeiro representante da sociedade nesse trio,  
3295 assim como o Ministério Público é representante da sociedade. E quem se  
3296 representa unilateralmente é a empresa. A empresa, nesse caso, é o lado mais  
3297 fraco do acordo, é o lado da obrigação de fazer. E nós somos o lado de  
3298 determinar essa obrigação, de acompanhar essa obrigação. E isso está sendo  
3299 feito no âmbito do processo. Eu acho que é isso e agradeço aos senhores.”  
3300 Antônio Augusto Melo Malard/SEMAD: “Só complementar também uma questão  
3301 que foi colocada pela conselheira Maria Teresa, sobre o teor do parecer e o fato  
3302 de na pauta estar mencionada ‘Licença de Operação’ e não ‘Licença de  
3303 Operação Parcial’. É porque não existe o termo, vamos dizer assim, ‘Licença de  
3304 Operação Parcial’. Mas, como já foi muito bem-dito pelo Dr. Yuri e pelo Dr.

3305 Ribas, esse é um procedimento muito seguro e claro para todo mundo de que  
3306 não há fragmentação. Nós colocamos isso desde o primeiro momento. Só não  
3307 tem como escrever aqui que é uma LO parcial, mas está claro no teor do  
3308 parecer que se trata de uma LO para determinadas estruturas. E no certificado  
3309 de licença também vai constar quais são as estruturas. Então de maneira  
3310 nenhuma estamos falando aqui que está sendo concedida uma LO para todo o  
3311 empreendimento, que é o temor da conselheira. Está claro no Parecer Único e  
3312 estará claro no certificado caso esta Câmara delibere pelo deferimento.”  
3313 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só complementando o que o Malard  
3314 falou, em relação ao próprio certificado, vão anexas as condicionantes. Então  
3315 está vinculado não só ao parecer – vocês estão julgando o deferimento com  
3316 base no parecer – como também às condicionantes estipuladas. Então podem  
3317 ter certeza de que está muito claro para a SEMAD e para o empreendedor.”  
3318 Rodrigo Ribas/Suppri: “Só para completar, a conselheira informou ter procurado  
3319 as ART do cumprimento de condicionantes da apresentação dos estudos no  
3320 processo de LO. Certamente os senhores manuseiam menos processos do que  
3321 nós, que temos mais trânsito nos processos. As ARTs, os estudos, as  
3322 comprovações de cumprimento de condicionantes se vinculam ao processo em  
3323 que foram gerados. Portanto, as comprovações de cumprimento de  
3324 condicionantes, assim como as anotações de responsabilidade técnica, não  
3325 estão no processo de LO, estão no processo de LP+LI, estão todas registradas  
3326 no processo de LP+LI, ao qual elas se vinculam.” Representante da Anglo  
3327 American: “A conselheira mencionou o cronograma presente no PU da LP+LI.  
3328 Nós estamos com ele em mãos. Na página 13 do PU, o cronograma com as  
3329 barras verdes, o que demonstra ano 1, ano 2, ano 3, anos 4 de obras e as  
3330 estruturas. Ano 1, mês 1, janeiro de 2018, quando obtivermos a LP+LI. E  
3331 começa, então, a supressão de vegetação, resgate de fauna e flora, por quatro  
3332 meses, seguindo-se o ‘pré-stripping’ da cava até o mês 7 do ano 2. Seria, então,  
3333 2019, em julho. Os diques 3 e 4 iniciando imediatamente após a obtenção da  
3334 LP+LI. E aptos a operar no mesmo 1 do ano 2, então, portanto, janeiro de 2019.  
3335 Estando a cava nas áreas de contribuição desses diques completa e apta a ser  
3336 operada, solicitamos a nossa LO.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz:  
3337 “De fato, procede a observação da conselheira Maria Teresa. Quando se olha  
3338 no Parecer Único está lá o código da atividade ‘lavra a céu aberto, minério de  
3339 ferro, consultoria responsável, Anglo American e Centro de Inovação e  
3340 Tecnologia Senai/Fiemg’. Logo que eu cheguei aqui eu falei com o Gilmar a  
3341 respeito disso. É importante que fique claro quem é o responsável técnico. Isso  
3342 que ela está cobrando eu tenho cobrado reiteradamente. Inclusive, nesta  
3343 semana, em que eu participei como suplente da CNR, eu cobrei do secretário  
3344 adjunto, Anderson, a respeito disso, e reiteradamente isso está exposto em ata.  
3345 Então eu peço que, doravante, quando colocarem aqui a atividade, coloquem a  
3346 ART. O Crea não precisa que vocês apresentem a ART, o que o Crea precisa é  
3347 que conste aqui o número da ART, porque temos como vê-la no nosso

3348 processo. Se foi emitida por nós, temos condição de vê-la. Eu preciso é ter  
3349 certeza se existe a anotação de responsabilidade para aquela atividade  
3350 específica.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu sou testemunha do  
3351 que o conselheiro Newton realmente, reiteradamente, tem cobrado. Nós temos  
3352 procurado colocar isso nos pareceres, mas em alguns nós pedimos desculpa,  
3353 conselheiro, por não estar vindo. O que não acontece é a ausência da ART.  
3354 Como o próprio Rodrigo Ribas falou, as ARTs constam nos estudos  
3355 apresentados no momento da fase correta. Nós só não colocamos realmente  
3356 essa descrição, o que dificultou tanto para a Maria Teresa como para o  
3357 conselheiro Newton. E nós vamos procurar consertar isso nos próximos  
3358 pareceres, conforme já reiterado pelo senhor nesta Câmara.” Conselheiro  
3359 Newton Reis de Oliveira Luz: “Aproveitando que os empreendedores aqui estão,  
3360 vale também a mesma recomendação. Que exijam e façam constar. A partir do  
3361 momento em que a própria empresa exige que seja colocado isso no parecer,  
3362 fica muito mais claro e obviamente dá muito mais transparência e validade ao  
3363 parecer da SEMAD.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que já  
3364 vencemos a nossas questões e estamos aptos a colocar o processo em  
3365 votação. Eu vou dar andamento ao nosso processo. Coloco em votação  
3366 somente com a observação: naquele item da condicionante 21, salvo engano,  
3367 em que se está falando em cumprimento. Conforme o Gilmar, ela está em  
3368 cumprimento. É só uma observação, a alteração da palavra. Senhores  
3369 conselheiros, eu coloco em votação, então, o item 7.1 da nossa pauta, Anglo  
3370 American Minério de Ferro S/A, lavra a céu aberto, minério de ferro, Conceição  
3371 do Mato Dentro e Alvorada de Minas/MG. PA 00472/2007/015/2018, classe 4.  
3372 Os conselheiros que estiverem de acordo levantem a placa verde. Contrários se  
3373 manifestem com a vermelha. Votos favoráveis: Evandro, do Cefet; Paulo,  
3374 Codemig. O Julio, do Ibama, teve que se ausentar. Votos favoráveis: Luiz, do  
3375 DNPM, Newton, do Crea; Daniel, Sedectes; Verônica, da Seccri; Fabiana,  
3376 Federaminas; João Carlos, Ibram; Júlio, Sindiextra; e Luis, Segov. Contrário:  
3377 Maria Teresa, Fonasc. Por favor, Maria Teresa, justifique seu voto brevemente.”  
3378 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O nosso voto contrário  
3379 estava apontado no parecer de vista. Inclusive, esse processo não devia ter  
3380 sido mantido em pauta. Ele foi objeto, inclusive, de uma ação do Ministério  
3381 Público nesse sentido, que depois a liminar não foi possível porque a própria  
3382 empresa entrou contra. Então, todas as razões apontadas não só no parecer de  
3383 vista como nas minhas intervenções aqui durante a reunião, como de todas  
3384 aquelas pessoas que vieram aqui que são diretamente atingidas, ameaçadas ao  
3385 longo de dez anos desse empreendimento, são as razões do nosso voto  
3386 contrário. E nós, do Fonasc, lamentamos mais uma vez a decisão tomada, e  
3387 que a história traga a responsabilização em relação a essas injustiças  
3388 socioambientais, essas violências e esse sofrimento pelo que está acontecendo  
3389 naquela região.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
3390 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 8.1)**

3391 **City Car Veículos, Serviços e Mineração Ltda. Fazenda Furnas. Pesquisa**  
3392 **mineral com ou sem emprego de guia de utilização, com supressão de**  
3393 **vegetação secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em**  
3394 **estágios médio e avançado de regeneração, exceto árvores isoladas,**  
3395 **pilhas de rejeito/estéril, estrada para transporte de minério/estéril externa**  
3396 **aos limites de empreendimentos minerários e Unidade de Tratamento de**  
3397 **Minerais - UTM, com tratamento a úmido e ponto de abastecimento de**  
3398 **combustíveis. Vargem Grande do Rio Pardo/MG. PA 00026/2012/001/2017,**  
3399 **DNPM 830.357/2008. Classe 4. Apresentação: Supram Norte de Minas.**  
3400 **Processo retirado de pauta com pedidos de vista do Fonasc e do Crea. 9)**  
3401 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE**  
3402 **OPERAÇÃO. 9.1) Nova Aurora Mármore e Granitos Ltda. Lavra a céu**  
3403 **aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; pilha de rejeito/estéril de**  
3404 **rochas ornamentais e de revestimento; estrada para transporte de**  
3405 **minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários.**  
3406 **Itinga/MG. PA 23791/2005/008/2018, DNPM 831.608/2002 e 831.609/2002.**  
3407 **Classe: 4. Apresentação: Supram Jequitinhonha. Processo retirado de pauta**  
3408 **com pedidos de vista do Fonasc, Ibram e Sindiextra. 9.2) Galvani Indústria,**  
3409 **Comércio e Serviços S/A Barragem de contenção de rejeitos da mineração.**  
3410 **Classe III. Serra do Salitre/MG. PA 09039/2005/007/2018, DNPM**  
3411 **830.373/1995 e 830.374/1995. Classe 6. Apresentação: Supram Triângulo**  
3412 **Mineiro e Alto Paranaíba. Processo retirado de pauta com pedidos de vista do**  
3413 **Fonasc, Ibram e Sindiextra. 9.3) Companhia Brasileira de Metalurgia e**  
3414 **Mineração (CBMM). Barragem de contenção de rejeitos da mineração.**  
3415 **Classe III. Araxá/MG. PA 00033/1981/067/2018, DNPM 006.476/1956 e**  
3416 **035.102/1946. Classe 6. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto**  
3417 **Paranaíba. Processo retirado de pauta com pedidos de vista do Fonasc, Ibram,**  
3418 **Sindiextra e Crea. 10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
3419 **LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 10.1) Bontempi Imóveis Ltda. Lavra**  
3420 **a céu aberto; rochas ornamentais e de revestimento; pilha de rejeito/estéril**  
3421 **de rochas ornamentais e de revestimento; estrada para transporte de**  
3422 **minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários.**  
3423 **Araçuaí/MG. PA 15692/2010/003/2018, DNPM 831.415/2004. Classe 4.**  
3424 **Apresentação: Supram Jequitinhonha. Processo retirado de pauta com**  
3425 **pedidos de vista do Fonasc, Ibram e Sindiextra. 11) PROCESSO**  
3426 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE**  
3427 **OPERAÇÃO. 11.1) Mineração Pedra Menina Ltda. Mina Fazenda Gameleira.**  
3428 **Pilha de rejeito/estéril; lavra a céu aberto, minerais metálicos, exceto**  
3429 **minério de ferro; barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da**  
3430 **mineração; unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a**  
3431 **úmido. Senador Modestino Gonçalves/MG. PA 00092/1990/006/2018, DNPM**  
3432 **811.556/1974. Classe 5. Apresentação: Supram Jequitinhonha. Processo**



3433 retirado de pauta com pedidos de vista do Fonasc, Ibram e Sindiextra. **12)**  
3434 **PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA DE**  
3435 **ATIVIDADES MINERÁRIAS (CMI) DO COPAM EM 2019. Apresentação:**  
3436 **SEMAD.** Aprovada por unanimidade a proposta de agenda anual de reuniões da  
3437 Câmara de Atividades Minerárias para o ano de 2019, nos termos apresentados  
3438 pela Secretaria Executiva, com previsão de sessões sempre às sextas-feiras, às  
3439 9h. Votos favoráveis: Cefet, Codemig, DNPM, Crea, Fonasc, Segov, Sindiextra,  
3440 Ibram, Federaminas, Seccri e Sedectes. Ausência: Ibama. **13)**  
3441 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o  
3442 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e  
3443 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**